

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM AMBIENTE CONSTRUÍDO E
PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL

Sheyla Regina Passos Solla

EXPERIÊNCIA E MEMÓRIA:

práticas cotidianas criativas na regional de Venda Nova em Belo Horizonte

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
Julho 2017

Sheyla Regina Passos Solla

EXPERIÊNCIA E MEMÓRIA:

práticas cotidianas criativas na regional de Venda Nova em Belo Horizonte

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, da Escola de Arquitetura e Design da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável

Linha de pesquisa: Gestão do patrimônio no ambiente construído

Orientadora: Profa. Dr^a. Maria Cristina Villefort Teixeira

Belo Horizonte

Escola de Arquitetura da UFMG

Julho 2017

FICHA CATALOGRÁFICA

S688e Solla, Sheyla Regina Passos.
Experiência e memória [manuscrito] : práticas cotidianas criativas na regional de Venda Nova em Belo Horizonte / Sheyla Regina Passos Solla. – 2018.
135 f. : il.

Orientadora: Maria Cristina Villefort Teixeira.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Espaços públicos - Teses. 2. Planejamento urbano - Teses. 3. Memória coletiva - Teses. 4. Gentrificação - Teses. 5. Venda Nova (Belo Horizonte, MG). I. Teixeira, Maria Cristina Villefort. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 711.4

Sheyla Regina Passos Solla

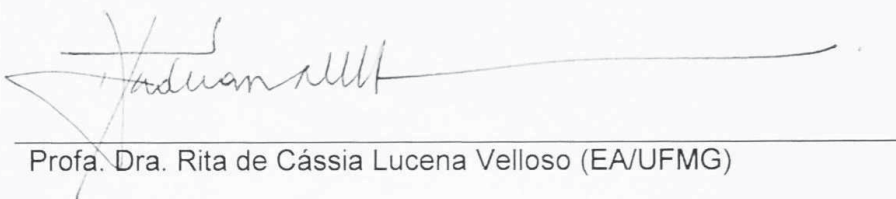
" Experiência e memória: práticas cotidianas criativas na Regional de Venda Nova

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais

Comissão Examinadora:



Profª. Dra. Maria Cristina Villefort Teixeira (orientadora)



Profª. Dra. Rita de Cássia Lucena Velloso (EA/UFMG)



Profª. Dra. Stael de Alvarenga Pereira Costa (EA/UFMG)

Belo Horizonte, 10 de julho de 2017.

*Ao Thomás e ao Lawrence,
À minha Mãe e ao meu Pai*

AGRADECIMENTOS

À orientadora Maria Cristina Villefort Teixeira, pela disponibilidade, por compartilhar seu vasto conhecimento e experiência e pela impecável condução deste trabalho. Especialmente pelo carinho, apoio e generosidade durante estes dois anos incríveis da minha vida.

À Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais por possibilitar a realização do meu sonho, disponibilizando toda sua equipe e instalações.

À banca de qualificação, pelas primorosas e cuidadosas observações e contribuições que provocaram enorme avanço e descobertas teóricas.

A todos os praticantes ordinários da cidade, que me revelaram uma outra maneira de habitar e resistir na cidade, em um contexto de tanta desigualdade social e espacial.

À turma 2015 do mestrado: foi um prazer conhecer e conviver com vocês.

À minha mãe e ao meu pai, pelo apoio imprescindível e incondicional e por cuidar do Tom com tanto amor e carinho e a todos da minha família - minhas irmãs, meus cunhados e meu sobrinho Francisco - que souberam compreender minhas ausências nesse período.

Especialmente ao Lawrence, por seu amor, presença e apoio: você foi fundamental para a realização desse trabalho. Obrigada por cuidar do Tom por mim!

Ao Thomás que nasceu durante a realização desse trabalho: todo esforço desses anos foi por você, meu amor!

Muito Obrigada!

Para mim, poderoso não é aquele que descobre ouro. Poderoso, para mim, é aquele que descobre as insignificâncias do mundo e nossas (BARROS, 2000).

RESUMO

A inquietação que dá origem a este trabalho parte do reconhecimento da enorme distância entre as propostas de espaços públicos pelo planejamento urbano contemporâneo e a sua apropriação cotidiana. Acredita-se que as práticas cotidianas nos espaços públicos são, na verdade, possibilidades de resistência, que promovem uma experiência rica e constituem memória. Com objetivo de revelar as mesmas, estabelece-se como objeto de estudo a Regional de Venda Nova, localizada no município de Belo Horizonte. Essa escolha se deve ao seu processo de adensamento característico de periferia e pela reformulação de seus espaços públicos, ao longo do tempo, por projetos de revitalização urbana e pela proposta da Operação Urbana Consorciada que atinge a região, denominada OUC ACLO. Tais intervenções propiciam a valorização da terra e asseguram a rentabilidade e liquidez dos capitais, promovendo segregação espacial e gentrificação. Focalizando experiência e memória, procura-se desvelar as apropriações dos praticantes ordinários da cidade, como outra maneira de ocupar o espaço a partir de táticas de resistência. Para isso, algumas considerações sobre a produção do espaço urbano se fizeram necessárias: (1) o cenário socioeconômico, o mercado mundial de cidades e o planejamento urbano contemporâneo; (2) o empobrecimento da experiência e a conformação de espaços pacificados; (3) a experiência e a memória e (4) a conformação de espaços da diferença, da interação e prática social. Reconhecer a relevância das apropriações cotidianas que acontecem em Venda Nova permitiu a apreensão de outra cidade, a cidade real, praticada e repleta de experiência.

Palavras-chave: Experiência; Memória; Planejamento Urbano; Resistência.

ABSTRACT

The concern that gives rise to this work starts with recognizing the existence of an enormous distance between contemporary urban planning's proposals for public spaces and the daily appropriation of these ones. It is thought that practices in public spaces are possibilities of resistance, and that they promote a rich experience and constitutes memory. For revealing these practices, it is chosen as the object of study the Regional Venda Nova, located at the city of Belo Horizonte because of its characteristic periphery' formation process and the public spaces' reformulation that happened over time by urban revitalization's projects and by the urban program recently adopted called OUC ACLO. Such interventions are propitious for the valorisation of land and ensure the profitability and liquidity of capital, promoting spatial segregation and gentrification. Focusing on experience and memory, the proposal is to reveal the city's ordinary practices appropriations, as another way of occupying space from as resistance tactics. For this purpose, some considerations about the urban space's production became necessary: (1) the socioeconomic scenario, the cities' world market and the contemporary urban planning; (2) the experience' impoverishment and the pacified spaces's conformation; (3) the experience and memory and (4) the spaces of difference' conformation, interaction and social practice. Recognizing the relevance of the daily appropriations that happen in Venda Nova allowed the apprehension of another city, the real city, practiced and full of experience.

Keywords: Experience; Memory; Urban Planning; Resistance

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Localização Regional de Venda Nova – Belo Horizonte	17
Figura 2 –	OUC ACLO - Área de abrangência	23
Figura 3 –	Mapa Base	39
Figura 4 –	Bairros de Venda Nova	41
Figura 5 –	Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte	43
Figura 6 –	Densidade demográfica	47
Figura 7 –	Contribuintes por bairro-comércio	48
Figura 8 –	Nível de escolaridade relativa de Belo Horizonte	51
Figura 9 –	Assistência social de Belo Horizonte	52
Figura 10 –	Vulnerabilidade de Belo Horizonte	53
Figura 11 –	Acessibilidade e Mobilidade	56
Figura 12 –	Encontro ente a Rua Padre Pedro Pinto, Av. Vilarinho e Av. D. Pedro I	58
Figura 13 –	Encontro ente a Rua Padre Pedro Pinto, Av. Vilarinho e Av. D. Pedro I	58
Figura 14 –	Encontro ente a Rua Padre Pedro Pinto, Av. Vilarinho e Av. D. Pedro I	58
Figura 15 –	Tipologias e Usos	61
Figura 16 –	Espaços livres e públicos	62
Figura 17 –	Vilas e AEIS	63
Figura 18 –	LUOS 2010 de Belo Horizonte e Venda Nova	65
Figura 19 –	Venda Nova na Bacia do Córrego do Isidoro	69
Figura 20 –	Situação do Córrego do Capão e vista da Av. Vilarinho	70
Figura 21 –	Situação do Córrego do Capão e vista da Av. Vilarinho	70
Figura 22 –	Inundação na Avenida Vilarinho	71
Figura 23 –	Relevo e Hidrografia	72
Figura 24 –	Declividade	74
Figura 25 –	Altimetria	75
Figura 26 –	Comarca de Sabará: caminho Sabará Paracatu e Venda Nova	77
Figura 27 –	Primeira ocupação de Venda Nova, 1890-1894	79
Figura 28 –	Momentos de transformação histórica de Venda Nova	80
Figura 29 –	Ocupação de Venda Nova e Municípios vizinhos, 1918	83
Figura 30 –	Ocupação de Venda Nova e Municípios vizinhos, 1935	84
Figura 31 –	Ocupação de Venda Nova e Municípios vizinhos, 1939	85
Figura 32 –	Ocupação de Venda Nova e Municípios vizinhos, 1970	87

Figura 33 –	Ocupação de Venda Nova e Municípios vizinhos, 2016	89
Figura 34A –	Área de estudo geral	92
Figura 34B –	Área de estudo detalhado	94
Figura 35 –	Práticas Cotidianas de Resistência Geral: Regional Vila Nova	98
Figura 36 –	Praça da Vila São João Batista	100
Figura 37 –	Localização da Praça da Vila São João Batista	100
Figura 38 –	Localização Becos Vila Mantiqueira	101
Figura 39 –	Beco Vila Mantiqueira	101
Figura 40 –	Beco Vila Mantiqueira	101
Figura 41 –	Área residual 1 Avenida Vilarinho	102
Figura 42 –	Área residual 2 Avenida Vilarinho	102
Figura 43 –	Área residual Avenida Vilarinho	102
Figura 44 –	Área residual Avenida Vilarinho	102
Figura 45 –	Área residual Avenida Vilarinho	103
Figura 46 –	Área residual Avenida Vilarinho	103
Figura 47 –	Capoeira Ficage	104
Figura 48 –	Hip Hop Família 31	104
Figura 49 –	Teatro Negro e Atitude	104
Figura 50 –	Escola de Samba GRES	104
Figura 51 –	Práticas de resistência – estudo detalhado	106
Figura 52 –	Baile de rua	107
Figura 53 –	Localização da quadra do Vilarinho	108
Figura 54 –	Baile Funk na quadra do Vilarinho	108
Figura 55 –	Baile Funk na quadra do Vilarinho	108
Figura 56 –	Imagem videoclipe música “Tipicamente Brasileiro”	109
Figura 57 –	Apropriação Praça Hip Hop, 2014	110
Figura 58 –	Apropriação Praça Hip Hop, 2014	110
Figura 59 –	Apropriação Praça Hip Hop, 2014	110
Figura 60 –	Camelôs na rua Padre Pedro Pinto, 1990	111
Figura 61 –	Camelôs na rua Padre Pedro Pinto, 2015	111
Figura 62 –	Camelôs na rua Padre Pedro Pinto, 2017	111
Figura 63 –	Apropriação do canteiro central da av. Vilarinho, 2003	112
Figura 64 –	Apropriação do canteiro central da av. Vilarinho, 2017	112
Figura 65 –	Apropriação do canteiro central da av. Vilarinho, 2003	113

Figura 66 –	Apropriação do canteiro central da av. Vilarinho, 2017	113
Figura 67 –	Localização do Córrego do Capão e horta do Sr. Antônio	114
Figura 68 –	Córrego do Capão, 1970	114
Figura 69 –	Córrego do Capão, 2013	114
Figura 70 –	Córrego do Capão, 2017	114
Figura 71 –	Ocupação Córrego do Capão, 2013	115
Figura 72 –	Ocupação Córrego do Capão, 2013	115
Figura 73 –	Travessia Córrego do Capão, 2017	115
Figura 74 –	Exemplos de quintais e hortas que permanecem em Venda Nova	116
Figura 75 –	Exemplos de quintais e hortas que permanecem em Venda Nova	116
Figura 76 –	Exemplos de quintais e hortas que permanecem em Venda Nova	116
Figura 77 –	Exemplos de quintais e hortas que permanecem em Venda Nova	116
Figura 78 –	Exemplos de quintais e hortas que permanecem em Venda Nova	116
Figura 79 –	Localização da horta comunitária	116
Figura 80 –	Localização Praça do Cruzeiro	117
Figura 81 –	Procissão 1930	118
Figura 82 –	Dança na festa de Santa Cruz	118
Figura 83 –	Praça do Cruzeiro 1980	119
Figura 84 –	Praça do Cruzeiro 2017	119
Figura 85 –	Localização Praça e Igreja de Santo Antônio	119
Figura 86 –	Igreja de Santo Antônio, 1809	120
Figura 87 –	Igreja de Santo Antônio, 1930	120
Figura 88 –	Igreja de Santo Antônio, 1960	120
Figura 89 –	Igreja de Santo Antônio, 2017	120
Figura 90 –	Igreja de Santo Antônio a construir	120
Figura 91 –	Localização do Cine Teatro São Pedro, 1940	121
Figura 92 –	Cine Teatro São Pedro, 1940	121
Figura 93 –	Cine Teatro São Pedro, 2014	121
Figura 94 –	Localização Praça Amintas de Barros	121
Figura 95 –	Praça Amintas de Barros 1809	122
Figura 96 –	Praça Amintas de Barros 1809	122
Figura 97 –	Praça Amintas de Barros 1970	122
Figura 98 –	Praça Amintas de Barros: festas e feiras, 1980	122
Figura 99 –	Praça Amintas de Barros: festas e feiras, 1980	122

Figura 100 – Praça Amintas de Barros: festas e feiras, 1980	122
Figura 101 – Praça Amintas de Barros: festas e feiras, 1980	123
Figura 102 – Praça Amintas de Barros: festas e feiras, 1980	123
Figura 103 – Praça Amintas de Barros: festas e feiras, 1980	123
Figura 104 – Praça Amintas de Barros: manifestação política, 1980	123
Figura 105 – Praça Amintas de Barros: manifestação política, 1980	123
Figura 106 – Situação atual da Praça Amintas de Barros	124
Figura 107 – Situação atual da Praça Amintas de Barros	124
Figura 108 – Procissão na Rua Padre Pedro Pinto, 1809	124
Figura 109 – Evento em frente à Praça Amintas de Barros, 1960	124
Figura 110 – Localização da sede da Corporação Musical Santo Antônio	125
Figura 111 – Corporação Musical em 1954	125
Figura 112 – Corporação Musical em 2010	125
Figura 113 – Corporação Musical em 2010	125
Figura 114 – Localização das ruas e casas onde acontece a Folia de Reis	126
Figura 115 – Apresentação Folia de Reis “Tia Nanzinha”	127
Figura 116 – Apresentação Folia de Reis “Tia Nanzinha”	127
Figura 117 – Apresentação Folia de Reis “Tia Nanzinha”	127
Figura 118 – Apresentação Folia de Reis “Tia Nanzinha”	127
Figura 119 – Apresentação Folia de Reis “Tia Nanzinha”	127
Figura 120 – Apresentação Folia de Reis “Tia Nanzinha”	127
Figura 121 – Localização Centro Cultural de Venda Nova: apresentação de Capoeira	128
Figura 122 – Apresentação de Capoeira	128
Figura 123 – Apresentação de Capoeira	128
Figura 124 – Localização da sede do grupo de Quadrilha de Venda Nova	129
Figura 125 – Apresentação no Arraial da Regional de Venda Nova	129
Figura 126 – Apresentação no Arraial da Regional de Venda Nova	129

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Densidade Demográfica por Região Administrativa de Belo Horizonte	46
Tabela 2 -	Renda familiar per capita (em R\$ de agosto de 2000)	49
Tabela 3 -	Nível de Escolaridade (em anos de estudo) da população de 25 anos ou mais	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADE	Área de Diretrizes Especiais
AEIS	Áreas Especiais de Interesse Social
BHBUS	Sistema ônibus de Belo Horizonte
BRT	Bus Rapid Transit (Transporte Rápido por Ônibus)
CAU	Conselho de Arquitetura e Urbanismo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LUPOS	Lei de Uso e Ocupação do Solo
OUC	Operação Urbana Consorciada
OUC ACLO	Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos Leste Oeste
PDDI	Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado
PGE	Plano Global Específico
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
ZAP	Zona de Adensamento Preferencial
ZAR	Zona de Adensamento Restrito
ZE	Zona Especial
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social
ZP	Zona de Proteção
ZPAM	Zona de Preservação Ambiental

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	PREMISSAS CONCEITUAIS	18
2.1	A Produção do espaço urbano contemporâneo	19
2.1.1	Cenário socioeconômico e do planejamento urbano	19
2.1.2	O mercado mundial de cidades	24
2.1.3	O empobrecimento da experiência urbana	28
2.2	Experiência e memória	30
2.2.1	Experiência	30
2.2.2	Uma outra cidade e um outro sujeito de ação	32
2.2.3	Memória	34
2.2.4	Um breve alinhamento com a área de estudo	37
3	VENDA NOVA – O LUGAR	38
3.1	Inserção regional	40
3.2	Aspectos socioeconômicos	44
3.2.1	Contextualização e situação atual	44
3.2.2	Caracterização socioeconômica	46
3.3	Aspectos da Paisagem Urbana	54
3.3.1	Acessibilidade e mobilidade	55
3.3.2	Caracterização do uso atual do solo	59
3.3.3	Caracterização da Lei de Uso e Ocupação do Solo	64
3.4	Aspectos físicos e ambientais	67
3.5	Aspectos históricos	76
3.6	Processo de ocupação de Venda Nova e sua relação com municípios limítrofes	80
4	VENDA NOVA: PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA E MEMÓRIA	90
4.1	Retomada dos conceitos	90
4.2	Metodologia	92
4.3	Práticas cotidianas de resistência – estudo geral	96
4.3.1	O uso dos espaços públicos: praças e becos	99
4.3.2	O uso dos espaços públicos: áreas residuais	101

4.3.3	O uso dos espaços públicos: usos culturais em edifícios e áreas livres	103
4.4	Práticas de resistência cotidianas – estudo detalhado	104
4.4.1	Prática 1 – A resistência pela música e dança	107
4.4.2	Prática 2 – Resistência ao comércio formal: os ambulantes	110
4.4.3	Prática 3 – Resistências e criações destinadas à adaptação espacial para espaços de convívio e de lazer	111
4.4.4	Prática 4 – Resistências ambientais	113
4.4.5	Prática 5 – Resistências pela permanência, manifestações culturais e políticas	117
5	CONCLUSÃO	130
	REFERÊNCIAS	132

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa surge de indagações a respeito da produção do espaço urbano contemporâneo, relativas às grandes obras de reestruturação urbana pelas quais a cidade de Belo Horizonte vem passando e que têm como fruto espaços públicos empobrecidos de experiência e memória. Neste contexto, desvela-se a enorme distância entre as propostas para a cidade e a prática real. Por outro lado, investigam-se as apropriações cotidianas criativas como possibilidades de resistência ao padrão e à ordem impostos. Essa resistência promove uma experiência rica, capaz de constituir memória.

Propõe-se, como estudo de caso, a Regional de Venda Nova: um lugar existente desde as primeiras ocupações do interior brasileiro, no séc. XVIII, e que esteve, desde então, geograficamente à margem dos núcleos urbanos a que pertenceu. Este é um lugar que possui ocupação típica de áreas periféricas e onde aconteceram várias intervenções urbanas, ao longo do seu processo de ocupação, incluindo uma das mais recentes e impactantes delas, a Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos Leste Oeste (OUC ACLO).

Explorando essa regional, compõe-se uma análise de caráter interdisciplinar a partir do planejamento urbano - na medida em que aborda o processo de mundialização, financierização das cidades e a apreensão desses pelo planejamento - e a partir da antropologia urbana e da filosofia - na medida em que discute as práticas sociais no espaço por uma perspectiva da experiência e da memória que promovem outra maneira de ser e fazer o espaço.

O foco, portanto, está na identificação de determinadas experiências sociais, de interação e invenção do espaço público, ou seja, na relação rica e complexa cotidiana do ser humano com a cidade, assumindo que ela acontece através da experiência e da memória. Desta forma, este trabalho transitará entre as teorias de Milton Santos, Henri Léfèbvre e Michel De Certeau, articuladas por autores que as discutem do ponto de vista urbano, antropológico e filosófico. Além disso, faz parte da proposta uma breve discussão sobre o cenário socioeconômico contemporâneo e o planejamento urbano com o objetivo de respaldar o entendimento do processo de valorização da terra, da segregação socioespacial e da constituição de espaços públicos espetacularizados e gentrificados.

Serão especialmente confrontadas as condições desses espaços públicos espetacularizados - e sua situação de pacificação, homogeneização e padronização -, com a alienação às questões e forças presentes nas cidades e o consequente empobrecimento da experiência socioespacial.

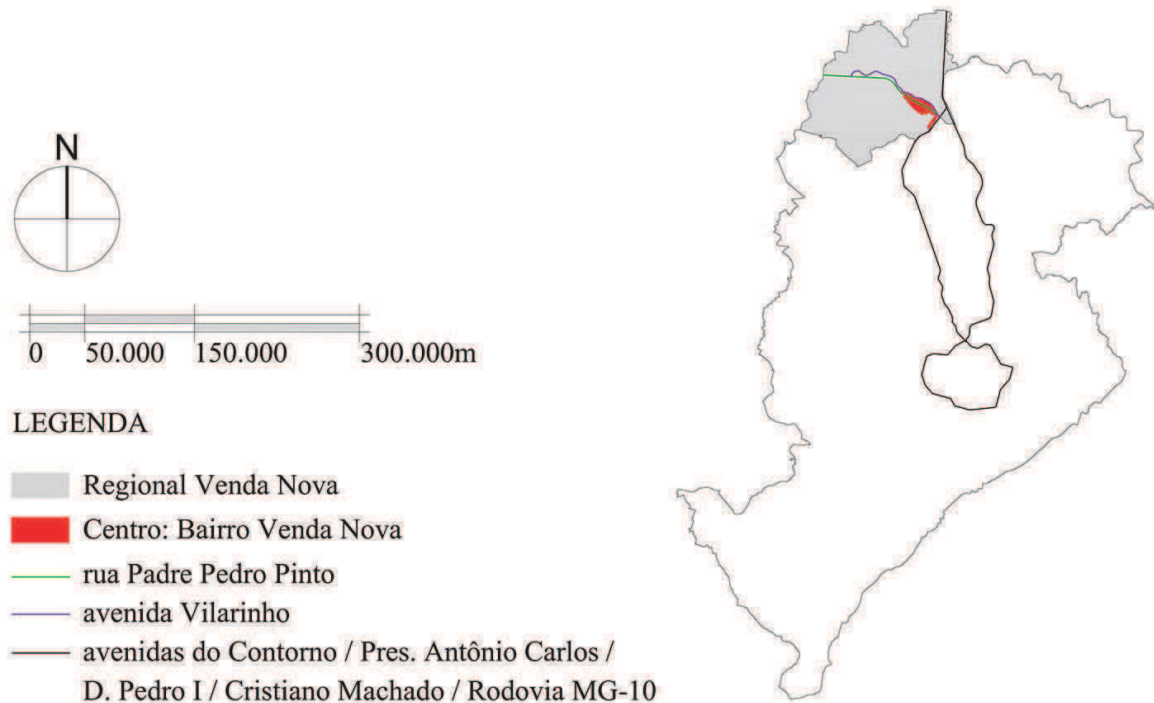
Desta forma, os objetivos específicos desta pesquisa consistem na construção de um estudo crítico da arquitetura e urbanismo, a partir de seu papel de cooptador das relações e forças presentes na cidade, e na possibilidade delas contribuírem para a melhoria das propostas dos profissionais para o espaço urbano, principalmente o público, visando esta construção para todos, mais democrática e igualitária.

Para o desenvolvimento do exposto acima, propõe-se a estrutura do trabalho dividida em 3 capítulos, com os assuntos e discussões distribuídos da seguinte forma: Capítulo 2 – premissas conceituais: trata-se de uma base teórica e crítica necessária ao entendimento da produção do espaço urbano contemporâneo. Primeiramente, serão expostas considerações sobre o cenário socioeconômico e o planejamento urbano que são alicerces para o entendimento do empobrecimento das relações, das práticas urbanas e memória. Em seguida, foca-se na importância da experiência. Por fim, apresentam-se definições de conceitos de memória, sob a perspectiva da continuidade e da derivação da experiência passível de ser transmitida. A importância da memória é vista como arma para o resgate das inúmeras formas criativas de apropriação do espaço urbano no cotidiano que rompem com o imposto e com o espetáculo exterior à vida praticada.

O capítulo 3 consiste na apresentação das condições existentes e preexistentes da regional de Venda Nova com o intuito de contextualizá-la com o processo de ocupação que acontece sempre à margem dos núcleos urbanos próximos. Para isto, a região é analisada a partir dos aspectos socioeconômicos, aspectos de paisagem urbana, aspectos físicos e ambientais e aspectos históricos. Essa análise se faz necessária para o entendimento da regional como uma ocupação típica de periferia com sérios problemas ambientais, de segregação socioespacial e de infraestrutura urbana.

Venda Nova é atualmente uma regional de Belo Horizonte, criada em 1973. Ela se localiza na porção norte dessa cidade e constitui seu principal vetor de crescimento, conforme apresenta a figura 1. A região pertenceu primeiramente à Comarca de Sabará e depois aos municípios de Santa Luzia, Campanhã (atual distrito de Justinópolis, Ribeirão das Neves) e Belo Horizonte.

Figura 1- Localização Regional Venda Nova – Belo Horizonte



Fonte: arquivo da autora

Nessa figura de localização, está demarcada a área central da cidade de Belo Horizonte, definida pelo limite da Avenida do Contorno. Há também a demarcação das principais vias de acesso do centro de Belo Horizonte à regional estudada – Avenida Presidente Antônio Carlos, Avenida Cristiano Machado e Pedro I. Já a Rodovia MG-10, dá acesso aos municípios vizinhos que compõem, a norte, a Região metropolitana de Belo Horizonte.

Em seguida, no capítulo 4, em uma aproximação entre teoria e prática, o trabalho dedica-se à apreensão das práticas cotidianas de resistência que acontecem em Venda Nova na contramão do espaço proposto pelo planejamento urbano. Apresentam-se essas práticas por uma perspectiva dos praticantes ordinários e comuns da cidade que resistem e inventam cotidianamente o espaço. Entre eles, estão os ambulantes, os moradores errantes, homens lentos que permanecem à revelia do desenvolvimento, adensamento e da aceleração contemporânea.

Como encerramento, recuperam-se as principais discussões apresentadas ao longo do trabalho e estabelecem-se algumas considerações finais sobre a possibilidade de criação de outro

espaço urbano, incluindo a perspectiva dos profissionais arquitetos e urbanistas, que é constituído por uma experiência rica de cidade e que nos revela um possível caminho para que se possa ter uma cidade pensada por e para todos, abrindo espaço para futuras investigações.

2 PREMISSAS CONCEITUAIS

Este capítulo procura estabelecer uma análise teórica e conceitual para o entendimento da inquietação que deu origem a esse trabalho: a enorme distância entre as propostas de espaços públicos pelo planejamento urbano contemporâneo e a sua apropriação cotidiana, a partir de práticas de resistência que são possibilidades de resistência, que promovem uma experiência rica e que constituem memória.

Procurou-se construir um roteiro exploratório com o intuito de investigar os pressupostos do planejamento urbano que geraram o empobrecimento da experiência urbana e a redução da importância da memória. Esses pressupostos acabam por promover desterritorializações, gentrificação e segregações socioespaciais.

Desta forma, o primeiro subcapítulo apresenta considerações preliminares, abordando a produção do espaço urbano contemporâneo, em um cenário de ascensão de processos sociais, econômicos e políticos neoliberais e a construção de um espaço mundial e de um mercado de cidades. Além disso, associa as ações do planejamento urbano contemporâneo e o empobrecimento da experiência urbana e da memória.

Postas as considerações preliminares, o segundo subcapítulo conceitua experiência e memória a partir de apropriações cotidianas que possuem alto grau de inventividade e criatividade e que representam uma nova postura e maneira de reação e combate à passividade e à padronização dos espaços públicos.

Retomando os termos “espaços luminosos” utilizado por Milton Santos (1996) e “espaços abstratos” utilizado por Henri Léfèbvre (2000), designa-se os espaços públicos contemporâneos como espaços globalmente homogeneizados. Em contrapartida, retoma-se os termos “espaços opacos” (SANTOS, 1996) e espaços “diferenciais” (LÉFÈBVRE, 2000) vislumbrando como a cidade é produzida na prática por “habitantes ordinários” (DE CERTEAU, 1996) que criam um outro espaço: de resistência e de diferença, imbuídos de conflitos.

Esses habitantes inventam outra forma de fazer e ser a cidade. Sua apropriação cotidiana estabelece uma relação complexa, diversa e dissensual com o espaço e possibilita a constituição da memória por sua “faculdade de intercambiar experiências” (BENJAMIN, 1994, p. 198). Essa memória é dinâmica e está associada à narração e à transmissão da experiência de pessoa a pessoa.

2.1 A produção do espaço urbano contemporâneo

Neste subcapítulo, retoma-se o cenário da produção do espaço urbano a partir da condição de uma política neoliberal. Essa condição aponta contradições no planejamento urbano contemporâneo que intensificam a desigualdade e segregação social e espacial e têm como resultante o processo de periferização.

As consequências do neoliberalismo para a produção do espaço urbano estabelecem o primeiro ponto de partida para o entendimento das citadas inquietações que fizeram surgir esse trabalho. Dessa forma, o significado da produção dos espaços públicos contemporâneos é um esclarecimento necessário para a compreensão das dinâmicas e forças presentes nas cidades. Isso requer o entendimento, de forma sintética, mas não reducionista, do atual contexto neoliberal global que, por seu modo de produção, implica no uso da cidade, por interesses empresariais, como mercadoria. Como apontado por Carlos Vainer (2013), a lógica capitalista promove uma cidade gerida como empresa e “os governos concedem aos empresários o poder de dirigi-las” (VAINER, 2013, p. 80).

2.1.1 Cenário socioeconômico e do planejamento urbano

O cenário socioeconômico e político mundial contemporâneo remonta à constituição do chamado neoliberalismo, nas décadas de 1970 e 1980, que possuía o objetivo de ampliar e explorar um mercado globalizado através da livre circulação de capital e do desmonte das atribuições do Estado para o controle do setor privado.

Nos últimos anos, várias produções científicas têm focado na reflexão e análise dos impactos socioespaciais causados pela transformação econômica do neoliberalismo e pela crise do Estado do Bem-Estar que está em curso. Essas discussões evidenciam o fato dessa estrutura socioeconômica ter intensificado a diferenciação social e entre espaços mais e menos valorizados, ou seja, a tendência à polarização da estrutura social.

De acordo com LAGO (2015), a diversidade social e a complexidade de distribuição espacial continuam crescendo, e estudos mostram que a segregação social tem sido intensificada.

Nos espaços mais burgueses, um terço dos espaços operários sofreu o processo de *gentrification* (aumento de categorias médias e superiores). A questão, portanto, não parece ser o grau, mas o padrão ou escala da segregação atualmente em evidência. Grandes áreas socialmente homogêneas tendem a fragmentar-se em microespaços excludentes (LAGO, 2015, p. 15).

Da transformação econômica e do inchaço urbano ocorrido no Brasil, desde o século XX, por causa da industrialização e da divisão internacional do trabalho (SANTOS, 2009), decorrem problemas urbanos que impulsionaram a população a buscar melhorias de qualidade de vida. Especialmente no final do século, a luta pela redemocratização do país fortaleceu movimentos sociais que estabeleceram um intenso debate sobre as questões urbanas. Esse debate culmina na elaboração de uma complexa legislação urbanística (planos diretores municipais), proporcionando a normatização da lei federal Estatuto da Cidade (2001) como determinação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal (1988).

Essas transformações no planejamento das cidades são marcos para o estabelecimento de uma política nacional de “Desenvolvimento Urbano” que valorizou e tornou possível a gestão democrática, contemplando a participação da população e de vários segmentos da sociedade na “formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano” (BRASIL, 2001, Art. 2º, inciso II).

Paralelamente a essas conquistas, transformações nas políticas urbanas provocaram, no planejamento urbano, a extrema valorização da propriedade individual e a financeirização da terra urbana. Além disso, causaram acumulação de capital financeiro e intensificaram as desigualdades sociais e econômicas, atingindo as pessoas menos favorecidas e mais vulneráveis (ROLNIK, 2015).

Nesse contexto, o avanço do neoliberalismo (e das desigualdades sociais) acentuou a mercantilização e privatização do espaço e acabou por promover uma contradição entre a condição do planejamento urbano, que pressupõe, de acordo com a legislação urbanística, participação da sociedade, e a realidade de impossibilidade de tomada de decisão coletiva sobre o espaço e da própria experiência da vida nas cidades.

Em prol desse desenvolvimento urbano, as premissas para elaboração dos projetos urbanos passaram a se pautar no estudo sistemático do espaço, identificando problemas e

estabelecendo diretrizes para sua solução. Aliando questões técnicas e legais, criou-se um distanciamento entre as estratégias e premissas do planejamento urbano e as reais condições de prática cotidiana efetiva da produção do espaço. Isso porque falhas no processo de participação da sociedade nas decisões inerentes à produção do espaço fizeram com que o planejamento urbano promovesse tomadas de decisão de “cima para baixo”.

Esse distanciamento pode ser percebido no contraste confirmado por indicativos que mostram que grande parte da população brasileira habita o espaço de maneira irregular perante a legislação e utiliza a autoconstrução. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) já aponta para o crescimento da cidade ilegal, ou de acordo com a classificação desse órgão: a expansão da moradia subnormal, desde as décadas de 1970 e 1980. Em pesquisa recente, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) revelou que os serviços de um profissional urbanista foram utilizados por menos de 15% da população que realizou alguma obra em imóveis residenciais (CAU/BR, DATAFOLHA, 2015), o que corrobora com a condição de irregularidade técnica e legal da cidade.

Essa situação é intensificada quando se analisa a produção de espaços públicos na qual se acentua a ineficiência participativa na tomada de decisão coletiva por equipamentos e obras de infraestrutura, reforçando a contradição entre o planejamento urbano e a produção real da cidade.

Um dos exemplos dessa contradição está na maneira como é utilizado um instrumento presente no Estatuto da Cidade (2001), a chamada Operação Urbana Consorciada (OUC). Esse instrumento passou a ser utilizado como justificativa para a implantação de grandes obras de melhorias urbanas. Ao envolver setores públicos e investidores privados, o planejamento acaba por absorver uma lógica eminentemente capitalista, visando o ordenamento do espaço urbano com objetivo de sedimentar as possibilidades para a realização do mercado. A respeito da OUC, diz esse Estatuto:

Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental. (BRASIL, 2001, Art. 32, § 1º).

A OUC foi proposta, no Estatuto da Cidade, como um instrumento que pressupõe neutralidade por viabilizar políticas públicas, por prever a participação social e a recuperação da mais-valia da terra. Apesar disso, na prática, o que ocorre é o investimento público inicial

em obras urbanas que valorizam determinada área antecipadamente para que ela seja atrativa aos investidores privados, tendo como resultado a concentração de renda e a intensificação da segregação espacial, social e ambiental.

Nessa perspectiva, as OUC's promovem a financeirização dos espaços, pela adoção de megaprojetos de reestruturação urbana e de concessão de serviços coletivos, afastadas da realidade da vida cotidiana do lugar e alinhadas a uma necessidade de evolução e desenvolvimento local e global que promovem gentrificação.

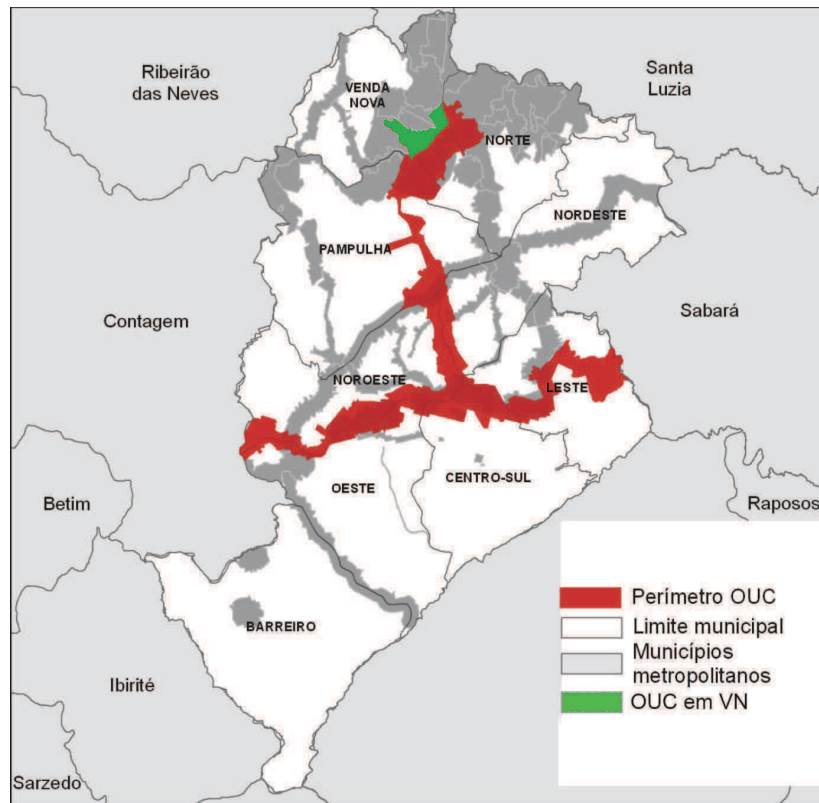
Na abertura do seminário “O Direito à Cidade no contexto da mercantilização do urbano no Brasil” *on-line*¹, Rolnik (2016) avalia essa situação:

Temos visto no Brasil exemplos desse processo, como é o caso do Rio de Janeiro no projeto Porto Maravilha, a maior parceria público-privada do país. Nesse caso, vimos o Mercado prescindindo do Estado para fazer política. As empresas elaboraram o projeto e o Estado entrou para fazer a mediação e construir as normativas de regulação do projeto; daí o consórcio tem acesso ao fundo público e executa a obra. Podemos chamar isso de democracia direta do capital, uma metáfora para dizer que a nossa ideia de democracia direta caiu, e quem está executando isso é o Mercado, ao desqualificar o Estado e os partidos políticos (ROLNIK, 2016).

Esses exemplos de intervenções urbanas fazem parte das inquietações desse trabalho no que diz respeito ao lugar escolhido para estudo, Venda Nova: a reformulação de espaços públicos através da OUC chamada OUC Antônio Carlos/Pedro I – Leste-Oeste (OUC ACLO) assegura a rentabilidade e liquidez dos capitais, elevando o valor da terra e promovendo segregação e gentrificação.

¹ observatoriodasmetroles.net. Acesso em 19 de abril de 2017.

Figura 2: OUC ACLO – Área de abrangência



Fonte: SMAPU/PBH, 2013. Adaptado pela autora, 2017.

A OUC ACLO consiste em uma operação que atinge 99 bairros, incluindo bairros de Venda Nova, e alguns dos principais eixos viários da cidade de Belo Horizonte, entre eles, a Avenida Pedro I e a Avenida Cristiano Machado, que são as principais vias e acesso à regional estudada. Trata-se de um conjunto de propostas ao longo dos corredores viários que visa, principalmente:

Um melhor aproveitamento da infraestrutura instalada no local, especialmente o sistema de transporte, associado à reestruturação urbana no entorno imediato do eixo. Esta reestruturação deverá incrementar a qualidade ambiental e urbanística da área. (BELO HORIZONTE, OUC-ACLO, 2015, p. 23)

A partir dessas propostas, foram implantadas obras na regional que afetaram drasticamente a dinâmica e a vida cotidiana local.

Em estudo recente sobre as cidades brasileiras, Lago (2015) tem como base o paralelismo entre a crise econômica e suas políticas recessivas e as transformações no espaço urbano através da expansão dos assentamentos populares e a emergência de formas de segregação espacial baseadas na ocupação de precárias periferias gerando:

um padrão de urbanização periférico, a partir da década de 1970, para explicar a particularidade da metropolização brasileira resultante da combinação entre a modernização da economia, com o conseqüente aumento da produtividade, e as formas extremas de exploração da classe trabalhadora. Nesse modelo de crescimento, estabeleceu-se, via intervenção do Estado, um crescimento urbano segregador e excludente (LAGO, 2015, p. 24).

Ermínia Maricato (2003), acerca do processo de periferização e desigualdade socioespacial, esclarece:

No final do século XX, algumas décadas depois, a imagem das cidades brasileiras parece estar associada à violência, poluição das águas e do ar, criança desamparada, tráfego caótico, enchentes, entre outros inúmeros males. As oportunidades que de fato havia nas primeiras décadas do século XX para a população imigrante e depois para a população migrante (inserção econômica e melhora de vida) parecem quase extintas. A extensão das periferias urbanas (a partir dos anos de 1980 as periferias crescem mais do que os núcleos ou municípios centrais nas metrópoles) tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental configurando imensas regiões nas quais a pobreza é homogeneamente disseminada. Pela primeira vez na história do país registram-se extensas áreas de concentração de pobreza, a qual se apresentava relativamente esparsa nas zonas rurais antes do processo de urbanização. A alta densidade de ocupação do solo e a exclusão social representam uma situação inédita. (MARICATO, 2003, p. 152).

O processo de periferização acontece pela exclusão social que pode ser mensurada e averiguada nos índices de ilegalidade, informalidade e irregularidade e em dados socioeconômicos de renda, escolaridade, entre outros. Mas, mais do que a mensuração da exclusão, a caracterização da pobreza deve ser pensada a partir da ausência da possibilidade de ter e ser na cidade. Isso remete aos principais problemas para a prática de um direito - o direito à cidade (LÉFÈBVRE, 2001). A marca das periferias brasileiras não é somente a enorme presença de moradias precárias, mas principalmente a ineficácia ou inexistência de espaços públicos como potencialidades de encontro, de diferença e de experiência criativa.

Neste contexto, o planejamento urbano contemporâneo reforça a desigualdade socioespacial pelo contrassenso entre os projetos urbanos e a vida cotidiana que segue ocupando, apropriando e adaptando os espaços da cidade. Essa condição – cidade planejada x cidade apropriada – é central para o entendimento das inquietações desse trabalho.

2.1.2 O mercado mundial de cidades

A reflexão sobre a maneira como tem sido pensado o planejamento urbano parte da presença de um mercado mundial de cidades. Para Sanchez (2001), esse mercado se dá a partir de uma “orientação estratégica comum nas políticas urbanas, voltada para a venda das cidades

simultaneamente nas escalas global, nacional, regional e local.” (SANCHEZ, 2001, p. 246). A transformação de cidades em mercadorias tem sido estratégica para a reprodução de uma economia e mercado globais e para a construção de um espaço mundial.

Santos (2014) aborda o espaço mundializado, por uma perspectiva global-local, como o lugar da reprodução do capital onde os projetos locais estão cada vez mais sujeitos a constrangimentos e implicações de natureza mundial. Segundo ele, cada fração de espaço local das cidades está submetida e possui um papel e valor para a totalidade.

Ao mesmo tempo, é justamente por este processo de mundialização dos fatos e relações sociais, políticas, econômicas e a possibilidade de se discutir conceitos universais, nos quais todas as coisas estão ligadas às demais por uma infinidade de conexões, que se torna possível a análise do local:

Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos. Isto se deve à especialização desenfreada dos elementos do espaço – homens, firmas, instituições, meio ambiente -, à dissociação sempre crescente dos processos e subprocessos necessários a uma maior acumulação de capital, à multiplicação das ações que fazem do espaço um campo de forças multidirecionais e multicomplexas, onde cada lugar é extremamente distinto do outro, mas também claramente ligado a todos os demais por um nexo único, dado pelas forças motrizes do modo de acumulação hegemonicamente universal (SANTOS, 2014, p. 38).

Há uma conexão direta e complementar e as ações locais interferem diretamente no global. Com isto, todos os lugares do mundo ganham um novo papel, mais aberto e automaticamente mais influenciável. De acordo com Santos (2014), quanto mais os processos de produção se tornam globais, mais a produção regional se especializa. Estudar e entender uma região requer cada vez mais a compreensão de relações globais: política, econômica, cultural e social.

Esse espaço mundial requer, como visto no item 2.1.1, projetos de renovação urbana que passam a acontecer, principalmente a partir da década de 1990, a partir de associações entre o poder público e o privado, confirmando que o espaço das cidades se privatiza, se realiza enquanto mercadoria e que esse processo de privatização acontece em diferentes escalas. Sanchez (2001) diz que:

A estratégia global encontra uma nova dinâmica para a reprodução do capitalismo: a construção da cidade-mercadoria que, sob o poder político do estado e das coalizões econômicas com interesses localizados, perfila-se através dos processos de renovação urbana, como exigência da economia competitiva, e através da construção de imagem para vendê-la, de um modo de inseri-la no mercado. Como mercadoria especial, envolve estratégias

especiais: são produzidas representações que obedecem a uma determinada visão de mundo, são construídas imagens-síntese sobre a cidade e são criados discursos referentes à cidade, encontrando na mídia e nas políticas de *city marketing* importantes instrumentos de difusão e afirmação. As representações do espaço, contribuem, pela mediação do político, nos processos de intervenção espacial para renovação urbana (SANCHEZ, 2001, p.246).

Entre as análises desenvolvidas por alguns autores a respeito da cidade mercadoria, Carlos B. Vainer (2000) esclarece que o planejamento esteve entre os modelos de planejamento urbano que vêm se difundindo inspirado no “planejamento empresarial e estratégico”. Ele diz que esse, por uma perspectiva de seus defensores, deve ser adotado pelos governos locais em razão das cidades estarem submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas. Também observa que o debate sobre a questão urbana migrou do “crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização do uso do solo” (VAINER, 2000, p. 76) para uma nova condição central: a competitividade urbana pelo investimento de capital, pela capacidade de atração de indústrias e negócios, pelo preço e qualidade de serviços e pela força de trabalho qualificada.

Vainer (2000) evidencia que as ações no espaço, consequências do pensamento da cidade enquanto local de competitividade, produzem um espaço urbano, apropriado por interesses empresariais que requerem a extinção de conflitos e do uso político do espaço como lugar de exercício de cidadania.

Também acerca da produção de cidades mercadorias, Ribeiro, A. (2012), diz que o neoliberalismo, enquanto capitalismo financeiro e cognitivo, trata de conhecimento, de especulação e de uma financeirização veloz. Ele impacta diretamente as cidades, de maneira intensa e veloz, pela intensificação da segregação espacial. Ele é ávido por recursos, inovações, nichos de oportunidade e lucro e “explode hoje em contradições e em crises sociais” (RIBEIRO, A. 2012, p. 6).

Considera-se, assim, que o Estado utiliza recursos públicos para resguardar a posição de economias e que o planejamento urbano funciona como instrumento produtor da cidade mercadoria e dos consensos.

Em Ribeiro, A. (2012) vemos a diferença entre “território de ação estratégica” e o “território usado”, conceito formulado por Santos (1996). O espaço urbano enquanto ação estratégica do capital é a:

... forma dominante de exercício do poder, que cola a leitura do espaço ao visível e ao imediato, que cola a sociedade ali, esse território é o antagônico do território usado. O território usado destaca a vida relações, destaca como conceito o espaço banal, o espaço que é de todos, e não apenas dos atores dominantes. Esse o território usado. Milton Santos (SANTOS, 1996) foi muito sagaz em perceber que essa categoria procura reinscrever o território na problemática relacional do espaço. Porque o espaço é relacional, é da vida de relações. O problema está em que o território corta a vida de relações e materializa, de imediato, a experiência coletiva. Isso é uma redução da problemática do espaço, uma redução que traz consigo uma redução dos sentidos da ação. Em vez de ser a ação social, que pode ser espontânea, dirigida de uma forma direta aos valores culturais (como diria Max Weber, uma ação que pode carregar tradições culturais) — em vez de ser isso, é uma ação estratégica de um território e num território que é vazio de relações (RIBEIRO, 2012, p.6).

Entende-se que o território vazio de relações parte do uso consensual do espaço urbano, que o reduz à ação estratégica capitalista, à produção de imagens de sedução pela mercadoria. Além disso, requer rendição total das pessoas, ou seja, passividade em detrimento das possibilidades do espaço como ação social relacional que requer espontaneidade e é “dirigida de maneira direta aos valores culturais” (RIBEIRO, A. 2012, p. 6).

Reforçando essa questão, Péter Hall (1995) enfatiza que a realidade urbana contemporânea é única: gestões são empresariadas, vendem cidades e produzem espaços urbanos espetacularizados e padronizados. As cidades se traduzem pelas estratégias espaciais de padronização que legitimam os interesses globais e a formação de um mercado global de cidades. Rolnik (2016) explica:

Vimos, nos últimos anos, o Estado atuando somente em benefício dos interesses do mercado, temos assim uma mimese Estado-Mercado. E a questão urbana está no coração dessa crise, já que é a principal fronteira de ampliação e acúmulo do capital contemporâneo (ROLNIK, 2016, p.).

Em suma, uma das considerações conceituais desse trabalho parte da lógica de produção de cidades cada vez mais competitivas e do processo de globalização no qual todos os lugares estão sujeitos às necessidades do processo produtivo do sistema neoliberal. A mundialização do espaço urbano revela distinções geográficas e hierarquias nas quais a vantagem econômica é ditada pelos lugares mais rentáveis. Em cada lugar, a possibilidade de se estabelecer em função de suas vantagens econômicas se amplia, visto que o capital é mundial e a cidade é mercadoria. Essa condição pressupõe a produção de espaços, enquanto consumo, cada vez mais homogêneos, padronizados e pacificados.

2.1.3 O empobrecimento da experiência urbana

Ficamos pobres. Abandonamos, uma a uma, todas as peças do patrimônio humano, tivemos que empenhá-las muitas vezes a um centésimo do seu valor para recebermos em troca a moeda miúda do “atual” (BENJAMIN, 2012, p. 128).

Através da hierarquização espacial, que acontece desde a escala global até a local, as vantagens econômicas proporcionadas por determinados núcleos urbanos promovem a desigualdade espacial e intensificam a desigualdade social. O processo de periferização revela isso e é uma das possibilidades de entendimento da falta de investimento em determinadas áreas da cidade e a manutenção de sua condição às margens do desenvolvimento de núcleos e áreas urbanas mais atrativos. De acordo com Vainer,

Poder-se-ia explorar um pouco mais a maneira como a transformação da cidade em mercadoria (de luxo) repercute no olhar lançado sobre a pobreza. A transfiguração da pobreza em ambiente foi explicitamente formulada pelos catalães, quando incluíram no que chamam de entorno social "o peso da pobreza". Os pobres são entorno ou ambiente pela simples razão de que não se constituem, nem os autóctones, nem os virtuais inligames, em demanda solvável. Em todos os níveis, tanto do ponto de vista concreto (infra-estruturas, subsídios, favores fiscais, apoios institucionais e financeiros de todos os tipos) quanto do ponto de vista da imagem, não resta dúvida: a mercadoria-cidade tem um público consumidor muito específico e qualificado (VAINER, 2000, p.79).

A produção dos espaços, no território urbano, alinha-se à gestão da cidade globalizada, esvazia o espaço de possibilidade de interação social e tem como consequência direta o empobrecimento da experiência urbana dos habitantes.

O esvaziamento reflexivo dos espaços públicos impede seu uso potente e crítico para a construção da cidadania e para o empoderamento de seus habitantes. Nesse sentido, Maricato (2001) explica o desconhecimento das forças e interesses que regem as cidades por meio do termo “analfabetismo urbanístico”. Segundo ela, grande parte da população brasileira vive alienada das questões e realidades urbanas, o que potencializa a não participação e o empobrecimento da experiência espacial.

Nesse sentido, as propostas para o espaço público contemporâneo não só reduzem a capacidade crítica dos habitantes da cidade, em detrimento do que deveria ser um espaço do comum, imbuído de conflitos, como também reforçam a alienação, segregação espacial e a marginalização, eliminando a possibilidade de uma cidade pensada e construída por e para todos.

O papel do planejamento urbano contemporâneo seria o de criar imagens e de estar a serviço do marketing político. As cidades tornaram-se outdoors, imagens espetaculares, imagens sem corpos, espaços desencarnados e de consensos. Paola Berenstein Jacques (2010) reafirma isso:

Dentro da mesma lógica espetacular, baseada na criação de imagens e construção de consensos urbanos, os espaços públicos contemporâneos, assim como a cultura, são vistos como estratégicos para a construção e a promoção de imagens de marca consensuais de cidades, ou seja, são pensados enquanto peças publicitárias, para consumo imediato. Os atuais projetos urbanos contemporâneos são realizados no mundo inteiro segundo uma mesma estratégia: homogeneizadora, espetacular e consensual. Estes projetos buscam transformar os espaços públicos em cenários, espaços desencarnados, fachadas sem corpo: pura imagem publicitária. As cidades cenográficas contemporâneas estão cada dia mais padronizadas e uniformizadas, são espaços pacificados, aparentemente destituídos de seus conflitos inerentes, dos desacordos e dos desentendimentos, ou seja, são espaços apolíticos (JACQUES, 2010, p. 108).

Essa condição acaba por moldar tanto indivíduos e coletividades que se “auto-identificam pelo consumo ostensivo de estilos e lealdade a todo tipo de marca” quanto “o sistema altamente concentrado dos provedores desses produtos tão intangíveis quanto fabulosamente lucrativos” (ARANTES, 2000, p. 16).

Em consonância com as considerações colocadas acima e completando-as com outra perspectiva, Benjamin (1994) pontua que as ações da experiência estão em baixa. Ele associa essa baixa à quase extinção da arte de narrar. Para ele, a perda da capacidade de narração reflete a privação da faculdade de intercambiar experiências (BENJAMIN, 1994, p. 198), e estamos mais pobres em experiência comunicável.

A narrativa pressupõe uma sabedoria pela experiência, seja vinda de terras estranhas e distantes (caso do viajante que tem muito a narrar), seja do homem comum de um lugar que narra suas histórias e tradições (BENJAMIN, 1994, p.198). Nesse sentido, a perda da narração e da sabedoria promove também a perda da experiência.

A informação já nos chega acompanhada de explicação, da mesma forma que o espaço nos já nos chega pronto, rígido, organizado e funcional. De acordo com Benjamin, metade da arte narrativa está em evitar explicações. O homem seria livre para interpretar a história como quiser, e com isso o episódio narrado atinge uma amplitude que não existe na informação (BENJAMIN, 1994, p. 203). Assim também é a experiência do homem com o espaço, ela é empobrecida quando imposta de “cima para baixo”, quando abreviada e reduzida, quando não representa nada de inesperado.

Portanto, a partir da cidade enquanto mercadoria, da alienação da sociedade no que diz respeito às forças e questões nela presentes e do processo de elaboração de projetos urbanos, há o esvaziamento e empobrecimento da experiência urbana contemporânea.

2.2 Experiência e memória

2.2.1 Experiência

A cidade é o local privilegiado do conflito, onde há uma intensificação de estímulos nervosos exteriores e interiores. A presença de singularidades, criatividade e manifestações culturais, responsáveis pela complexidade e intensidade da vida pública, é a condição central para que possa haver uma prática social extensiva. Da mesma forma, as noções de cidadania urbana têm as grandes cidades como objeto de reivindicações e manifestações por direitos e denunciam injustiças e privilégios historicamente enraizados nos costumes e ordenamento. A importância dessa vida pública, então, revela a potência para o empoderamento e a inalienação do homem.

Os espaços públicos, próprios para o homem manifestar seus sentidos e afetos e estabelecer uma escrita espacial de suas ações, transformações e memórias estão imbricados de forças de capitais que aniquilam a apropriação humana por uma experiência intensa e rica na cidade, pois, como argumentado no item 2.1, é no espaço público que se intensifica a construção de cenários através de grandes reestruturações urbanas espetaculares e homogeneizadoras.

A essa condição vazia, Welsch² (1996 citado por CASTRIOTA, 2012) acrescenta uma análise sobre a presença de um super-esteticismo:

Na sua descrição irônica, as cidades estariam sofrendo uma espécie de *facelifting*, intervenção cirúrgica estética, que atingiria igualmente os centros históricos, as antigas áreas industriais ou degradadas das cidades e mesmo as novas periferias que se formavam, não escapando desse boom estetizante nem as pedras do calçamento das ruas, nem as maçanetas das portas. “Se pudessem”, conclui, “as sociedades industriais ocidentais avançadas transformariam *in totó* o meio-ambiente urbano, industrial e natural num cenário hiperestético” (WELSCH, 1996, p. 10 *apud* CASTRIOTA, 2012, p. 48).

² CASTRIOTA, Leonardo Barci. Walter Benjamin e as cidades: choque, vivência e memória. A Cor das Letras: Revista do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana. — N. 1 (1997). - Feira de Santana: UEFS, 1997-. v. ; il., 21,5 cm. Anual.

Essa condição, segundo Castriota (2012), remonta à necessidade da vida contemporânea em se ter cada vez mais vivências. A vivência, na perspectiva de Benjaminiana, contrapõe-se à experiência. Benjamin (1994) coloca a experiência (*Erfahrung*) como pertencente ao cotidiano que é transmitido por cada geração através da narração e que se associa ao seu tempo lento característico. Já a vivência (*Erlebnis*) designa uma experiência individual e solitária, baseada no conhecimento mais do que no relato, na instantaneidade e na repetição. Tal fato o vincula ao modo de vida nas cidades atuais.

O tecer lento da narrativa, em seu ritmo orgânico, permite que se depositem as camadas da experiência - contribuindo também decisivamente para a memorização, para a integração do narrado na experiência do ouvinte -, naquela vai predominar o ritmo mecânico, febril da multiplicidade de choques na multidão. Usando uma imagem baudelaireana, Benjamin utiliza-se da figura do jogador, para apresentar a vivência moderna do tempo: um tempo infernal, de repetição e de reiteração do sempre-igual (CASTRIOTA, 2012, p. 48).

Essa experiência está vinculada ao fazer com o próprio corpo, ao fazer artesanal, assim como a narrativa é um ofício manual (BENJAMIN, 1994, p. 205). Ela é estranha à técnica científica e é próxima do saber artesanal. Partindo dessas considerações, entende-se que a experiência que se liga ao tempo, o tempo lento, desconecta-se das condições atuais dos habitantes alienados, adestrados e inanimados das cidades.

Certeau (1996) considera, como experiência, a capacidade dos sujeitos sociais de romperem ou se insinuarem contra a ordem imposta. Ele apreende as manifestações presentes no dia-a-dia como invenções cotidianas. Por isso, prática e cotidiano, em Certeau (1996), estão intimamente relacionadas e se caracterizam por “astúcias sutis” e “táticas de resistência” que fissuram a ordem. Essa prática conecta-se a outro grupo de habitantes marginais à sociedade: eles são praticantes ordinários, lentos e errantes que, por suas práticas narradas no espaço, permitem interpretações diversas deles. Essa abertura e amplificação garante sua permanência e a constituição da memória.

A valorização da inventividade e inteligência do mais fraco faz Certeau (1996) dedicar-se ao “homem ordinário”, ao “herói comum e anônimo” e o leva a narrar “práticas comuns” e “artes de fazer” operações astuciosas. A experiência enquanto prática se estabelece mais uma vez aqui, associada à narração. Diz ele:

[...] A uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde outra produção, qualificada de ‘consumo’: esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua

ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante. (CERTEAU, 1996, p. 39).

O consumo a que se refere aplica-se ao consumo dos espaços, vistos como produtos impostos, com uma liberdade inventiva que os altera, resistindo, sobrevivendo às imposições e invertendo sua lógica pelas táticas de experiência cotidiana, as quais podem ser “utilizadas, manipuladas e alteradas”.

2.2.2 Uma outra cidade e um outro sujeito de ação

Em continuidade a Certeau (1996), Ribeiro, A. (2009) destaca a necessidade de uma nova postura da sociedade para que se possa combater as reduções e abstrações da vida contemporânea. Segundo ela, é preciso cartografar as ações cotidianas de uma:

[...] sociedade que se desdobra em todas as direções: inventa mil formas de se manifestar e de sobreviver, e inventa também espaços públicos, cria esfera pública, faz mil e uma coisas impressionantes. É uma sociedade muitíssimo ativa, mas é lida de uma forma terrivelmente simplificadora, e segundo uma retórica negativista, ou então segundo a retórica daqueles que se apresentam como grande sabedores dos anseios da sociedade, e assim nem se dão ao trabalho de escutá-la, preferem simplificar tremendamente a realidade da qual posam de tradutores, no que agem muito mal, pois simplificar uma realidade complexa resulta sempre em aumentar os riscos sociais (RIBEIRO, 2009, p.).

Essa descrição aponta para a existência de uma outra cidade onde coexistem as diferenças e onde acontece o dissenso. Santos (1996) apresenta a ideia de que, em uma mesma cidade, existem dois tipos de espaços distintos: espaços luminosos e espaços opacos. Esses se diferenciariam pela maneira como são praticados pelas pessoas.

Os espaços luminosos são os espaços pacificados, padronizados, homogêneos, gentrificados e espetaculares, onde a vida acontece de forma passiva, superficial e impessoal. São os espaços empobrecidos de experiência, como vimos no item 2.1.3, implantados como espaços de produção, consumo e reprodução do capitalismo. As ações humanas nesses espaços estariam mais próximas da vivência do que da experiência, na perspectiva posta por Benjamin (2009).

Por outro lado, os espaços opacos se caracterizam por “espaços do aproximativo e da criatividade” (SANTOS, 1996). Em uma descrição irônica, Santos (1996) diz que essas são áreas não dotadas das “virtualidades dos espaços espetaculares”. Como espaços da criatividade, pressupõem novas maneiras, ativas e ricas, de ação no espaço.

Em consonância com o que aponta Ribeiro, A. (2012), esse é o espaço do anônimo e do errante. É também o espaço da ação social que pressupõe sujeitos eventuais.

São sujeitos da sua própria ação, e que na verdade estão nas ruas, são as pessoas que estão nas ruas, falando, acontecendo, dizendo, agindo, fazendo. É a essa é a cartografia da ação que me refiro. Queremos saber dessa cartografia, dessas outras cartografias dos territórios usados, de maneira a resistir ao apagamento da vida de relações, o qual cada vez mais, eu acho, vai ser a forma dominante, a forma hegemônica de ver e de ler as relações entre a sociedade e o Estado (RIBEIRO, A. 2012, p.).

Em detrimento das ações pacificadas e da super-estetização dos espaços luminosos, acontece a experiência que possibilita uma cartografia dos que fazem a cidade e estão na contramão, constituindo uma ruptura da apatia corporal. Aproximando com a teoria de Benjamin (2009), os espaços opacos acontecem quando há uma experiência não superficial e reduzida.

Essa experiência é proporcionada por, como chamou Certeau (1996, p. 171), “praticantes ordinários da cidade”. Eles alteram a lógica fundamental dos espaços consensuais através da apropriação cotidiana. A sua prática inesperada é fruto de uma densa experiência com a cidade que possibilita sua reinvenção. Elas estabelecem traços e geram memória, rompem com o espaço pré-estabelecido. Além disso, são intuitivas e representam uma potência para a consciência do comum e para a promoção de transformação social.

Ainda nesta perspectiva, é possível traçar um paralelo entre Léfèbvre (2013) e Santos (1996). Léfèbvre conceitua os espaços luminosos como “espaços abstratos”. De acordo com sua teoria, os espaços abstratos são os planejados e normatizados, onde opera a lógica do espaço pensado pelo urbanista de ordenação e dominação, que gera isolamento e empobrecimento da experiência. Por outro lado, praticantes ordinários, usando o próprio espaço abstrato, inventam-no e o transformam-no. Valendo-se de astúcias, apropriam o espaço contrariando a sua lógica primeira. Esses habitantes resistem, “reapropriando o espaço para um uso diferente” (LÉFÈBVRE, 2013, p. 215).

Assim, os espaços opacos e abstratos, experiência dos praticantes ordinários ao sabor das maneiras diferentes, inesperadas e criativas de perceber e apreender, promovem outras sensações corporais no atual contexto de reprodução cenográfica. Existiria, assim, uma outra cidade, lugar de encontro da diversidade humana, onde coexistiriam as diferenças e as complexidades inerentes à sociedade contemporânea que revelaria resistência ao imposto. A experiência quando aplicada, produz um novo espaço.

2.2.3 Memória

A cidade contemporânea pressupõe um espaço onde as pessoas estabeleçam vínculos e integração social pelo interesse de mercado de consumo, ou seja, pelas relações de troca. Na medida em que o convívio social requer o conhecimento do peculiar, dos variantes individuais, a vida social objetiva da cidade valoriza e intensifica a falta de vínculo mais íntimo entre as pessoas.

Por outro lado, a alta oferta de estímulos; a agitação, a aceleração e a exposição a situações variadas na cidade fazem com que o homem se empenhe cada vez mais na elaboração de suas particularidades como forma de preservar sua essência. Assim, o espaço urbano deveria ser o lugar dos diferentes e da integração social, mas, de fato, é refletor de processos promotores de invisibilidades e de anulação das possibilidades de interação entre as pessoas.

A essa condição se soma a promoção do anonimato. Nessa perspectiva, Ribeiro, A. e Lourenço (2001) dizem:

O anonimato se inscreve nestes processos como uma “mancha de óleo” de limites indefinidos, expressando a fragilização dos vínculos e redes sociais que constroem a pessoa sem que surjam as condições societárias de afirmação do indivíduo autônomo, com possibilidades de escolha dos valores que orientarão a sua luta por afirmação social plena. Assim, se há crise da modernidade, há, também, crise dos projetos de modernização, inclusive dos ideários que orientaram expectativas de transformação social geradas em torno da consolidação do capitalismo nas sociedades periféricas (RIBEIRO, A.; LOURENÇO, 2001, p. 120)

Ribeiro e Lourenço (2009) consideram radicais as condições que levam ao anonimato, como exclusão, desconsideração e invisibilidade total de indivíduos da sociedade. Nessa discussão, apontam que o anonimato é promovido por “mecanismos reprodutores de anônimos” e que devemos resistir “às formas de controle e enfraquecimento, tão atuais, da interação social, dos gestos espontâneos e da descoberta, sempre ousada, de infinitos outros” (RIBEIRO, A.; LOURENÇO, 2001, p.118).

A fragilização da vida social é consequência de interações sociais cada vez mais rápidas, superficiais e descartáveis, que não permitem trocas, compreensão e a absorção necessária para serem transmitidas. Por outro lado, para se constituir a memória é necessário o registro da experiência que acumulamos dos lugares que passamos e vivemos (Benjamin, 2009).

Dessa primeira consideração, extrai-se uma conceituação importante para esse trabalho: o enfraquecimento da interação social provoca empobrecimento de experiência e impossibilita a narração e transmissão. Dessa forma, a memória estaria fragilizada, posto que uma experiência urbana rica da vida cotidiana pressupõe uma dupla afetação: do homem ao espaço e do espaço ao homem, ao ponto de se inscreverem um no outro.

O verdadeiro método de tornar as coisas presentes é representá-las em nosso espaço (e não nos representar no espaço delas). (Assim procede o colecionador e também a anedota.) As coisas, assim representadas, não admitem uma construção mediadora a partir de “grandes contextos”/ Também a contemplação de grandes coisas do passado – a catedral de Chartres, o templo de Paestum – (caso ela seja bem sucedida) consiste, na verdade, em acolhê-las em nosso espaço. Não somos nós que nos transportamos para dentro delas, elas é que adentram a nossa vida. (BENJAMIN, 2009, p. 240).

Para entender o espaço urbano deve-se considerá-lo não só como o lugar onde as pessoas vivem e trabalham, mas onde elas se relacionam e se afetam. Essa é uma noção primordial para a possibilidade de uma nova forma de sensibilidade.

Nora (1993) diz que a memória é formada pela prática social e está em constante transformação. Em suas palavras:

Se habitássemos ainda nossa memória não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. Cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como a repetição religiosa daquilo que sempre se fez, uma identificação carnal do ato e do sentido, desde que haja rastro, distância, mediação não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história (NORA, 1993, p.8-9).

Ele reforça a ideia de memória como processo em constante transformação e evolução contínua. Para Nora (1993), essa é produzida pela vida cotidiana e, portanto, é sempre atualizada, está em formação e se funde com a formação humana, a partir de sua experiência cotidiana na cidade.

Em relação ao tempo, Léfèbvre (2013) pontua que o espaço é produzido e concebido através da aplicação da experiência. Essa experiência, vinculada à passagem do tempo, é a experiência da memória, fundada no tempo da vida cotidiana.

Em outra perspectiva, Benjamin (1994) pontua que a relação entre o ouvinte e o narrador é determinada pelo “interesse em conservar o que foi narrado” (BENJAMIM, 1994, P. 210). Além disso, ele diz que a abrangência da memória funda a cadeia da tradição que é transmitida de geração em geração.

Considerando essas teorias, é possível afirmar que a apropriação criativa cotidiana da cidade seria a maneira de narrar a memória derivada da prática social, passível de interesse em conservar, aproximando-se da experiência, uma experiência de memória.

A memória seria a experiência aplicada na apropriação cotidiana, uma arma para resgate da experiência dos habitantes. Recuperar as inúmeras formas criativas de apropriação do espaço urbano no cotidiano rompe com o imposto, com o espetáculo exterior à vida real.

Santos (1994) considera que o espaço geográfico está imbricado do tempo. Ele seria uma categoria espacial-temporal, na qual o estabelecimento de uma periodização permite a identificação do que é novo. Diz ele:

[...] o espaço tem um papel privilegiado, uma vez que ele cristaliza os momentos anteriores e é o lugar de encontro entre esse passado e o futuro, mediante as relações sociais do presente que nele se realizam (SANTOS, 1994, p. 122).

O espaço se transforma e é adaptado a partir de formas preexistentes que ora se alteram, ora permanecem. Seria a apropriação cotidiana do espaço que possibilitaria a permanência das ações no espaço ao longo do tempo. O espaço-tempo é a condição para a realização da vida, que permanece, através do uso, pelas ações do passado que se atualizam e refletem o significado da vida social.

Nesse sentido, o espaço-tempo tem como ligação direta a experiência da memória que se transforma em paisagem, incorporando as ações da vida cotidiana, o que sugere a necessidade de uma nova abordagem para o espaço. Sob essa perspectiva, a memória é tratada enquanto sobreposição espacial.

Essa sobreposição pressupõe a heterogeneidade das culturas, que rearticulam e tecem a cidade, na qual passado e presente se encontram no espaço-tempo. Nesse sentido, os espaços públicos são lugares de memória.

Halbwachs (2006) apresenta a noção de tempo, entendido como recordação de um dado momento, inserindo a possibilidade de reviver uma lembrança. Acerca da relação entre a noção de tempo e localização temporal de um fato, Halbwachs escreve:

[...] não deixa de ser verdade que, em grande número de casos, encontramos a imagem de um fato passado ao percorrermos o contexto do tempo – mas, para isso, é preciso que o tempo seja apropriado para enquadrar as lembranças. (HALBWACHS, 2006, p. 125).

A associação espaço-tempo reflete o preenchimento dos espaços públicos, através das ações humanas, das lembranças e das experiências compartilhadas. Essas experiências acontecem pelas narrativas das práticas cotidianas que registram, por contatos individuais, a memória.

A importância da valorização da memória está na presença da prática urbana, na presença do sujeito da ação, capaz de expor, ver, ouvir e transmitir; capaz de construir um novo presente. A busca por uma nova maneira de fazer a cidade passa pelo resgate da memória, transformada continuamente, nos gestos, modos e ações dos praticantes criativos.

2.2.4 Um breve alinhamento com a área de estudo

Os conceitos de experiência e memória e as discussões apresentadas sobre as possibilidades de entendimento do porquê do empobrecimento dessa experiência e dessa memória são de fundamental importância para o estudo dos espaços públicos da região de estudo.

Além disso, eles permitem também que se possa vislumbrar o que será discutido e analisado no estudo de campo, a ser apresentado no capítulo 4. Nesse momento, alinham-se esses conceitos ao lugar.

Acredita-se que, a partir da necessidade de observar e buscar novas formas de ocupar e fazer a cidade, pode-se entender como os espaços públicos, no caso os de Venda Nova, são locais de apropriação cotidiana ordinária por práticas de resistência, que aproximam das reais necessidades dos moradores da cidade e revelam ações não alienadas, importantes de serem apreendidas e estudadas.

Acredita-se, ainda, que essas práticas de resistências, como experiência rica capaz de constituir memória, podem ser uma chave para ações do planejamento urbano que primem pela valorização e consideração do ordinário. Talvez seja essa uma maneira de romper com a corrente atual de definições do planejamento urbano.

Como sequência didática, antes de apresentar os estudos e análises da ocupação dos espaços públicos da Regional de Venda Nova, faz-se necessário uma breve contextualização desse recorte de estudo. É o que se apresenta no capítulo a seguir.

3 VENDA NOVA – O LUGAR

As considerações conceituais apresentadas no capítulo anterior, ainda que passíveis de serem compreendidas e aplicadas a vários centros urbanos, foram direcionadas, nesse trabalho, para a realidade da Regional de Venda Nova. Essa escolha se deu pela familiaridade da autora com as transformações e permanências socioespaciais dessa região, por ser uma formação periférica a Belo Horizonte e por contemplar intervenções urbanas e resistências relevantes como estudo de caso para esse trabalho.

O objetivo desse capítulo é apresentar, para delineamento do contexto, a regional de Venda Nova, sob o prisma socioeconômico, físico, ambiental, de paisagem urbana e histórico como procedimento metodológico de investigação, buscando cumprir o conhecimento do objeto de estudo e respaldar a hipótese de ser este um lugar de formação típica de periferia.

Assim, para melhor entendimento dos mapas e para que fossem destacados os pontos mais importantes, é constante em todos eles que compõem esse capítulo as seguintes informações, além do assunto específico do item estudado: (1) o limite da Regional; (2) o bairro Centro de Venda Nova; (3) Os Córregos Vilarinho e do Capão; (4) A rua Padre Pedro Pinto e a Avenida Vilarinho; (6) As vias MG 10, Avenida Cristiano Machado e Avenida Pedro I.

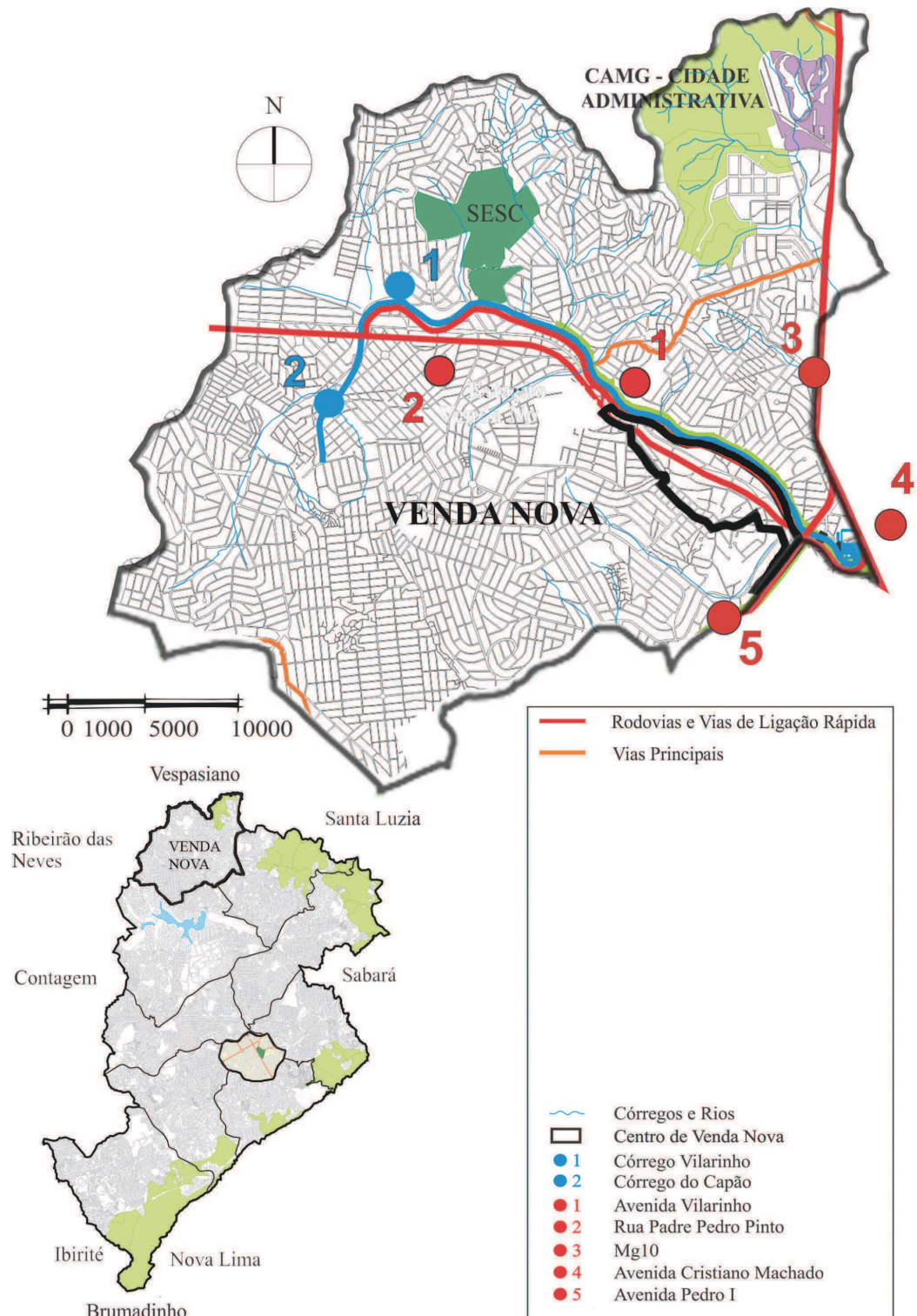
O limite da Regional nos ajuda a localizar a região na bacia, dentro da divisão administrativa do município de Belo Horizonte e nos mapas de evolução de ocupação. A marcação do bairro Centro de Venda Nova é importante por ser essa a ocupação mais antiga que possui várias permanências, onde aconteceram grandes transformações e onde há práticas de resistência que serão analisadas no capítulo 4. É uma área importante de ser analisada, também, à luz dos aspectos de ocupação e físicos-ambientais.

O Córrego do Vilarinho e o Capão pertencem à subbacia do Vilarinho. O Córrego do Vilarinho é importante para a formação e ocupação da região. Atualmente, ele está canalizado sob a Avenida Vilarinho. O primeiro caminho formado pelos tropeiros e viajantes acontecia paralelo a este córrego e, hoje, corresponde à Rua Padre Pedro Pinto.

O Córrego do Capão é importante para esse trabalho por desaguar no Córrego Vilarinho, por se encontrar em estado ambiental de degradação e por haver ações cotidianas de resistência para sua recuperação ambiental.

As vias MG 10, Avenida Cristiano Machado e Avenida Pedro I são importantes por serem as principais vias de acesso à Regional. A seguir, a figura 3 mostra um mapa base com esses pontos marcados.

Figura 3: Mapa base



Fonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Adaptado pela autora, 2017.

3.1 Inserção Regional

A peculiaridade da formação dessa regional se deve à maneira como ela se origina, cresce e se transforma: à margem, não só em relação ao município de Belo Horizonte, mas também em relação aos municípios aos quais está próximo e/ou faz limite: Sabará, Santa Luzia, Vespasiano e Ribeirão das Neves. Venda Nova já pertenceu a Sabará e Santa Luzia, e, atualmente, pertence a Belo Horizonte.

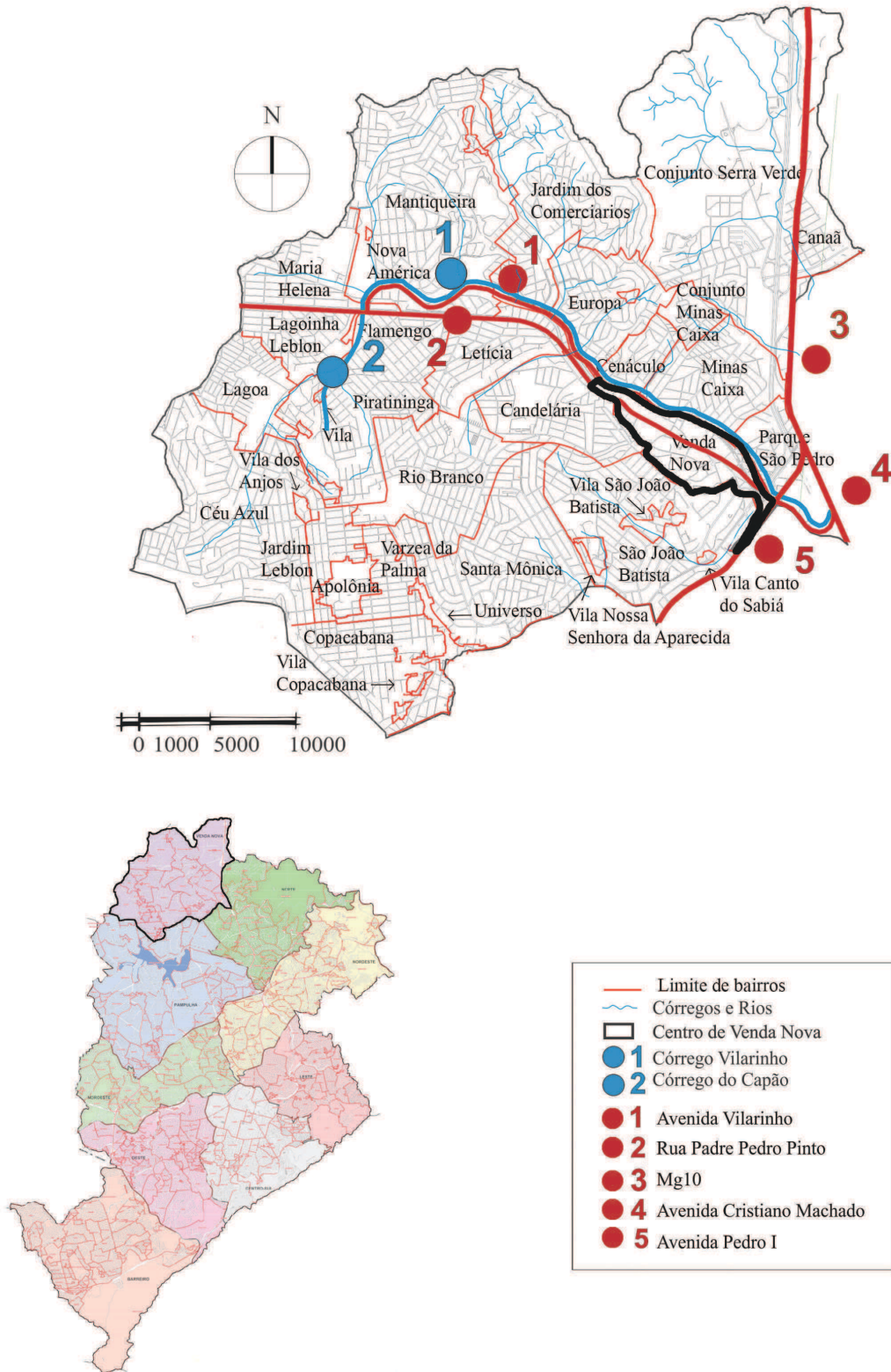
Como dito, a Regional de Venda Nova está inserida no município de Belo Horizonte, que se encontra localizado entre as coordenadas geográficas de Latitude: -19.8157, Longitude: -43.954219° 48' 57" Sul, 43° 57' 15" Oeste. Esse município possui uma área total de 331,40 km² e está dividido em 9 regionais. Faz limites geográficos com os municípios de Ibirité, Brumadinho, Nova Lima, Sabará, Santa Luzia, Vespasiano, Ribeirão das Neves e Contagem.

A área de estudo se localiza na porção norte desse município e é uma das suas regionais. Possui 41 bairros, conforme representa a Figura 4. De acordo com o Censo de 2010 do IBGE, a regional possui uma população de 262.183 habitantes numa área de 28,30 km².

A seguir, é apresentada a figura 4 com a delimitação física dos 41 bairros da Regional de Venda Nova e a localização dos principais pontos a serem estudados nesse trabalho.

Alguns dos bairros surgiram por influência da implantação do complexo da Pampulha na década de 50, da construção do Aeroporto e da base aérea da Pampulha, são eles: o Jardim Leblon, o Copacabana e o Céu Azul. Porém, a maior parte surgiu após 1960, com a expansão da periferia de Belo Horizonte, entre eles estão: Santa Mônica, São Paulo, Lagoinha e Rio Branco. A figura 4 representa a divisão administrativa das regionais de Belo Horizonte e apresenta em destaque os bairros de Venda Nova.

Figura 4: Bairros de Venda Nova



Fonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Adaptado pela autora, 2017.

O bairro Centro de Venda Nova é o de formação mais antiga e representa a maior centralidade da região. Ele se localiza na borda leste da Avenida Pedro I e se desenvolveu ao longo da Rua Padre Pedro Pinto e do Córrego do Vilarinho.

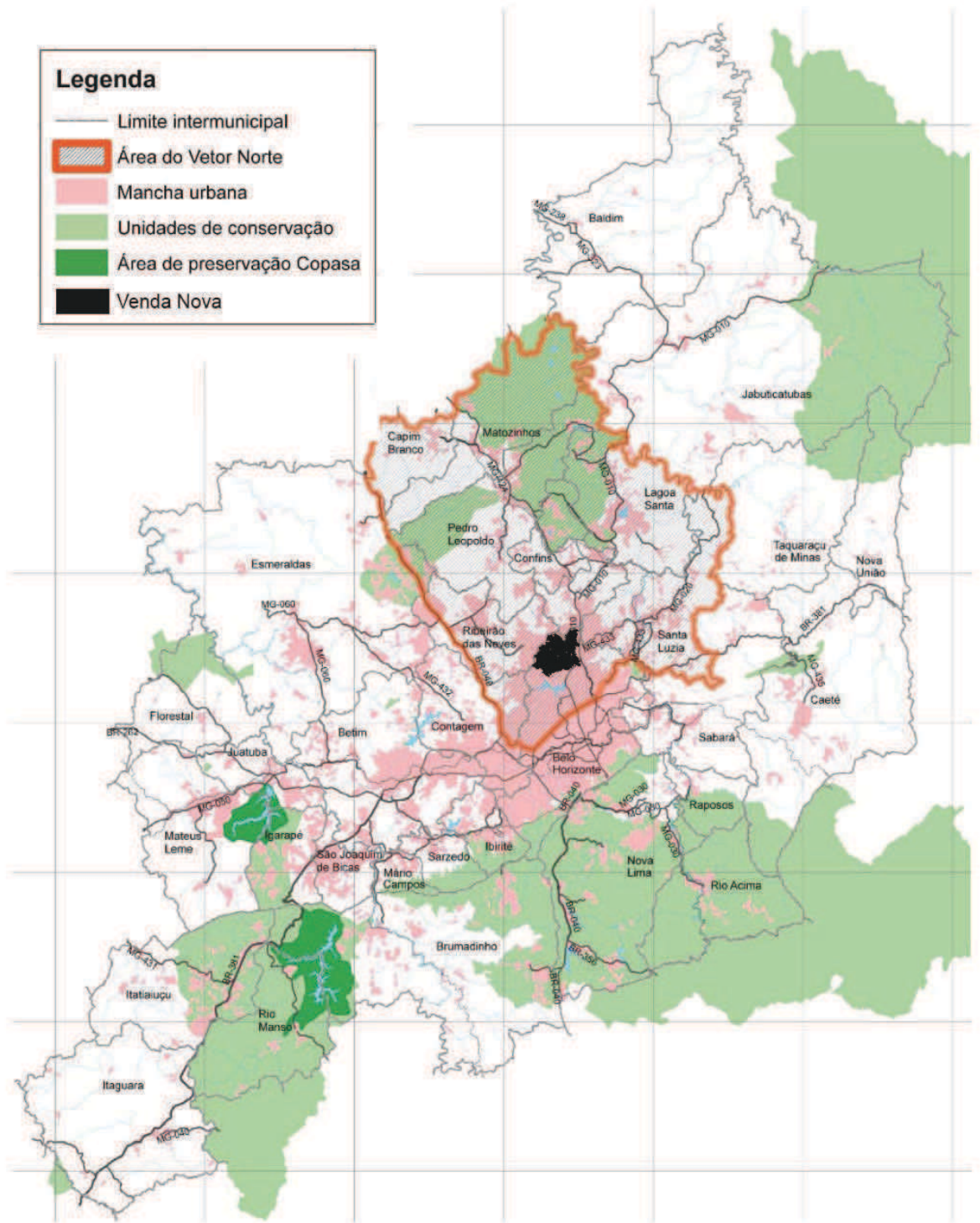
Venda Nova compõe o Vetor Norte de crescimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). A criação desse vetor, como alguns bairros da região, também se iniciou com implantação do complexo da Pampulha que trouxe dinamismo à região a partir da abertura da Avenida Antônio Carlos e do estabelecimento de instituições como o campus da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o Aeroporto da Pampulha, o estádio de futebol Mineirão, entre outros.

A implantação do Vetor Norte da RMBH estabeleceu a aplicação de programas e ações que afetam diretamente Venda Nova, como a criação da Linha Verde (ampliação da capacidade do eixo de ligação viária entre o centro de Belo Horizonte e o Aeroporto Internacional Tancredo Neves no município de Confins - ver figura 4); a duplicação da Avenida Antônio Carlos e da rodovia LMG 806 (ligação de Venda Nova com o município de Ribeirão da Neves). Essa afetação se deu de várias formas: física, social e econômica. Nesse trabalho, discute-se principalmente a transformação espacial que gerou desterritorializações e gentrificação, e, mais especificamente, como há ações cotidianas de resistência que revelam novas maneiras de ocupar o espaço. Essa análise será abordada no capítulo 4.

Além dessas obras, a implantação de grandes equipamentos, como o novo Centro Administrativo, a Catedral Metropolitana e a implantação do Distrito Industrial de Venda Nova, trouxe grandes alterações em sua dinâmica econômica, social e cotidiana.

Com grandes intervenções urbanas e consequentes alterações físicas dessa regional, faz-se necessário sua caracterização e posterior análise (capítulo 4) dos impactos na sua vida social, bem como uma análise dos espaços luminosos (SANTOS) e abstratos (LÉFÈBVRE) que surgem a partir delas e das resistências presentes.

Figura 5 – Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte



Fonte: Instituto Horizontes. Adaptado pela autora, 2017.

3.2. Aspectos socioeconômicos

Este item tem por objetivo apresentar alguns dados socioeconômicos que comprovam o fato defendido nesse trabalho de que Venda Nova é uma região de periferia e se comporta, atualmente, como uma centralidade periférica.

3.2.1 Contextualização e situação atual

Para entendimento da realidade socioeconômica de Venda Nova, deve-se ressaltar alguns aspectos do contexto nacional, estadual e municipal no que diz respeito à economia e ao processo de urbanização. Não cabe aqui entrar em detalhes de todo esse processo, mas caracterizá-lo rapidamente com fins a esse entendimento.

Com base em estudos sobre o processo de periferização, entende-se que esse é derivado de uma urbanização extensiva (MONTE-MÓR, 2004) que fez o urbano ganhar dimensões globais, como reflexo de um intenso processo de industrialização. Venda Nova nasce de uma ocupação ao longo do caminho original, mas, ao sofrer influência da capital Belo Horizonte, passa a ser parte do processo de periferização dessa.

Sobre esse processo de produção do espaço urbano, confirma Henri Léfèbvre (1978), quando mostra que essa produção do espaço é uma extensão e uma forma de sobrevivência das relações de produção capitalista. É um processo global de mercantilização das cidades.

A economia brasileira havia passado por um processo de reestruturação, desde a década de 1930, e Belo Horizonte passou por um intenso crescimento e modernização, a partir da década 1940. A aceleração da industrialização provocou uma intensificação das migrações nesse município, o que acabou por detonar o processo de metropolização e adensamento urbano.

Grande parte das áreas industriais se concentraram na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e foram implantadas principalmente nos municípios de Contagem, Betim, Santa Luzia e Vespasiano. Esses dois últimos fortaleceram a ocupação do norte de Belo Horizonte fazendo com que a região de Venda Nova, por proximidade e pela condição de ter um centro comercial já consolidado, fosse mantida como núcleo polarizador de serviços para essa região. Dessa forma, Venda Nova representa, hoje, uma centralidade periférica, com certa autonomia.

Porém, o fato de Venda Nova ser um núcleo forte não significa que os investimentos públicos necessários para o seu adensamento ocorreram. Os principais investimentos se concentraram nas áreas mais próximas ao Centro de Belo Horizonte. Dessa forma, a ocupação de Venda Nova aconteceu de forma desordenada e irregular.

Além disso, os constantes investimentos do Estado no setor econômico, para fomentar e garantir o crescimento industrial, aconteceram em detrimento de investimentos no desenvolvimento social, o que acarreta concentração de capital e de renda a elevados custos sociais.

Essas considerações agravam os problemas urbanos e instauram um rápido crescimento populacional e espacial, maior nas áreas periféricas em relação ao Centro. Esse cenário persiste até hoje, mesmo com a situação atual de desaceleração do crescimento da população. (ANDRADE; MENDONÇA; DINIZ, 2015).

Após o período de crescimento econômico, especialmente durante o chamado período do “milagre econômico” da década de 1970, o país entra em um período de crise marcado pela crise fiscal, aumento da dívida externa, recessão, controle de gastos públicos e aumento do desemprego. O período de 1980 até 1990 é caracterizado pela crise do “modelo de industrialização substitutiva de importações, centrado na forte atuação do Estado, e pela ascensão de políticas econômicas e sociais de cunho recessivo e neoliberal” (RIBEIRO, L., 2013).

Ressalta-se que os altos índices de desemprego e subempregos, entre 1980 e 1990, causam o aumento da pobreza e da proletarização da população. Nesse período, agravam-se os problemas e precariedades da vida urbana e intensifica-se a periferização, incluindo o adensamento de áreas irregulares e favelas (PLAMBEL, 1986).

A partir dos anos 2000, acontece uma retomada de crescimento econômico no país, um período de modernização conservadora sem transformação social. A região de Venda Nova se insere neste contexto por ocorrer a potencialização do desenvolvimento do Vetor Norte de Belo Horizonte. Essa potencialização foi possível graças a atração econômica, de serviços e administrativa: em 2010, é implantado o Centro Administrativo de Minas Gerais.

A região reflete a prioridade das agendas públicas e o setor social continua marcado pelo déficit acumulado de serviços de educação, saúde, transporte público, saneamento, habitação, educação e cultura.

3.2.2 Caracterização socioeconômica

As principais características funcionais de Venda Nova estão intrinsecamente vinculadas ao setor terciário (comércio e prestação de serviços), que absorve grande parte de sua população economicamente ativa. Em segundo aparece o setor secundário que engloba indústrias de pequeno porte. A rua Padre Pedro Pinto e a Avenida Vilarinho (ambas localizadas na figura 3) possuem o maior e principal centro comercial da região. A rua Padre Pedro Pinto possui 6Km de extensão e liga Belo Horizonte ao município de Ribeirão das Neves.

A situação típica de centralidade periférica de Venda Nova, marcada pela vulnerabilidade e altos níveis de pauperização, pode ser comprovada pelos índices apresentados a seguir.

De acordo com tabela e mapas abaixo, Venda Nova possuía, em 2010, a maior densidade demográfica entre as regionais de Belo Horizonte. Essa enorme concentração reflete a condição de super-adensamento de áreas de periferia e a condição de Venda Nova como polarizador de comércio e serviços.

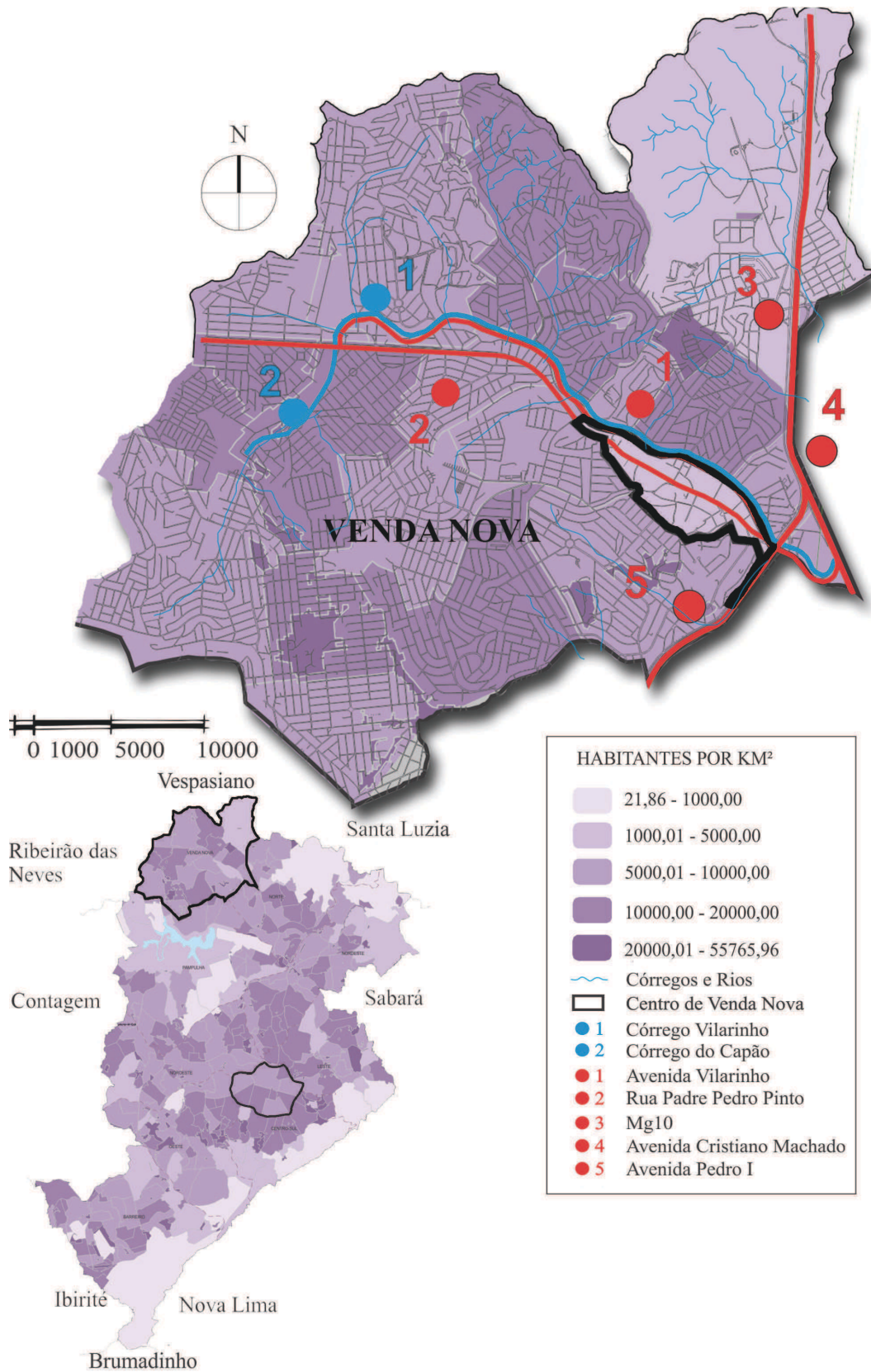
Tabela 1: Densidade Demográfica por Região Administrativa de Belo Horizonte

Região Administrativa	Pessoas residentes	Soma de Área km ²	Densidade (Hab/Km ²)
BARREIRO	282.552	53,899	5.242,2
CENTRO-SUL	272.285	31,802	8.562,0
LESTE	249.273	28,914	8.621,2
NORDESTE	291.110	39,578	7.355,3
NOROESTE	331.362	37,364	8.868,6
NORTE	212.953	33,441	6.368,1
OESTE	286.118	32,381	8.836,0
PAMPULHA	187.315	46,677	4.013,0
VENDA NOVA	262.183	28,316	9.259,1
Total geral	2.375.151	332,371	7.146,1

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010. Adaptado pela autora, 2017.

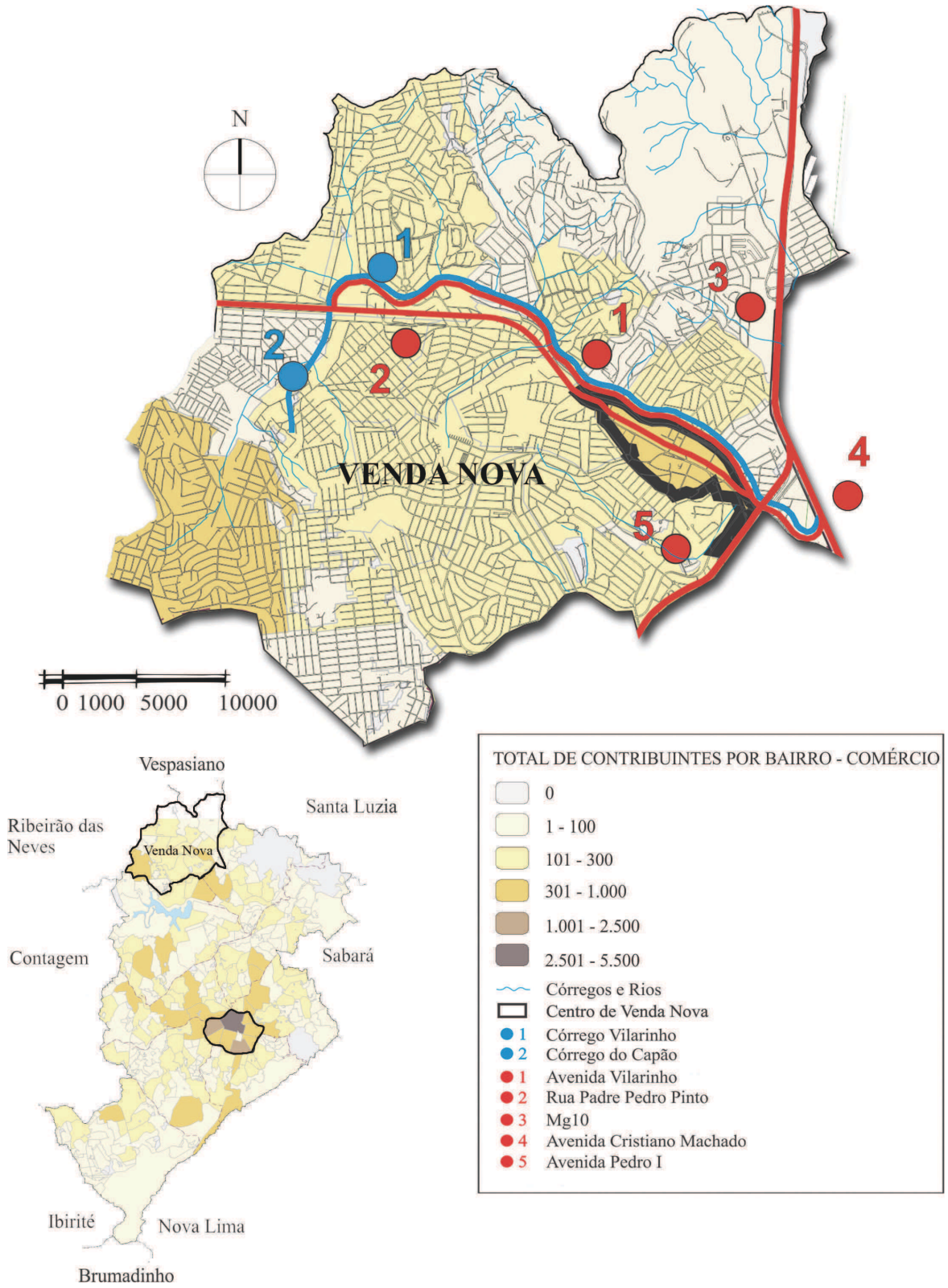
Comparando a densidade entre os bairros da regional, verificamos que o bairro centro de Venda Nova possui baixa densidade pelo fato de se caracterizar por uma área de predominância comercial e de serviços (figuras 6 e 7). As áreas extremamente adensadas representam as vilas e conjuntos habitacionais.

Figura 6: Densidade Demográfica



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010. PRODABEL e SMAPU, 2012. Adaptado pela autora, 2017.

Figura 7: Contribuintes por bairro – comércio



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010. PRODABEL e SMAPU, 2012. Adaptado pela autora, 2017.

Pode-se ainda observar, na tabela 2, que se trata de uma população extremamente carente financeiramente, representando uma das mais baixas rendas de Belo Horizonte. Essa

conclusão pode ser tirada pela razão apresentada entre o somatório da renda percapita dos indivíduos da região e o número total desses indivíduos. Em comparação com a regional Centro-Sul, por exemplo, a renda percapita de Venda Nova é quase 6 vezes menor, revelando uma enorme desigualdade.

Tabela 2: Renda familiar per capita (em R\$ de agosto de 2000)

Região Administrativa	Índice de Gini		Índice de Theil	
	1991	2000	1991	2000
Barreiro	0,46	0,47	0,37	0,37
Centro Sul	0,55	0,57	0,71	0,74
Leste	0,55	0,55	0,56	0,56
Nordeste	0,55	0,56	0,54	0,56
Noroeste	0,51	0,55	0,48	0,54
Norte	0,49	0,50	0,42	0,43
Oeste	0,61	0,61	0,71	0,72
Pampulha	0,59	0,56	0,67	0,60
Venda Nova	0,47	0,49	0,38	0,41
Belo Horizonte	0,61	0,62	0,69	0,71
RMBH	0,61	0,62	0,68	0,68

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano na RM Belo Horizonte. Organização: Ger. Indicadores/SMAPL/SMPL/PBH. Adaptado pela autora.

Associando a condição de baixa renda ao índice de escolaridade (tabela 3), é evidente a verificação das desigualdades espaciais desses indicadores. A concentração das menores taxas de escolaridade acontece nas regiões mais carentes financeiramente. Esse aspecto sugere que a segregação espacial está refletida nos indicadores educacionais, ou seja, a relação com o contexto geográfico. De acordo com Tânia Bogutchi e José Rigotti:

O Brasil também apresenta forte segregação socioespacial e segmentação do ensino, expressa na distribuição desigual dos alunos entre as escolas. Daí a importância de se levar em conta o efeito-vizinhança, isto é, os efeitos do lugar ou dos processos espaciais de segregação social (BOGUTCHI; RIGOTTI, 2015, p.299).

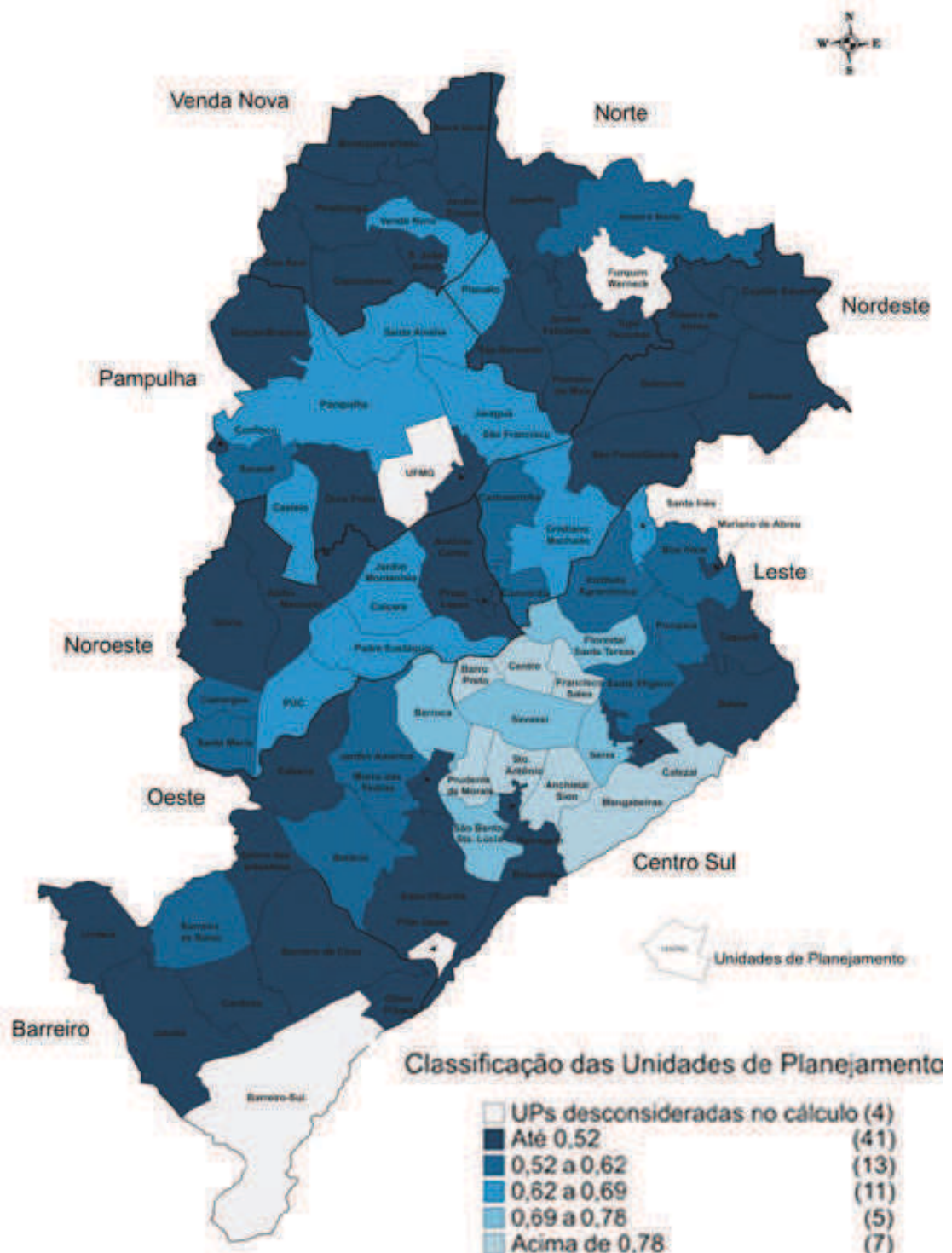
Tabela 3: Nível de Escolaridade (em anos de estudo) da população de 25 anos ou mais

Ano	Nível Educacional	Região Administrativa			BH	RMBH
		Barreiro	Centro Sul	Venda Nova		
1991	Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais	5,13	10,65	5,17	7,19	6,2
	% mais de 25 anos analfabetas	11,75	5,77	12,6	8,88	11,78
	% 25 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo	29,54	11,4	29,92	20,86	26,96
	% 25 anos ou mais com menos de oito anos de estudo	72,9	25,14	72,64	53,81	63,06
	% 25 anos ou mais com menos de onze anos de estudo	0,86	0,34	0,85	0,66	0,75
	% 25 anos ou mais com doze anos ou mais de estudo	2,86	43,13	3,77	15,79	10,81
	% 25 anos ou mais freqüentando curso superior	0,61	3,14	0,74	1,75	1,3
	% 25 anos e mais com acesso ao curso superior	1,16	23,72	1,46	7,9	5,33
2000	Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais	6,23	11,36	6,38	8,13	7,01
	% mais de 25 anos analfabeta	7,63	3,53	7,61	5,82	8,07
	% 25 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo	20,82	9,35	20,78	15,21	20,46
	% 25 anos ou mais com menos de oito anos de estudo	61,14	21,9	59,75	44,93	55,37
	% 25 anos ou mais com menos de onze anos de estudo	0,79	0,29	0,76	0,6	0,7
	% 25 anos ou mais com doze anos ou mais de estudo	4,22	50,95	5,31	19,21	12,36
	% 25 anos ou mais freqüentando curso superior	1,13	4,7	1,19	2,63	1,83
	% 25 anos e mais com acesso ao curso superior	2,04	30,66	2,37	10,21	6,43

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano da RM Belo Horizonte – FJP. Adaptado pela autora, 2017.

Eles ressaltam que a segregação social dada pela distribuição dos alunos não propicia a interação entre grupos de diferentes origens sociais, o que intensifica o atraso escolar. Ainda que existam outros fatores que contribuam para que ocorra uma segregação educacional, como as características individuais e os efeitos da família na aprendizagem do aluno, as condições sociais, representadas aqui pelo indicador de baixa renda, revelam que há uma estreita ligação entre escolaridade e segregação espacial, conforme podemos confirmar com na figura 8.

Figura 8: Nível de Escolaridade relativa de Belo Horizonte

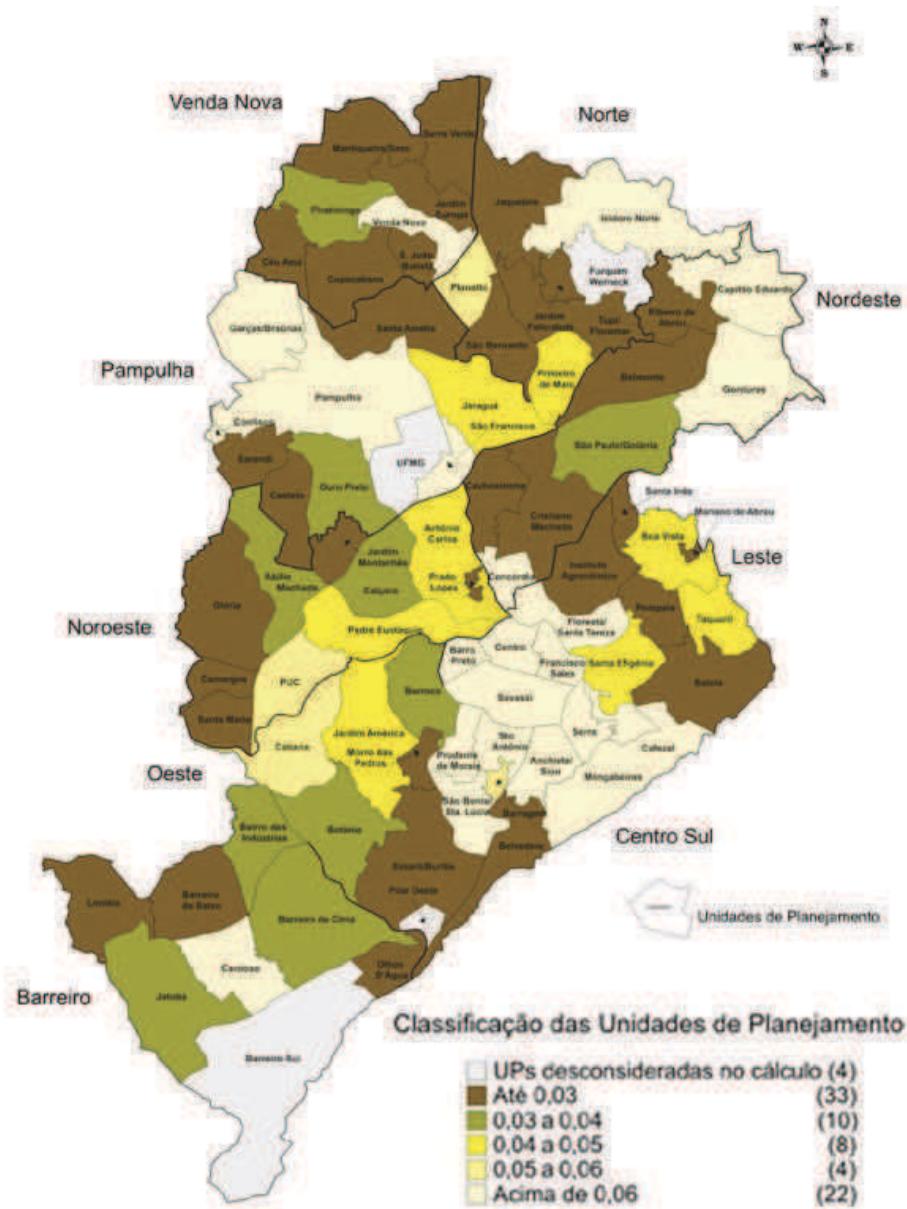


Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010. PUC Minas/PBH, 2010. Adaptado pela autora, 2017.

Outros índices são considerados típicos de áreas periféricas como Venda Nova. Entre eles, podemos citar indicadores de assistência social; de vulnerabilidade; entre outros. O fato é que todos, guardadas as especificidades e aprofundamentos de questões que envolvem, respaldam esse trabalho no objetivo de mostrar a relação entre segregação social e segregação espacial.

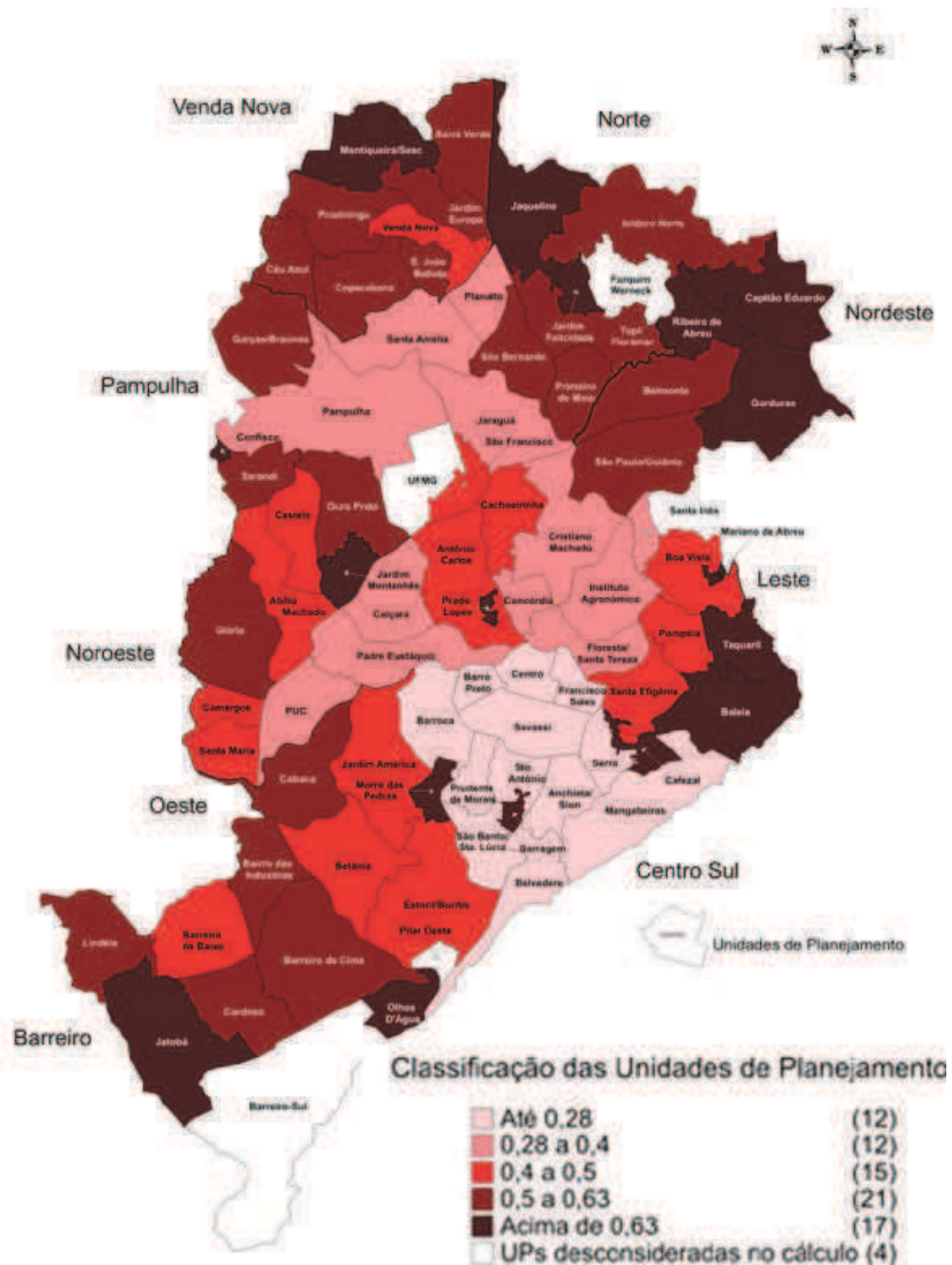
Analisando a figura 9, por exemplo, entende-se que a Regional de Venda Nova possui um dos mais baixos índices de assistência social em relação ao município de Belo Horizonte. Esse fato reforça, mais uma vez, a relação entre segregação social e segregação espacial e mostra a posição dessa regional como de características de áreas deixadas à margem de investimentos de infraestrutura local. O que acontece em Venda Nova, e veremos no item a seguir, é o investimento em infraestrutura (principalmente para a mobilidade) para melhorar o acesso de todo vetor norte ao centro de Belo Horizonte. No entanto, os investimentos sociais não acontecem.

Figura 9: Assistência social - Belo Horizonte



É o que demonstra a figura 10, quando verificamos que os índices de vulnerabilidade social da regional de Venda Nova estão entre os mais altos de Belo Horizonte.

Figura 10: Vulnerabilidade social de Belo Horizonte



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010. PUC Minas/PBH, 2010. Adaptado pela autora, 2017.

Outros índices são considerados típicos de áreas periféricas como Venda Nova. O fato é que todos, guardadas as especificidades e aprofundamentos de questões que envolvem, respaldam esse trabalho no objetivo de mostrar a relação entre segregação social e segregação espacial.

3.3 Aspectos de Paisagem Urbana

Como o escopo do trabalho está intrínseco à paisagem urbana, torna-se necessário discorrer sobre alguns de seus componentes, mais especificamente, o processo que envolve as ações humanas no espaço.

Para isso, considera-se a paisagem como um conjunto de somas e subtrações que ficam registradas no espaço. As suas características podem ser lidas através de análises de elementos como a natureza, o habitat, artefato, a história, o lugar e a estética. De acordo com Meinig (1979), essas são diferentes maneiras de se atribuir conceito à paisagem.

Contudo, a paisagem possui diversas dimensões de interpretação. Assim, o objetivo de estudar a paisagem, nesse trabalho, parte da necessidade de entendimento das relações no espaço vivido no cotidiano e das permanências presentes. Isso se deve ao fato de importar a apreensão das práticas de resistências presentes nos espaços públicos através de apropriações inesperadas e não usuais.

Assim, resolve-se, metodologicamente, apresentar uma análise baseada em uma aproximação entre algumas maneiras de ler a paisagem: a partir de suas condições de acesso e mobilidade, por se tratar de uma região que surge pelo estabelecimento de caminhos, pelo uso e ocupação do solo e tipologias. De acordo com Macedo:

A paisagem é considerada, então, como produto e como um sistema: como produto que resulta de um processo social de ocupação e gestão de um determinado território. Como um sistema, na medida em que a partir de qualquer ação sobre ela impressa, haverá uma reação correspondente, alterando a morfologia total ou parcial (MACEDO, 1999, p. 7)

Nesse sentido, considera-se a paisagem como uma relação entre processo e produto social do espaço. Soma-se ao de Macedo (1999) o conceito apresentado por Santos (1996), no qual coloca que é preciso conhecer os processos que, a partir das características físicas, criam identidade para o lugar: é a partir “[...] do reconhecimento dos objetos na paisagem, e no espaço, somos alertados para as relações que existem entre lugares.” (SANTOS, 1996, p. 45).

3.3.1 Acessibilidade e mobilidade

Como dito, essa região não foi ocupada, inicialmente, com um plano urbano. Sua implantação aconteceu seguindo a topografia e as características naturais do sítio, onde se implantaram os caminhos que deram origem às vias. A intensificação do adensamento e o crescimento populacional configuram a fragmentação do sistema viário.

Venda Nova é uma importante região de articulação entre Belo Horizonte e municípios vizinhos que compõem hoje a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), sendo estratégica para a conexão entre eles. Importantes vias que compõem a macro acessibilidade à região são estruturantes para a mobilidade municipal e intermunicipal, como as vias arteriais Cristiano Machado, Presidente Antônio Carlos, D. Pedro I, Vilarinho e Civilização e a via coletora Padre Pedro Pinto.

O sistema viário interno é composto de dois conjuntos separados pela Avenida Vilarinho e a Rua Padre Pedro Pinto (ver figura 11). Um sistema de vias coletoras e locais conduz o fluxo da porção mais a norte para a Avenida Vilarinho, e outro conduz o fluxo da porção mais a sul, para a Rua Padre Pedro Pinto ou diretamente para a Avenida D. Pedro I, como é o caso do bairro São João Batista. Outro acesso ao bairro se dá através da regional da Pampulha para os bairros mais ao sul, como o Santa Mônica e o Céu Azul.

A regional possui histórico de problemas com tráfego intenso, pelo fato de haver grandes deslocamentos para o centro de Belo Horizonte (SUDECAP, 2010). Essa situação de fluxo alto e intenso nas vias principais acaba por potencializar seu núcleo comercial e de serviços. Ressalta-se que a Rua Padre Pedro Pinto apresenta volume de tráfego bem maior do que a avenida arterial Vilarinho. Esse fato também se deve ao forte comércio existente nessa rua. As condições físicas dessa via, com caixa limitada, passeios estreitos e pouca arborização, comprometem fortemente sua ambiência urbana.

Figura 11: Acessibilidade e mobilidade



Fonte: PMBH - Prodabel, 2007 e Smapu, 2012. Adaptado pela autora, 2017.

Ao longo do tempo, Venda Nova foi objeto de implantação de obras viárias com objetivo de melhorar a acessibilidade da região. Porém, os constantes engarrafamentos que acontecem nas avenidas que ligam a região ao centro de Belo Horizonte mostram que, apesar dessas, a acessibilidade à regional permanece deficiente e ruim.

Uma das mais importantes e mais impactantes obras foi a canalização do Córrego Vilarinho e a execução da avenida sanitária com o mesmo nome. Essa intervenção foi executada para dar alternativa de acesso, além da Rua Padre Pedro Pinto, à Avenida D. Pedro I e a Av. Cristiano Machado. Está vinculada aos planos de estruturação viária que passaram a ser executados no Brasil na década de 1970 e se caracterizou pelo confinamento do Córrego do Vilarinho em uma galeria fechada, o que o fez desaparecer da paisagem.

De acordo com esses planos de estruturação viária, a criação das avenidas sanitárias, além de ser importante para melhoria do tráfego, traria o deslocamento dos núcleos comerciais para as suas margens. Sabe-se que isso não aconteceu em Venda Nova. Essa avenida ficou desocupada por um longo tempo e até hoje apresenta grandes vazios de ocupação. Acredita-se que isso se deu pela força e identidade comercial que a Rua Padre Pedro Pinto possui.

Além de não resolver o fluxo de transporte, essa obra intensificou os problemas de inundação que essa região apresenta. Essa situação permanece até hoje e é constante motivo de reportagens.

O encontro da Rua Padre Pedro Pinto, da Avenida Vilarinho e da Avenida D. Pedro I faz parte das obras de implantação do BRT (ver figuras 12, 13 e 14). Nesse ponto, as edificações e espaços públicos foram removidos para dar lugar a um complexo de vias, trincheiras e viadutos. Essa obra impactou enormemente a região e deixou vários espaços residuais. É nesse ponto que acontecem, periodicamente, inundações, pois, logo abaixo, há a confluência do Córrego do Vilarinho com o Córrego do Nado.

Figuras 12, 13 e 14. Encontro entre a Avenida Vilarinho, a Rua Padre Pedro Pinto e a avenida D. Pedro I



Fonte: PRODABEL, 2011 e www.em.com, 2015.

As obras de infraestrutura urbana mais recentes que ocorreram em Venda Nova foram responsáveis por drásticas transformações em sua paisagem. Além da já citada obra do BRT na avenida Vilarinho, a duplicação da avenida D. Pedro I também promoveu desterritorializações e gentrificação. A duplicação dessa avenida tem como principal objetivo, de acordo com o Estudo de impacto ambiental da obra do Complexo Vilarinho (SUDECAP, 2010):

[...] a criação de um corredor de transporte coletivo que otimize a circulação, a velocidade eo funcionamento do tráfego existente e futuro, uma vez que Belo Horizonte é escolhida como uma das cidades-sede para a Copa de 2014. São obras importantes, de transporte de massa, que ajudarão a acolher bem os turistas durante a Copa. É importante ressaltar que além de todos os benefícios a curto prazo, o equipamento será também um legado permanente para a cidade, sendo uma obra os dois quesitos. (SUDECAP, 2010)

Pode-se interpretar, por meio dessa afirmação, que o desenvolvimento da regional de Venda Nova segue a lógica das cidades mercadoria, na qual interesses econômicos estão acima da vida e das necessidades sociais. As melhorias urbanas estimulam a região economicamente, mas, sobretudo, valorizam extremamente a terra, fazendo com que os moradores dessa região

não tenham condições financeiras para se manterem lá, confirmado o afirmado acima: as obras de infraestrutura urbana geram gentrificação.

Também são recentes as obras que as avenidas Cristiano Machado e MG 010 passaram. Elas foram transformadas para absorver a implantação da Linha Verde e do sistema BRT. Mais uma vez, essas obras impactaram a paisagem de Venda Nova e promoveram desapropriações e desaparecimento da memória. A alteração na intensidade de fluxo e a conformação de uma paisagem árida nas vias D. Pedro I e MG 010 causaram um enorme impacto visual. Essas intervenções estão previstas como obras necessárias para a implantação da OUC ACLO, já citada no capítulo 2.

A regional possui hoje acesso pelo sistema de transporte público BRT e pelo metrô (ver figura 11), através da linha 1, que conecta o município de Contagem ao centro de Belo Horizonte e esse à região de Venda Nova. Próximo a porção leste, foi implantada uma estação intermodal do metrô e do BRT. Esse sistema é antigo e precário, o que o torna ineficiente.

Desta forma, a mobilidade continua sendo uma das principais fragilidades de Venda Nova e um dos principais motivos de seu isolamento em relação ao centro de Belo Horizonte. As intervenções urbanas ocorridas provocaram mutilações na sua estrutura física, que transformaram sua paisagem, desterritorializaram ocupações e apropriações cotidianas e intensificaram problemas ambientais já graves.

3.3.2 Caracterização do uso atual do solo

A figura 15 espacializa as tipologias de uso do solo presentes em Venda Nova. Trata-se de uma região extremamente adensada com poucas áreas livres e verdes. Identifica-se 13 tipos de uso, sendo que o mais abrangente deles é o residencial unifamiliar horizontal.

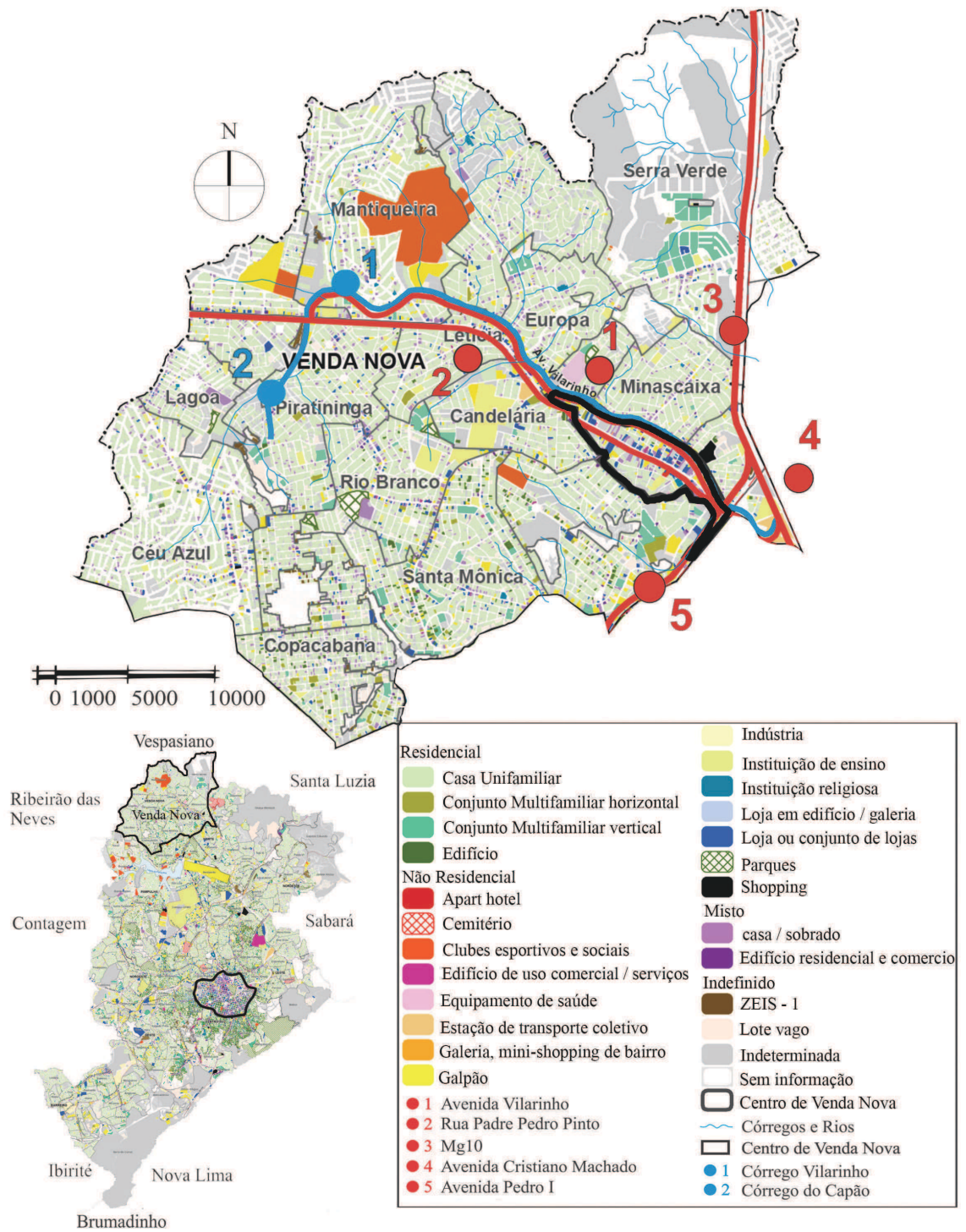
As áreas com uso multifamiliar vertical são poucas. A regional passa por um processo de verticalização nos bairros localizados nas bordas da avenida Pedro I, como o Santa Branca e o São João Batista em função das obras do Vetor Norte da RMBH, conforme descrito do item 3.1. Nos demais bairros, os edifícios verticais multifamiliares são, em sua maioria, prédios de habitação popular.

Pelo mapa, confirmamos a informação de que o bairro Centro de Venda Nova é caracterizado por um forte núcleo polarizador de comércio e serviços, que acontece e permanece desde as épocas do povoado.

Alguns pequenos centros comerciais são encontrados ao longo das vias principais dos bairros. O bairro Céu Azul, por exemplo, localizado a sudoeste, possui um comércio intenso. Esse bairro faz divisa com Ribeirão das Neves e Contagem e seu principal acesso é pela avenida Portugal, que percorre de forma paralela a Lagoa da Pampulha. Ele está afastado do centro de Venda Nova e, por isso, desenvolveu um núcleo de comércio e serviços locais. Outros núcleos comerciais menores são representativos e importantes para a dinâmica do comércio local e podem ser encontrados na confluência dos bairros Rio Branco, Santa Mônica e Letícia.

Esses dados corroboram com a caracterização, já apresentada acima, da regional como uma centralidade periférica. A figura 15 demonstra todas as tipologias e usos presentes na regional e confirma o uso predominante do bairro Centro de Venda Nova.

Figura 15: Tipologias e Usos



Fonte: PMBH - Prodabel, 2007 e Smapu, 2012. Adaptado pela autora, 2017.

Para o objetivo desse trabalho, o estudo das ações cotidianas de resistência nos espaços públicos, torna-se importante a apresentação deles. A regional possui alguns parques municipais, sendo o maior deles localizado no bairro Rio Branco. Existe um parque estadual no bairro Serra Verde que é um dos poucos remanescentes de área verde de Belo Horizonte e

é fundamental para conservação de recursos naturais da região. Nele, há nascentes que fazem parte da cabeceira do Córrego do Isidoro. Possui uma precária infraestrutura que oferece atividades de pesquisa e lazer que acontecem mediante agendamento. Portanto, trata-se de um parque fechado em relação ao seu entorno.

De forma geral, Venda Nova possui poucas áreas verdes, e há uma escassez de espaço público, conforme podemos observar na Figura 16. A localização deles é importante para o estudo das apreensões da vida cotidiana, que será apresentada no capítulo 4. Muitas dessas praças são adaptadas e usadas de forma inesperada por praticantes da cidade que resistem e estabelecem uma rica experiência urbana.

Figura 16: Espaços livres e públicos

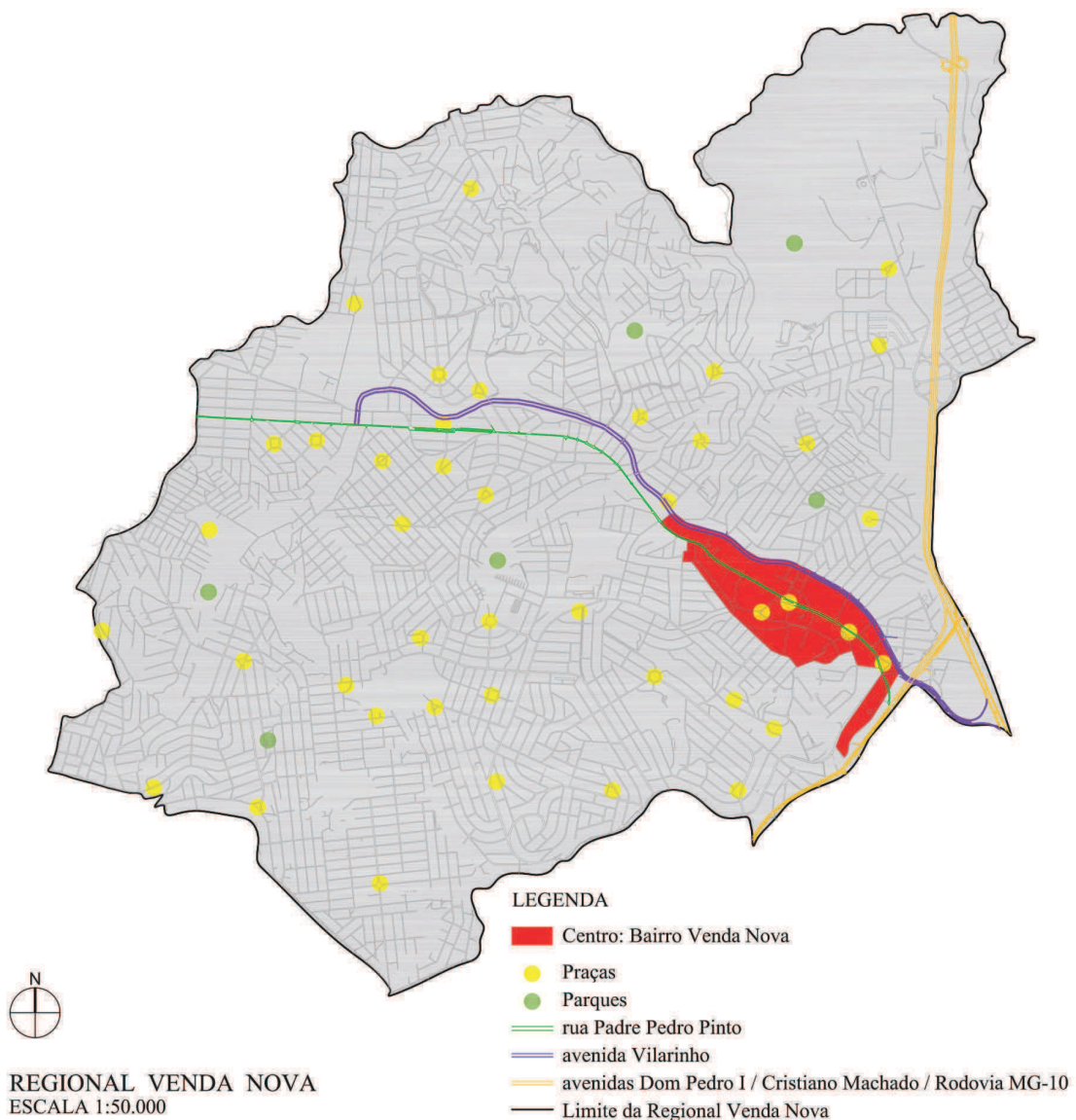
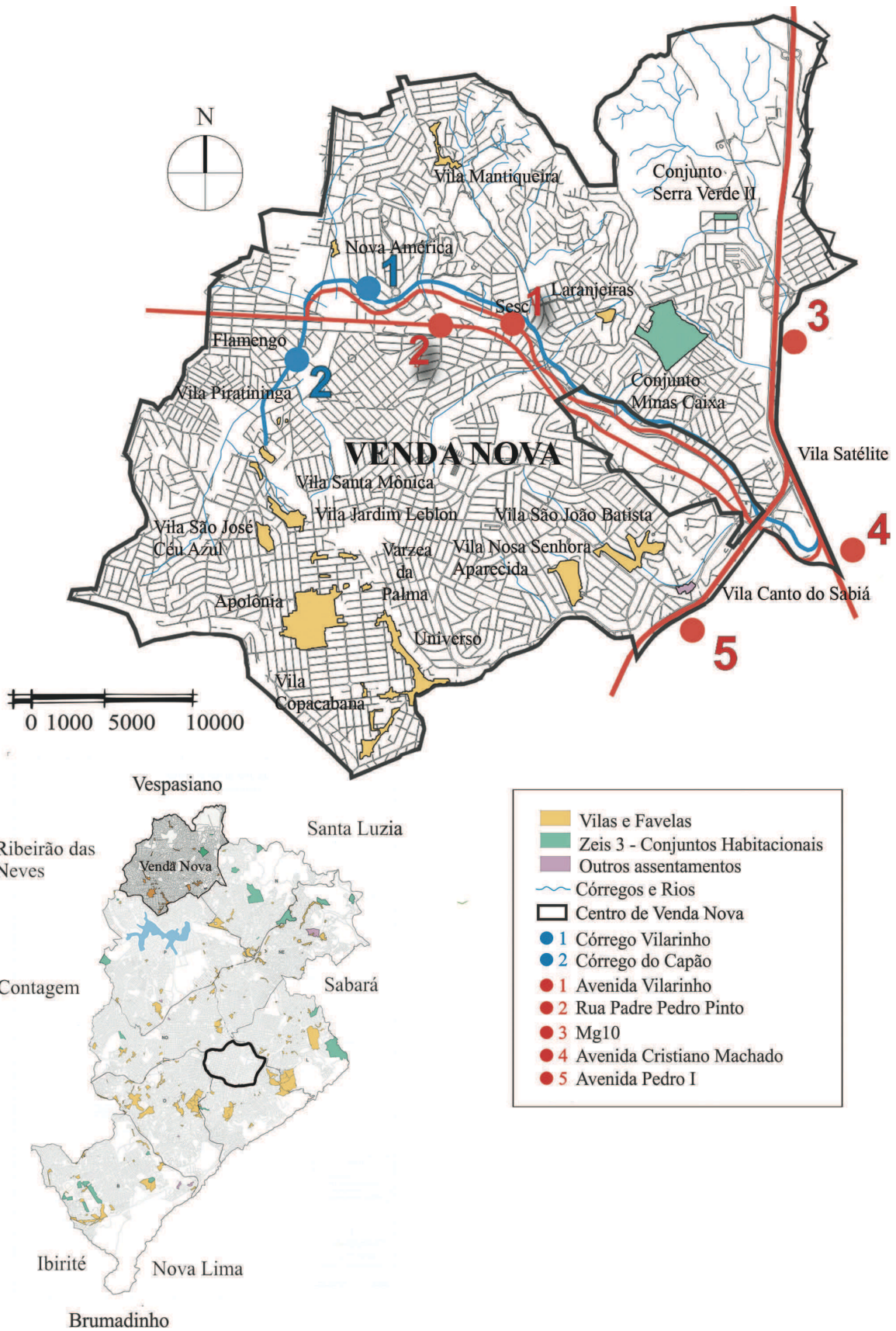


Figura 17: Vilas e Favelas



Fonte: PMBH, 2011. Adaptado pela autora, 2017.

Outros espaços de apropriação cotidiana, criados por seus usuários, estão representados na figura 17. Essa figura apresenta as áreas informais, de Vilas e favelas, presentes na regional. São nessas áreas que, pela precariedade dos espaços públicos, ambientais e pela falta de infraestrutura, acontecem as adaptações cotidianas mais potentes.

A ocupação da regional reflete a segregação socioespacial presente em Belo Horizonte. Conforme análise recente feita em TRANSITE/UFMG (2017), podemos constatar que pertence a essa região um dos índices de desenvolvimento humano (IDHM) mais baixos do município: na Vila Apolônia. Essa se localiza, de acordo com a figura 17, mais próximo da regional Pampulha (um dos maiores IDHM de Belo Horizonte).

3.3.3 Caracterização da Lei de Uso e Ocupação do Solo

A legislação atual de Belo Horizonte, Lei de Uso e Ocupação do solo (LUOS) nº 9959 de 2010, insere a região de Venda Nova em alguns zoneamentos de acordo com o mapa abaixo.

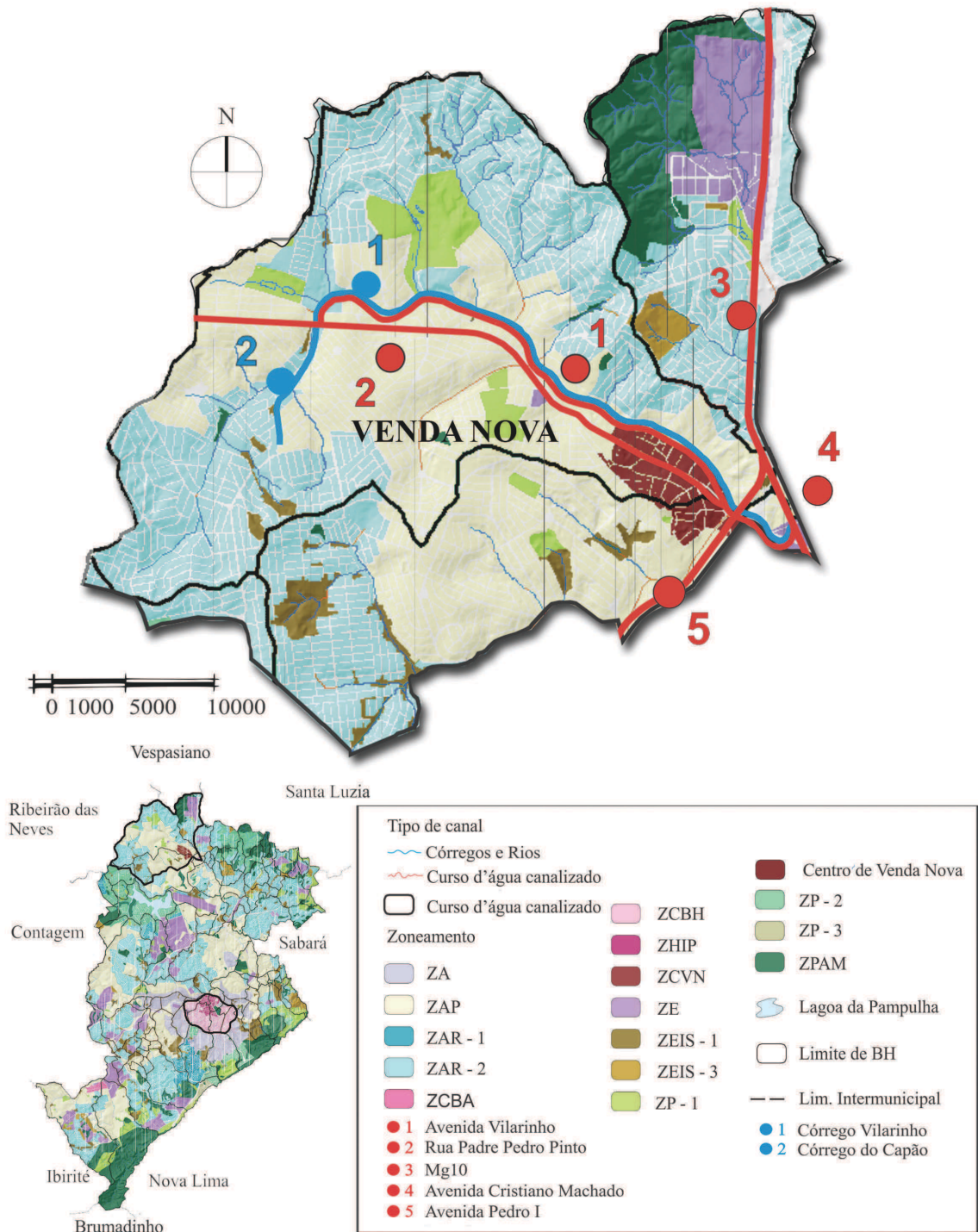
O núcleo comercial da região é classificado, nessa lei, como Zona central de Venda Nova (ZCVN) e se caracteriza, de acordo com a LUOS (2010, p. 2), como centro de polarização regional, municipal ou metropolitana. Essa classificação reflete a configuração espacial presente em Venda Nova desde o início de sua ocupação. Esse zoneamento é composto de parâmetros urbanísticos que visam incentivar o adensamento.

Verifica-se que uma grande porção da região possui Zoneamento de Adensamento Preferencial (ZAP). Esse zoneamento caracteriza regiões com estímulo à ocupação, seja por condições topográficas favoráveis, seja por eficiência na infraestrutura. Essa caracterização se encontra no Art. 10 da LUOS (2010, p. 2) e no anexo V e IX dessa Lei.

Parte de sua área é classificada como Zona de Adensamento Restrito 2 (ZAR-2). De acordo com o Art. 8º da LUOS (2010, p. 2), esse zoneamento caracteriza-se como regiões em que as condições de infraestrutura e as topográficas ou de articulação viária exigem a restrição da ocupação. Há nesses locais, um desestímulo à ocupação.

O desestímulo ao adensamento se dá principalmente pelas condições topográficas dessa região e pela precariedade da articulação viária e condução do fluxo para as demais áreas da cidade.

Figura 18: LUOS 2010 de Belo Horizonte e Venda Nova



Fonte: PMBH 2011. Adaptado pela autora, 2017.

Além desses zoneamentos, a região apresenta, em menor proporção, zonas de Proteção 1 (ZP1), de Preservação ambiental (ZPAM) e Zonas de Grandes Equipamentos (ZE).

As áreas de ZP1 compõem áreas desocupadas localizadas nos bairros São João Batista e Candelária e área parcialmente ocupada pelo SESC no bairro Mantiqueira. A proteção

ambiental dessas áreas é importante para a manutenção dos poucos remanescentes vegetais que existem na região. Os parâmetros desse zoneamento preconizam baixa densidade e alta taxa de permeabilidade.

As ZPAM's existentes são de extrema importância para a manutenção do ecossistema. É o que acontece em uma área de nascente localizada no bairro Rio Branco, em outra próxima a Vila Jardim Leblon, em áreas no bairro Cenáculo e Europa e a mais significativa em termos de área localizada no bairro Serra Verde, já na divisa com a cidade de Vespasiano. Essas áreas possuem parâmetros urbanísticos rígidos com objetivo de evitar sua ocupação e adensamento.

Sobre os zoneamentos citados se sobrepõe algumas áreas de diretrizes especiais (ADE), entre elas área ADE de interesse ambiental, de interesse social (AEIS-1) e a ADE de Venda Nova.

De acordo com o artigo dessa lei, a ADE de interesse ambiental acontece em áreas nas quais há necessidade de preservação ambiental. As ADE's demarcadas como interesse ambiental acontecem em toda a região, mas se concentram mais na sua porção norte, onde temos, analisando o mapa já apresentado no item 3.3.2 (figura 15), altas declividades e presença de cobertura vegetal, além da presença de cursos d'água e nascentes. Nas demais áreas da região, essas ADE's protegem áreas vegetadas relevantes e cursos d'água.

Uma ADE específica foi criada para compatibilizar a proteção do patrimônio cultural e as atividades econômicas e uso residencial do bairro Centro de Venda Nova. Apesar de ter sido preservado muito pouco de suas edificações, ainda possui representantes significativos, principalmente do século XIX.

A ADE de Venda Nova tem o objetivo de compatibilizar a proteção do patrimônio cultural com o desenvolvimento das atividades econômicas e a permanência do uso residencial, mediante a adoção de políticas que, considerando a reestruturação urbana e econômica do Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH -, contemplem:

I - o reforço da identidade do centro de Venda Nova e sua valorização como referencial simbólico, considerando-se os eixos da Rua Padre Pedro Pinto e da Avenida Vilarinho como eixos culturais e funcionais da ADE;

II - o tratamento urbanístico-ambiental da Avenida Vilarinho e da Rua Padre Pedro Pinto, visando melhoria da acessibilidade e sua articulação com o metrô;

III - a implementação de medidas de proteção e de valorização do patrimônio cultural da região, que resultem de estudos urbanísticos que considerem controle de altimetria das edificações, despoluição e requalificação das fachadas de edificações de interesse histórico, requalificação de espaços públicos e dos referenciais simbólicos, bem como ações de promoção da história local (LUOS, 2010, p. 44).

Analisando essa ADE, entendemos a importância de se repensar a acessibilidade de região e de valorizar sua história e patrimônio material e imaterial. Algumas ações são decorrentes dessa regulamentação, como a requalificação de algumas edificações importantes e a melhoria do transporte público.

A região possui ADE específica para área de interesse social. São as áreas de AEIS (Áreas de Especial Interesse Social). Elas estão presentes na região pela necessidade de relocar e reassentar a população vulnerável e em área de risco (ver áreas locadas na figura 17). De acordo com o artigo 91 da LUOS (2010, p. 50), essas áreas se caracterizam como “aquelas edificadas ou não, destinadas a implantação de programas e empreendimentos de interesse social, vinculados ao uso habitacional”.

Os parâmetros urbanísticos definidos pelos zoneamentos presentes na região são sobrepostos pelas propostas trazidas pela OUC ACLO, em processo de implantação. Além do que já foi explicado sobre essa OUC no capítulo 2, cabe ressaltar as intervenções a serem implementadas em Venda Nova. São elas: implantação de parques públicos; alguns reassentamentos pontuais; melhoria de articulação entre as vilas e corredores viários; limitação de altimetria na ADE de Venda Nova; requalificação do entorno da Estação Vilarinho e permissividade de adensamento construtivo.

O impacto desses zoneamentos para a região é o adensamento de uma região que possui sérios problemas de infraestrutura (apesar dessa lei dizer o contrário). Percebe-se, também, que o pouco incentivo à implantação de áreas permeáveis, somado às irregularidades, torna essa região extremamente árida e com pouca possibilidade de infiltração de águas pluviais, agravando, assim os problemas de inundação.

3.4 Aspectos físicos e ambientais

Os problemas ambientais aparecem proporcionalmente às atividades humanas no meio urbano, conforme aponta Fernandes, 2006. Esse trabalho pretende apresentar e analisar os aspectos hidrográficos, altimétricos, de declividade, entre outros.

Se a natureza é modificada, transformada e representa a intensidade de intervenção antrópica, em Venda Nova, o processo de urbanização e o crescimento demográfico ocorrido desencadeou uma ocupação desordenada com graves impactos ao ambiente. Isso ocorreu,

principalmente, a partir da década de 1950, com a implantação do complexo da Pampulha, e na década de 1970, com sua anexação definitiva ao município de Belo Horizonte.

A principal característica do processo de adensamento de Venda Nova é ter acontecido sem regulamentação. Sua ocupação inicial, quando ainda era povoado, seguiu as condições físicas e ambientais, e o caminho que se formou no início do povoamento acompanhou a melhor condição topográfica possível, paralelo ao Córrego do Vilarinho.

À medida em que o território era ocupado, diversas modificações aconteciam, como alterações na forma do relevo; substituição da cobertura vegetal por pavimentação; poluição do ar, sonora e dos recursos hídricos, entre outros.

De modo geral, toda a bacia hidrográfica do Isidoro, à qual Venda Nova pertence, foi e ainda está sendo ocupada, na maioria das vezes, sem planejamento adequado. Mais especificamente, como mostra a Figura 19, a região de Venda Nova está inserida nas bacias elementares do Vilarinho e do Córrego do Nado.

Os principais elementos topográficos de drenagem são os vales correspondentes à Avenida Vilarinho e ao Córrego do Nado que conformam áreas de baixa declividade no entorno dos bairros Venda Nova, Parque São Pedro, Cenáculo, Europa, Mantiqueira, Maria Helena, São João Batista, Candelária, Letícia, Piratininga e Lagoinha Leblon. Por sua situação de vale, o encontro dos córregos do Vilarinho e do Nado é um ponto de inundações e compõe um dos mais recorrentes e graves problemas de infraestrutura da região.

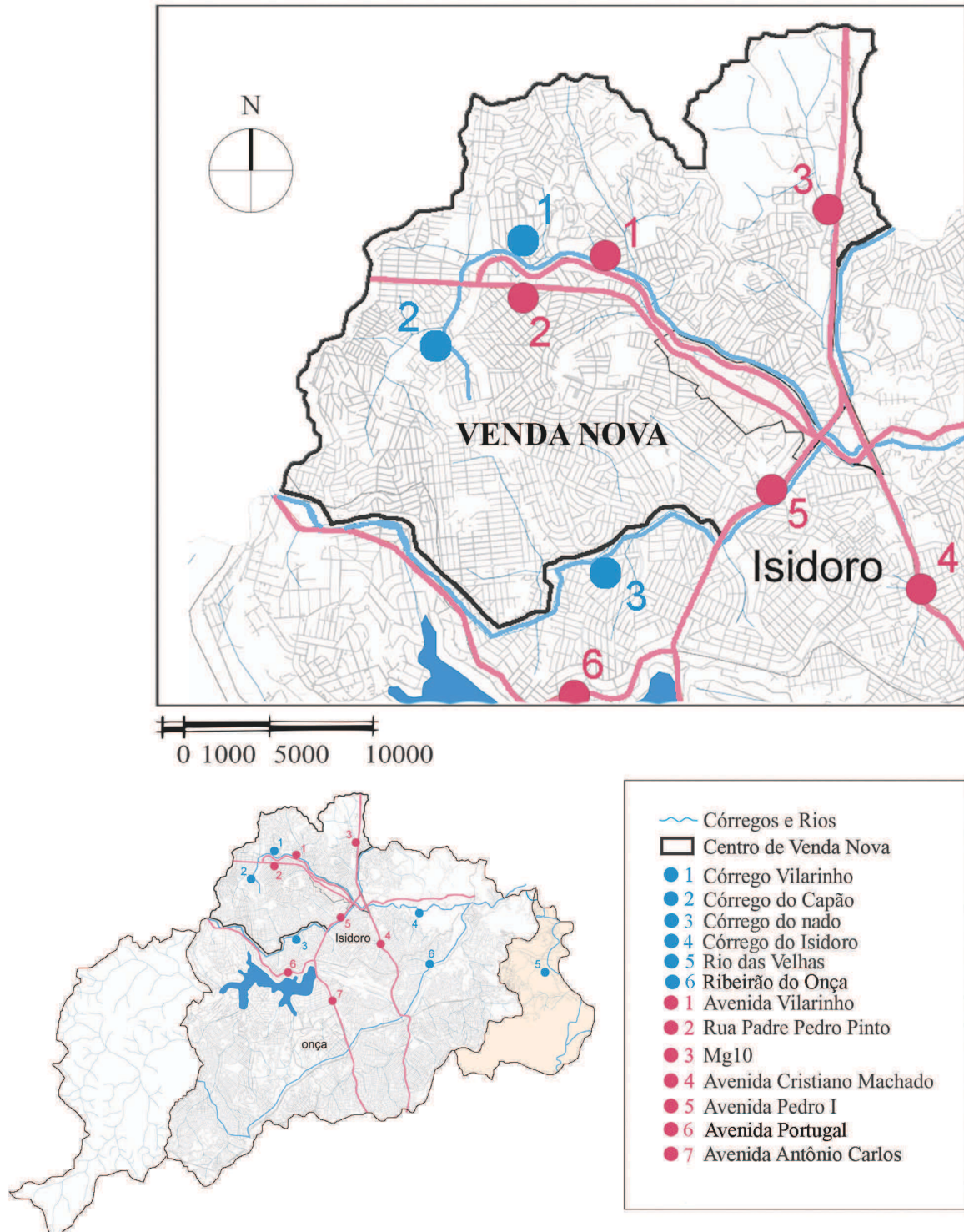
Ao se associar os aspectos físicos e ambientais aos socioeconômicos, verifica-se que a bacia hidrográfica tem como componentes solo, água, vegetação e fauna (Fernandes, 2006, pg. 1), enquanto unidade e sistema pluvial, e eles coexistem e estão em permanente interação com as ações de natureza antrópica.

A urbanização das bacias hidrográficas, como a que mostra a figura 19, em Venda Nova, coloca desafios especiais e possui caráter fundamental de diferenciação das bacias em áreas florestais e rurais. Assim, à medida em que a urbanização acontece, as mudanças na hidrologia são inevitáveis.

Dessa forma, a maior parte dos rios e córregos presentes na Regional encontram-se com suas margens ocupadas e estão inseridos no contexto de alteração nos padrões de cobertura vegetal e uso do solo, com a aceleração dos processos impactantes vindos do aumento da

urbanização. A realidade da vida dos moradores que ocupam as margens dos rios e encostas é a de um constante risco e produz um sério problema de saúde pública.

Figura 19: Venda Nova na Bacia do Córrego do Isidoro



Fonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e Magma Engenharia Ltda. Adaptado pela autora, 2017.

Associando os problemas ambientais com os sociais presentes nas margens dos córregos, seleciona-se, nesse trabalho, o estudo do Córrego do Capão, principalmente por apresentar apropriações cotidianas que configuram resistências a serem apresentadas no capítulo 4. Assim, faz-se necessária a sua caracterização. Além desse, é muito importante, para a análise do capítulo 4, a caracterização do Córrego do Vilarinho. Ambos estão marcados na figura 19, números 1 e 2.

O Córrego do Capão possui cerca de 2km de extensão e possui trechos canalizados e em leito livre e natural. As margens foram ocupadas por moradias que depositam, em suas águas, o esgoto doméstico. O esgoto promoveu a contaminação e a degradação da qualidade da água que impossibilita a permanência de seu uso original.

Esse Córrego faz, hoje, parte do projeto Manuelzão e uma série de ações comunitárias acontecem em busca de sua recuperação. O projeto proposto pela PMBH era que fosse implantada uma avenida sob o córrego e o desejo de parte da população acompanhava essa posição. No entanto, um processo rico e coletivo de conscientização e educação ambiental fez com que todos passassem a lutar para sua recuperação ambiental. Desde então, o córrego é lugar de constantes movimentos de luta e apropriações.

Nos terrenos localizados nas margens desse córrego há muitas hortas particulares e comunitárias que são consideradas, nesse trabalho, como ações de resistência que atualizam o espaço e contribuem para sua valorização.

Figuras 20 e 21: Situação do Córrego do Capão e vista avenida Vilarinho



Fonte: Arquivo da autora, 2013.

O Córrego do Vilarinho recebe a contribuição de vários outros de Venda Nova, incluindo o Córrego do Nado em sua porção oeste, que foi parcialmente canalizado até o encontro com a Avenida Cristiano Machado. Desse local até o encontro com o Ribeirão do Isidoro, segue em leito natural. Como o Córrego do Vilarinho recebe muitas contribuições, sua canalização é composta de um sistema de drenagem por galeria pluvial que é lançada no Ribeirão do Isidoro.

O processo de impermeabilização e a transformação em avenida fizeram com que esse córrego se isolasse do lençol freático. Segundo Cunha (2003), quando há chuva e o lençol freático se eleva no terreno, a água satura o solo e a estrutura de concreto do canal é abalada. É quando acontece a inundação, o comprometimento da pavimentação asfáltica. É possível ver a situação recente da avenida em período de chuva na figura a seguir.

Figura 22: Inundação na avenida Vilarinho



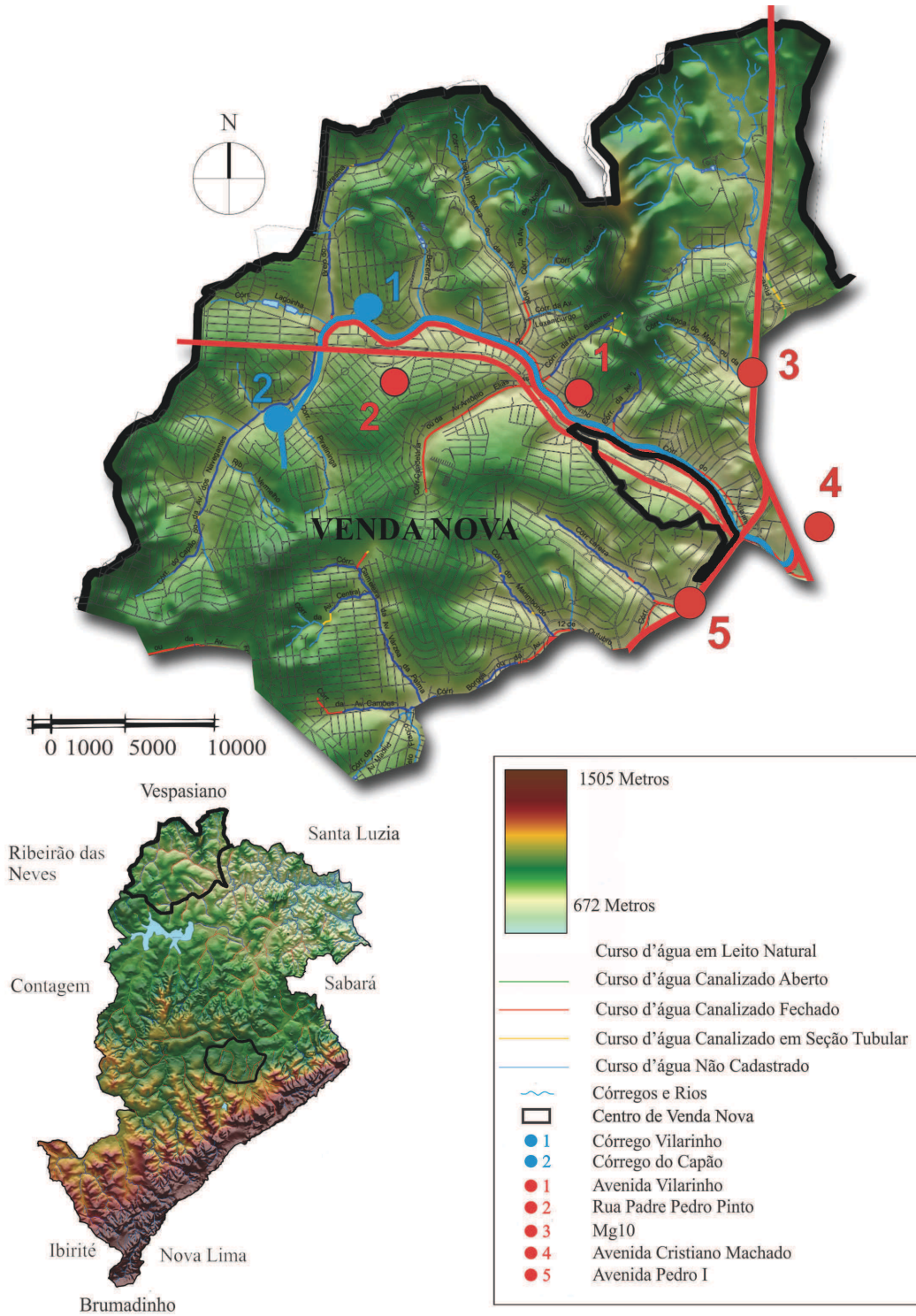
Fonte: Arquivo do Jornal Acontece – Belo Horizonte, 2016

A obra de canalização e implantação da avenida sanitária gerou uma série de espaços residuais e um largo canteiro central. Parte desse canteiro central foi utilizada recentemente para a implantação do sistema BRT de transporte público, mas grande parte dele e dos espaços residuais são apropriados e adaptados contidamente pelos moradores e usuários.

Em relação ao relevo, temos que a região de Venda Nova faz parte de uma grande unidade geológica conhecida como Cráton do São Francisco (Almeida, 1977) e refere-se a Depressão Periférica de Belo Horizonte instalada sobre terrenos de relevo suave da bacia sedimentar do grupo Bambuí, que significa que a região apresenta áreas de declividade amena, propícia a urbanização e sem grandes fragilidades com relação ao risco geológico. Porém, em função do

já mencionado sistema de córregos e rios da sub-bacia do Vilarinho, várias regiões apresentam tendências alagadiças (ver figura 22).

Figura 23: Relevo e Hidrografia



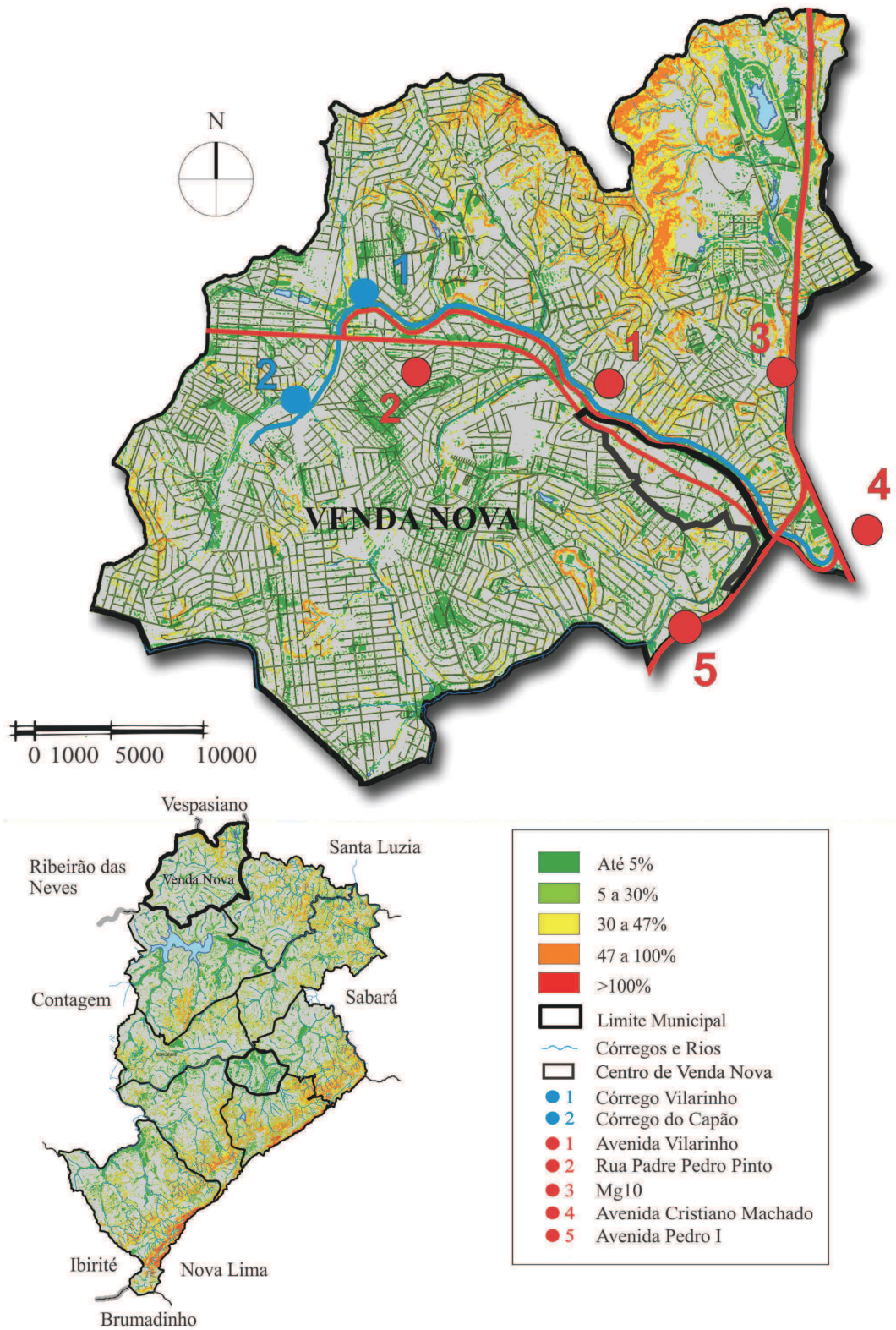
Fonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e Magma Engenharia Ltda. Adaptado pela autora, 2017.

Interpretando as informações que traz Silva (1995), a região de Venda Nova se caracteriza por espigões, colinas de topo plano a arqueado e encostas côncavo-convexas de declividades variadas, formando vales. De acordo com a empresa MYR, que realizou estudo de impacto ambiental na região, “a maior parte dessa unidade apresenta altitudes inferiores a 850m, com a cota mínima, da ordem de 680m na foz do Ribeirão do Onça. No córrego do Vilarinho a cota altimétrica não ultrapassa a 770m.”

A relação entre a topografia e a disposição do arruamento segue um padrão recorrente da implantação do sistema viário. As vias principais foram implantadas nos trechos de menor declividade correspondente aos fundos de vale e aos topos de morros, conforme observado na figura 23, enquanto as secundárias são locadas nas retas de maior aclive.

A figura 24, a seguir, mostra as declividades constantes em Venda Nova. Em comparação com Belo Horizonte, percebe-se que não é a área com as maiores declividades. Porém, possui algumas áreas ocupadas com declividade superior a 47%. A maior parte dessas áreas coincidem com as áreas de Vilas e Favelas, basta comparar o mapa apresentado na figura 17 com o da figura 24.

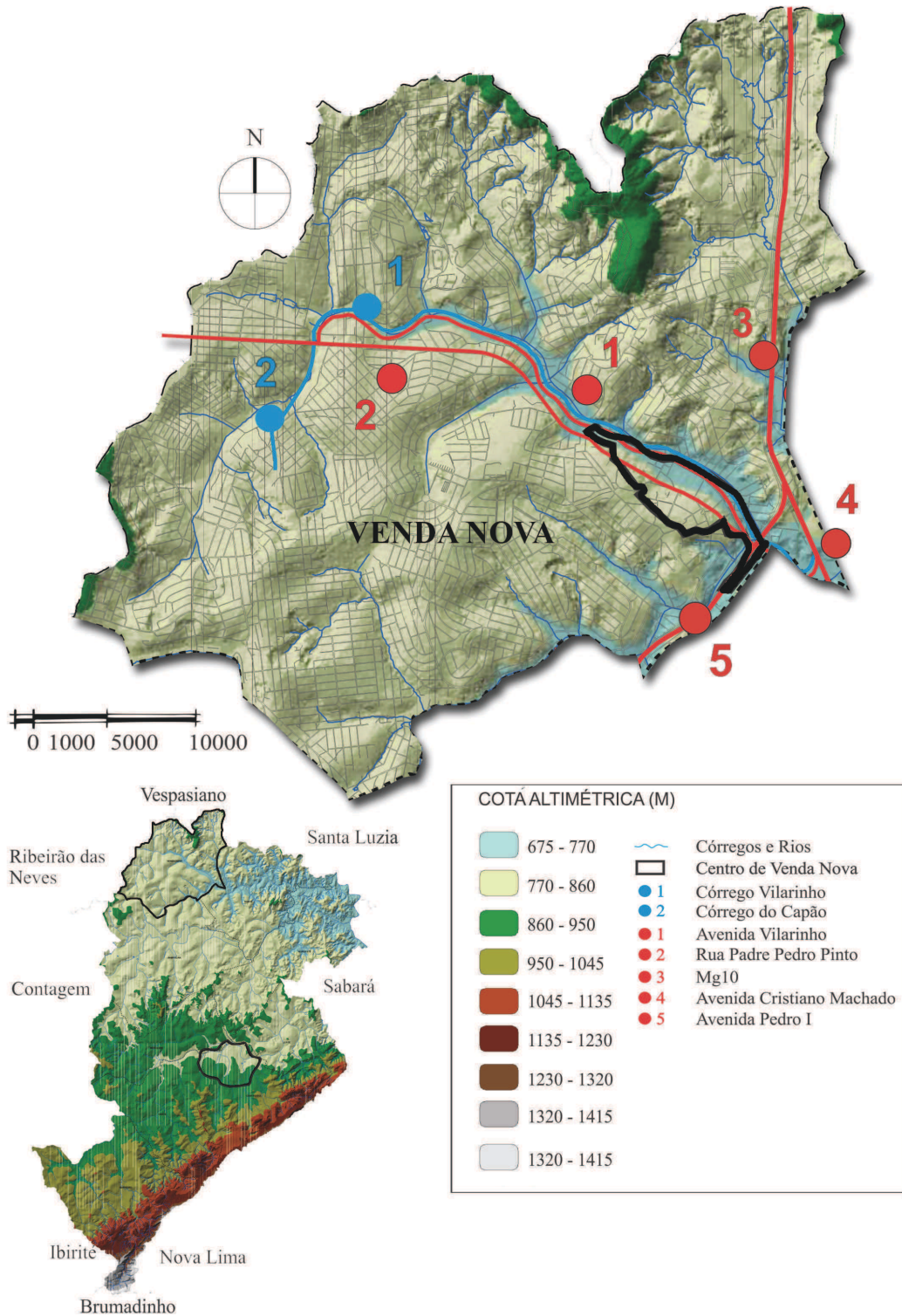
Figura 24: Declividade



Fonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e Magma Engenharia Ltda. Adaptado pela autora, 2017.

Percebe-se ainda que a regional possui uma área em que as altitudes (ver figura 25) são, em média, as mais baixas da unidade, constituindo poucos topos de morros localizados na divisão da sub-bacia do Córrego do Vilarinho.

Figura 25: Altimetria



Fonte: PMBH - Prodabel, 2007 e Smapu, 2012. Adaptado pela autora, 2017.

Verifica-se, através das figuras apresentadas que a ocupação inicial de Venda Nova acontece ao redor do caminho original, a atual Rua Padre Pedro Pinto e segue ao longo do Córrego do Vilarinho. Algumas imagens mostram a situação comum dos córregos da região, as áreas planas ao longo da avenida Vilarinho e as recentes inundações que acontecem na confluência do Córrego Vilarinho e Córrego do Nado.

3.5 Aspectos históricos

Para atingir o objetivo proposto, realizou-se histórico da ocupação na regional em análise, a fim de verificar o crescimento urbano e os fatores que contribuíram para sua concretização, como também avaliar as mudanças e intervenções urbanas que ocorreram em decorrência dessa ocupação.

Venda Nova pertencia à freguesia do Curral D`el Rey, Comarca de Sabará e abrangia as terras ao norte do ribeirão Pampulha e do Onça e as terras das subbacias dos córregos Vilarinho, Serra Verde, Isidoro, Nado e Onça.

A Comarca de Sabará seguia a ocupação do espaço urbano comum à província de Minas Gerais. De acordo com Costa e Netto (2015, p. 66), há dois períodos importantes na povoação da capitania: um correspondente ao “início da colonização e ocupação por desbravadores que irão definir os principais eixos de penetração e a consequente colonização” e outro quando acontece a descoberta das minas de ouro e a povoação da área central da Colônia.

A ocupação de Venda Nova se torna possível pela presença desses dois acontecimentos na região: desbravadores que formaram o caminho de conexão de Sabará a Paracatu, que margeia Venda Nova, e o estabelecimento do núcleo central em Sabará, onde acontece a descoberta do ouro.

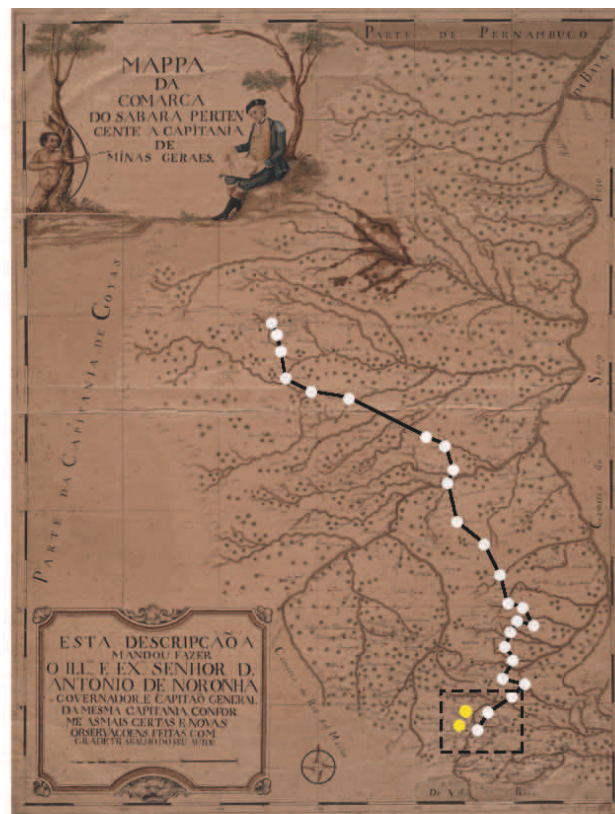
A figura a seguir mostra a localização do núcleo original de Venda Nova na margem esquerda ao caminho citado acima. Mostra como Venda Nova estava geograficamente entre o povoado do Curral D`el Rey, Santa Luzia e Sabará.

O local onde se estabeleceu Venda Nova era uma região periférica ao núcleo central de Sabará e composto por fazendas implantadas próximas ao Córrego do Vilarinho. Essa condição física propiciou a abertura de um caminho secundário para ligar Sabará à cidade de Paracatu e a implantação de um local de parada e pouso dos tropeiros e viajantes portugueses

ainda no séc. XVIII. O mapa da figura 26 mostra esse caminho e a localização de Venda Nova.

A passagem constante dessas tropas fez com que se constituísse, ali, um povoado. Esses homens, que se movimentavam entre o sul e o norte do estado, abasteciam as Minas Gerais durante o ciclo do ouro e eram desbravadores que definiam caminhos, principais e secundários, de penetração no território brasileiro.

Figura 26: Comarca de Sabará: caminho Sabará-Paracatu e Venda Nova



LEGENDA

- 1- Venda Nova
- 2- Curral Del Rey
- 3- Sabará
- 4- Santa Luzia
- 5- Lagoa Santa

Fonte: Arquivo Público Mineiro, 2017. Adaptado pela autora, 2017.

Há documentos³ que comprovam a solicitação de autorização para construção de uma capela e para abertura de vendas nesse local desde 1781, apesar de não haver registro em mapa da região nessa data. As principais atividades que aconteciam ali eram ligadas à agricultura, à pecuária e ao comércio.

Pela persistência e intensificação de uso desse caminho que deu origem à rua Direita, atual rua Padre Pedro Pinto, aconteceu a implantação de vendas, de residências, de uma capela e, então, inicia-se a configuração da forma do tecido urbano, do uso e ocupação do solo e das edificações.

Considerando Costa e Netto (2015, p. 67), a organização das terras da colônia se dava por determinações de algumas normas urbanísticas que iriam determinar um “arranjo espacial aos lotes, alinhados a um eixo longitudinal.”

Essa conformação urbana acontece no núcleo central de Sabará, mas não acontece de forma controlada em Venda Nova. Entende-se que isso ocorre pelo fato desse ser um lugar vinculado a Sabará, porém marginal a ele, onde a ocupação acontece de forma mais livre. Dessa forma, o terreno onde se constrói a venda e posteriormente a capela foi sendo ocupado sem propriedade e sem nenhuma formalidade.

Assim, a gênese da ocupação de Venda Nova estava vinculada ao estabelecimento do núcleo da Vila de Sabará fundada em 1711, como ponto de abastecimento e apoio às minas do ouro, mas acontece sem o ordenamento típico da época. Essa configuração territorial forma a paisagem da região, que tem reflexo até os dias atuais.

Apesar de não existir um mapa de Venda Nova do século XVIII, pelos relatos e documentos existentes sabemos que seu núcleo era composto de poucas edificações: vendas, capela, algumas casas ao redor do caminho. Acredita-se que esse núcleo não se diferenciava muito do mapa do século XIX apresentado a seguir.

³ Centro de Documentação da Cúria Metropolitana de Belo Horizonte, CX da Paróquia de Santo Antônio de Venda Nova. In: SILVA, Ana Maria da. Lembranças... Venda Nova. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura. 2000,P.9.

Figura 27: Primeira ocupação de Venda Nova, 1890-1894



Fonte: Secretaria Municipal de Atividades Urbanas, 2017. Adaptado pela autora, 2017.

Este trecho marcado de cinza na figura acima (figura 27) e destacado nos demais mapas como Centro de Venda Nova é caracterizado como o de ocupação mais antiga. Nele, foi implantado a primeira venda e ponto de parada e pouso para os tropeiros. Não há comprovação oficial dessa informação, mas de acordo com alguns relatos⁴, era nesse lugar, próximo ao encontro da Rua Padre Pedro Pinto (antigo caminho) com a Avenida Vilarinho (antigo Córrego do Vilarinho) que essa venda se localizava. Ao longo do tempo, configurou-se como centro comercial polarizador da regional. Dessa forma, apresenta uma ocupação predominantemente comercial.

Esse local daria lugar, hoje, aos principais espaços públicos existentes como a Praça do Cruzeiro e a Praça Santo Antônio, ambos localizados na Rua Padre Pedro Pinto. É nesse trecho, também, que se encontra um casarão do séc. XIX. Essa edificação foi tombada pelo patrimônio cultural municipal em 2003, foi recuperada e abriga o Centro de Memória de Venda Nova. A praça Santo Antônio é onde acontecem, hoje, práticas de permanências e resistências.

⁴ In: SILVA, Ana Maria da. Lembranças... Venda Nova. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura. 2000, P.9.

3.6 Processo de ocupação de Venda Nova e sua relação com municípios limítrofes

Essa análise considera períodos importantes para a transformação de Venda Nova e foi realizada através de mapas que revelam as relações existentes desse lugar com as regiões próximas a ele. Essas regiões constituem hoje os municípios de Sabará, Santa Luzia, Vespasiano, Ribeirão das Neves e Belo Horizonte.

Para entender o processo de ocupação da região de Venda Nova, foram determinados alguns momentos nos quais as características econômicas, sociais, políticas e culturais implicaram em uma transformação na sua forma urbana.

Em Venda Nova, há o reflexo dos períodos históricos brasileiros. Temos três épocas distintas: Período colonial (1698-1822); imperial (1822-1889) e o republicano (1889-2017), definidos pela característica administrativa política de cada um.

Ainda de acordo com os períodos históricos brasileiros, é possível identificar, na região, alterações significativas na paisagem urbana que determinam alguns períodos de transformação que foram mapeados e/ou documentados. São eles: Ocupação inicial: (1711-1870); A criação da freguesia de Santo Antônio de Venda Nova (1870-1911); Anexação de Venda Nova ao município de Belo Horizonte (1911-1923); A criação do distrito de Venda Nova (1923-1938); A incorporação de Venda Nova ao município de Santa Luzia (1938-1948); Anexação definitiva ao município de Belo Horizonte (1948-1973); Criação da administração da região de Venda Nova, consolidação do vetor norte de crescimento (1973-2017).

Figura 28: Momentos de transformação histórica de Venda Nova/ Períodos morfológicos

PERÍODO COLONIAL (1689-1822)	OCUPAÇÃO INICIAL (1711-1870)
PERÍODO IMPERIAL (1822-1889)	criação da freguesia (1870-1911)
PERÍODO REPUBLICANO (1889-2017)	VENDA NOVA PERTENCE A BH (1911-1923)
	criação do distrito (1923-1938)
	VENDA NOVA PERTENCE A SL (1938-1948)
	VENDA NOVA PERTENCE A BH (1948-1973)
	criação da regional VN (1973-2017)

Fonte: elaborado pela autora, 2017

Venda Nova, de 1711 a 1870, possuía um núcleo muito pequeno composto de venda e ponto de parada e pouso. Esse local ficava à margem do caminho que ligava Sabará a Paracatu, do outro lado do rio das Velhas (conforme mapa a seguir). Era uma importante planície composta pelas margens do Córrego Vilarinho e por conter a confluência desse com o córrego do Nado, caracterizado pela existência de algumas fazendas e com um propício pasto para animais.

Nesse momento histórico, Venda Nova pertencia à Comarca de Sabará como parte da freguesia do Curral De'l Rey, mas, geograficamente, era distante tanto do núcleo central da Vila de Sabará quanto da citada freguesia. Esse fato justificava sua ocupação lenta e, de certa forma, autônoma, através de produção agrícola e de criação de gado e do estabelecimento de venda para trocas de produtos da colônia. Isso possibilitou o crescimento inicial da região.

A Comarca de Sabará era composta de outras pequenas aglomerações que ficavam próximas a Venda Nova, além do seu próprio núcleo central e da freguesia do Curral De'l Rey. É o caso de Santa Luzia que, nesse momento, era um núcleo pequeno e que se estabeleceu em função do mesmo caminho já citado.

Além de Santa Luzia, havia, nas proximidades de Venda Nova, o povoado de Campanhã que ficava mais afastado do núcleo de Sabará e era composto de um pequeno núcleo de habitações, detendo certa autonomia.

Venda Nova possuía, nesse momento, características típicas de áreas rurais do interior de Minas Gerais e crescia de forma lenta, independente dos núcleos existentes nas proximidades.

Em 1808, com a chegada na família real portuguesa ao Brasil, o sistema administrativo político passa a ser o Imperial. Esse fato altera a organização do território brasileiro com a criação das províncias que dariam origem aos estados brasileiros. Há, nesse momento, um aumento considerável de movimentos de reorganização do território mineiro. De acordo com Saraiva e Silva:

Dentro desta 'lógica imperial' que nem sempre é de fácil entendimento, quando uma 'localidade' ou 'povoado' era elevado a categoria de 'distrito' passava a contar com a presença de, ao menos um subdelegado, além de qualificar aquela comunidade a solicitar favores e verbas por parte da província. Da mesma forma, elevar um 'distrito' à condição de 'paróquia' (ou freguesia) significava não somente a presença de um padre fixo no local, mas ainda da possibilidade da eleição de um juiz de paz que, além de intervir em algumas questões de disputas judiciais, juntos (o juiz de paz e o pároco) começariam a regularizar o assentamento dos nascimentos, casamentos, óbitos, testamentos e mesmo os registros de posse de terras. Significava ainda que o 1o nível das eleições seria local, sobre o 'controle' destas autoridades e dentro da igreja-matriz,

por fim, a paróquia era uma ‘etapa’ dentro do processo que criava as vilas e cidades no Brasil (SARAIVA, SILVA, 2010, p. 4).

Esses movimentos de alteração territorial foram responsáveis pela criação de vários distritos e freguesias em Minas Gerais. Em uma dessas alterações, Venda Nova, em 1870, destaca-se suficientemente para se tornar uma freguesia, desvinculando-se do Curral De'l Rey e passando a se chamar freguesia de Santo Antônio de Venda Nova. Há registro que antes dessa data o povoado chamava-se Santo Antônio dos Clementes. Para alguns historiadores, “[...] os Clementes referiam-se aos primeiros moradores da região [...]” (COSTA; NOVATO, 1997, p.110).

No período entre 1870 e 1911, Venda Nova permanece um núcleo à margem da evolução de Sabará e, em 1895, começa a sofrer uma forte influência da freguesia de Curral De'l Rey, que é escolhida para ser a sede da nova capital de Minas Gerais. Essa nova capital seria primeira a ser construída no novo sistema político administrativo da República, proclamada em 1889, no Brasil. Inicia-se, nessa freguesia, uma série de transformações para absorver tal demanda e, em 1897, é inaugurada a cidade de Minas.

A inauguração dessa cidade promove um adensamento na região de Venda Nova. Nesse momento, seu crescimento populacional estava vinculado ao intenso fluxo migratório do interior do estado para a nova capital e a vinda dos antigos moradores do Curral Del Rey que não conseguiram se estabelecer nela. Essa ocupação se justificava pelo alto valor necessário para que os imigrantes, que chegavam na nova cidade, conseguissem se estabelecer ali. Trata-se, assim, de uma população simples, que possuía poucos recursos financeiros.

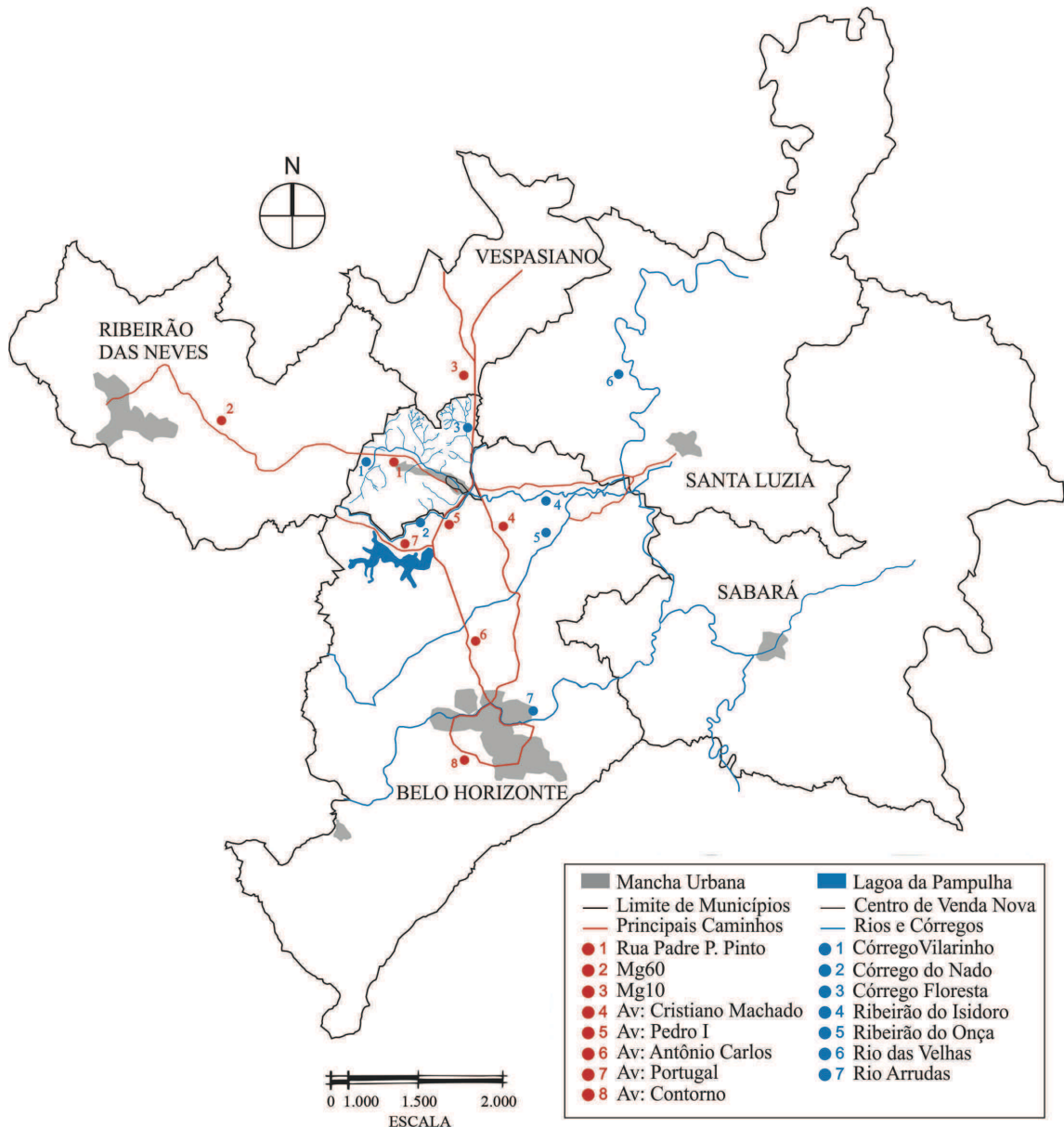
Vinda de diversos lugares de Minas Gerais, trazia consigo hábitos e costumes que seriam a principal determinante para a formação cultural de Venda Nova. São estas pessoas responsáveis pelo forte enraizamento e estabelecimento da comunidade que irá permanecer ao longo dos anos. Entre eles, grupos de folia de reis, congados, quadrilhas e bandas de música. Venda Nova permanece se desenvolvendo em torno do núcleo comercial à margem Cidade de Minas Gerais (Belo Horizonte).

Em 1911, Venda Nova é anexada à cidade de Belo Horizonte e seu adensamento é intensificado. Porém, é importante reforçar que esse crescimento é lento e acontece em função da insuficiente condição desses imigrantes para se instalarem em Belo Horizonte. De acordo com o mapa apresentado na figura 29, percebe-se que a mancha urbana em Venda Nova se

localiza apenas nas bordas da Rua Padre Pedro Pinto, em 1918. Em 1919, a região é elevada a categoria de subúrbio de Belo Horizonte.

Venda Nova se desenvolve de forma independente, pois, além de estar distante dos núcleos urbanos existentes na região (conforme verifica-se na figura 29), surge de um forte vínculo das pessoas com esse lugar que faz surgir lideranças e uma organização interna administrativa. Essa característica propicia a criação do distrito de Venda Nova, em 1923. Venda Nova permanece, nessa data, desenvolvendo-se ao longo do forte eixo do caminho inicial ao longo do córrego do Vilarinho.

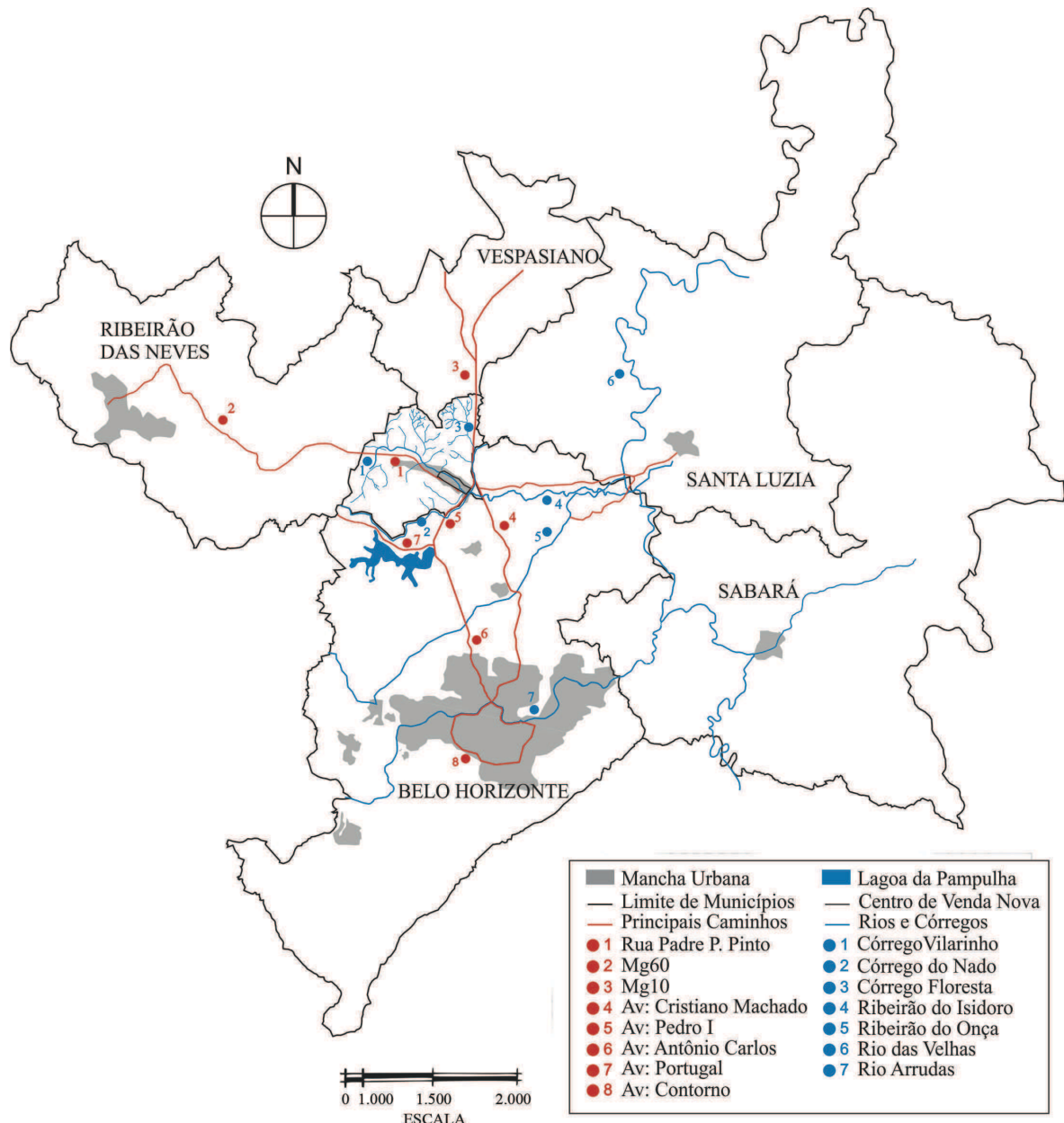
Figura 29: Ocupação de Venda Nova e municípios vizinhos, 1918



Fonte: Elaborado pela autora, 2017

De 1923 a 1938, Venda Nova continua pertencendo a Belo Horizonte e mantém sua característica de periferia autônoma a essa. Basta verificar, na figura 30, como a ocupação se intensifica nas bordas da área central de Belo Horizonte, enquanto que Venda Nova permanece praticamente com a mesma ocupação de 1918 (figura 29). O adensamento acontece de forma lenta.

Figura 30: Ocupação de Venda Nova e municípios vizinhos, 1935



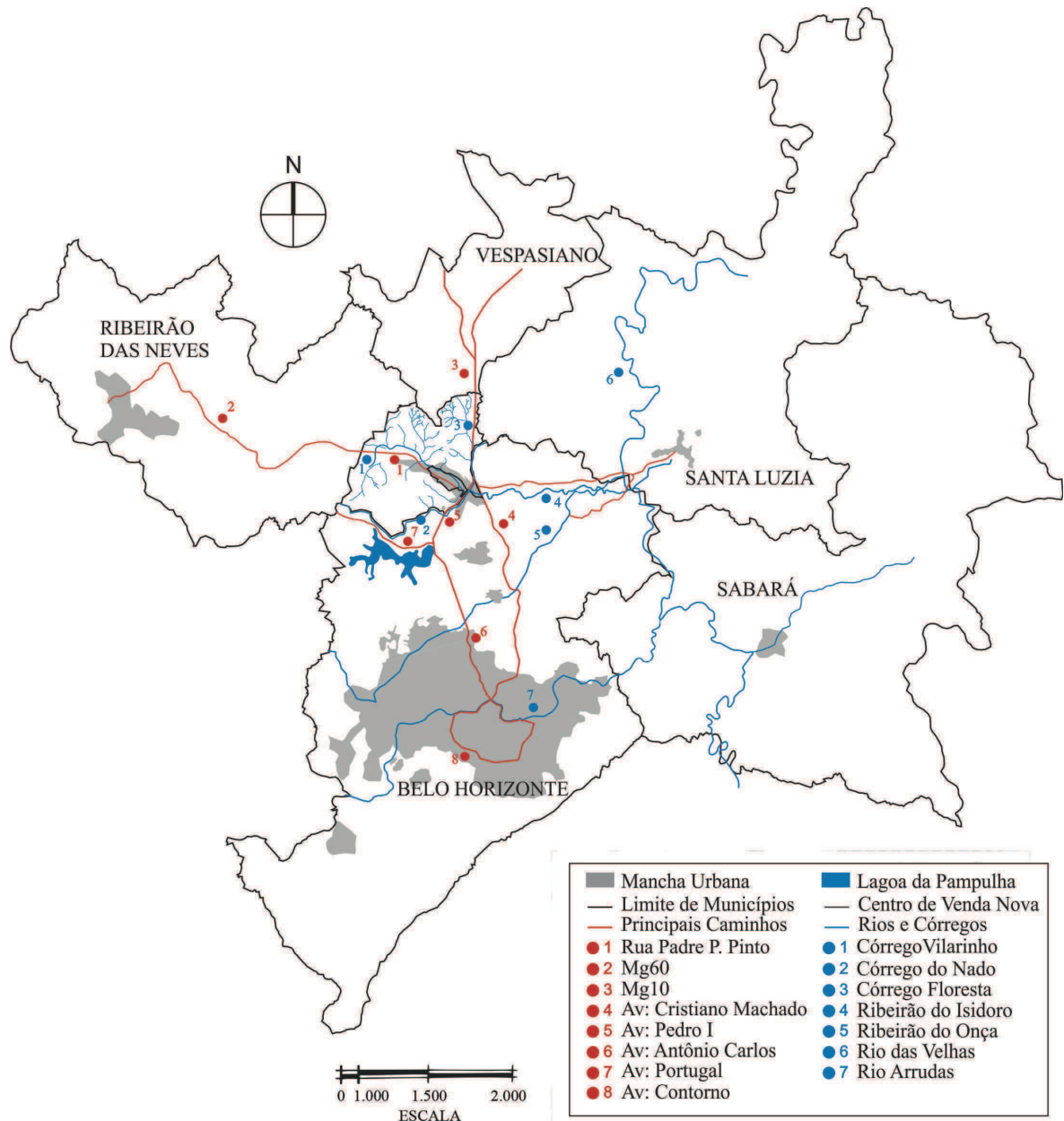
Fonte: Elaborado pela autora, 2017

Em 1938, o município de Santa Luzia, desmembrado definitivamente de Sabará em 1850, adquire Venda Nova do município de Belo Horizonte. Essa aquisição era justificada pelo crescimento de Santa Luzia em direção a esse distrito, por ser a cidade mais próxima (ver

figura 31) e por motivos políticos representados por um forte grupo local que faz a interlocução com o poder municipal.

Porém, Venda Nova permanece um núcleo independente desse município e sua anexação a ele praticamente não interferiu em alterações para sua vida local.

Figura 31: Ocupação de Venda Nova e municípios vizinhos, 1939



Fonte: Elaborado pela autora, 2017

Até 1948, a ocupação de Venda Nova aconteceu sem nenhuma regulação. Fazendeiros subdividiam suas terras, e os moradores iam se instalando informalmente na região. Essa situação permanece e se intensifica após a anexação definitiva ao município de Belo

Horizonte, em 1948. Nesse momento, o crescimento de Venda Nova se intensifica, e bairros surgem sem autorização.

Esse crescimento acontece em desequilíbrio com a instalação de serviços e de infraestrutura e reforça o caráter periférico da região, com seus moradores enfrentando condições precárias para sobrevivência. Há, aqui, uma contradição: enquanto a população crescia, os serviços públicos e de infraestrutura urbana não eram implantados.

Um forte crescimento industrial de Belo Horizonte, a partir de 1950, intensifica ainda mais o crescimento da região, mas Venda Nova permanece desconectada e sempre à margem de Belo Horizonte, acontecendo poucos e insuficientes investimentos em infraestrutura urbana, como pavimentação de algumas vias principais.

A capital atraía novos moradores por causa do processo de industrialização. Aqueles com baixa renda, que não conseguiam morar mais próximo do núcleo original, tinham como opção, pelo baixo preço dos terrenos, morar em Venda Nova. Assim, foram abertas novas ruas sem nenhum critério de planejamento urbano, o que propiciou o surgimento de várias áreas irregulares e vilas.

Em função do empenho e união da população, aconteceram algumas melhorias urbanas na região, e alguns bairros foram implantados, como o bairro Céu Azul e a Vila Parque Copacabana.

Além da industrialização intensificada em Belo Horizonte, acontece, nesse período, a inauguração do complexo da Pampulha, que seria ocupada por uma classe mais abastada. Esse fato impulsionou a ocupação das áreas mais próximas à Pampulha por pessoas de classe mais baixa.

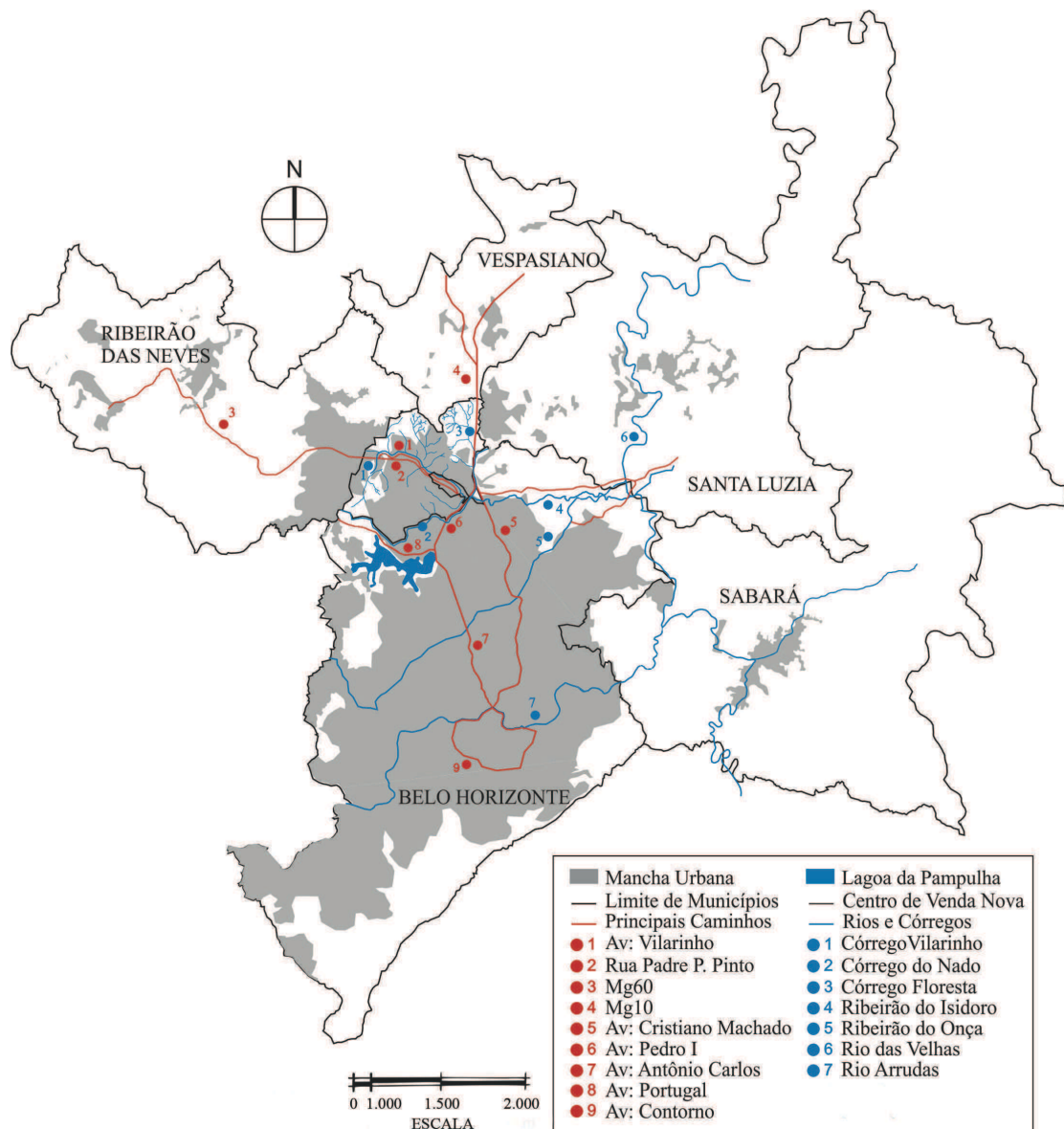
Através das figuras 31 e 32, entende-se que Venda Nova cresce, primeiramente, a partir de seu núcleo original na direção sul em função desses novos acontecimentos refletidos no território de Belo Horizonte.

Até 1973, Venda Nova é adensada e permanece com problemas típicos de periferia. Apesar de todo crescimento e fortalecimento de Belo Horizonte, o núcleo original de Venda Nova permanece e adquire cada vez mais importância para os novos bairros que surgem.

Esse núcleo se torna tão forte, importante e independente de Belo Horizonte que, em 1973, é criada a administração da Regional. O comércio se mantém como a principal característica desse núcleo, que polariza inclusive os bairros a sudoeste do município de Santa Luzia e a leste do município de Ribeirão das Neves.

De acordo com o mapa abaixo, o polo comercial de Venda Nova promove maior adensamento das porções mais próximas desses municípios, deixando-os afastados de seu núcleo mais antigo. A Rua Padre Pedro Pinto, antiga Rua Direita, é o principal eixo articulador da mobilidade da região, assim como o foi desde a sua abertura para passagem dos tropeiros. É nela que surgem e se mantêm os espaços de convívio mais importantes da região.

Figura 32: Ocupação de Venda Nova e municípios vizinhos, 1970



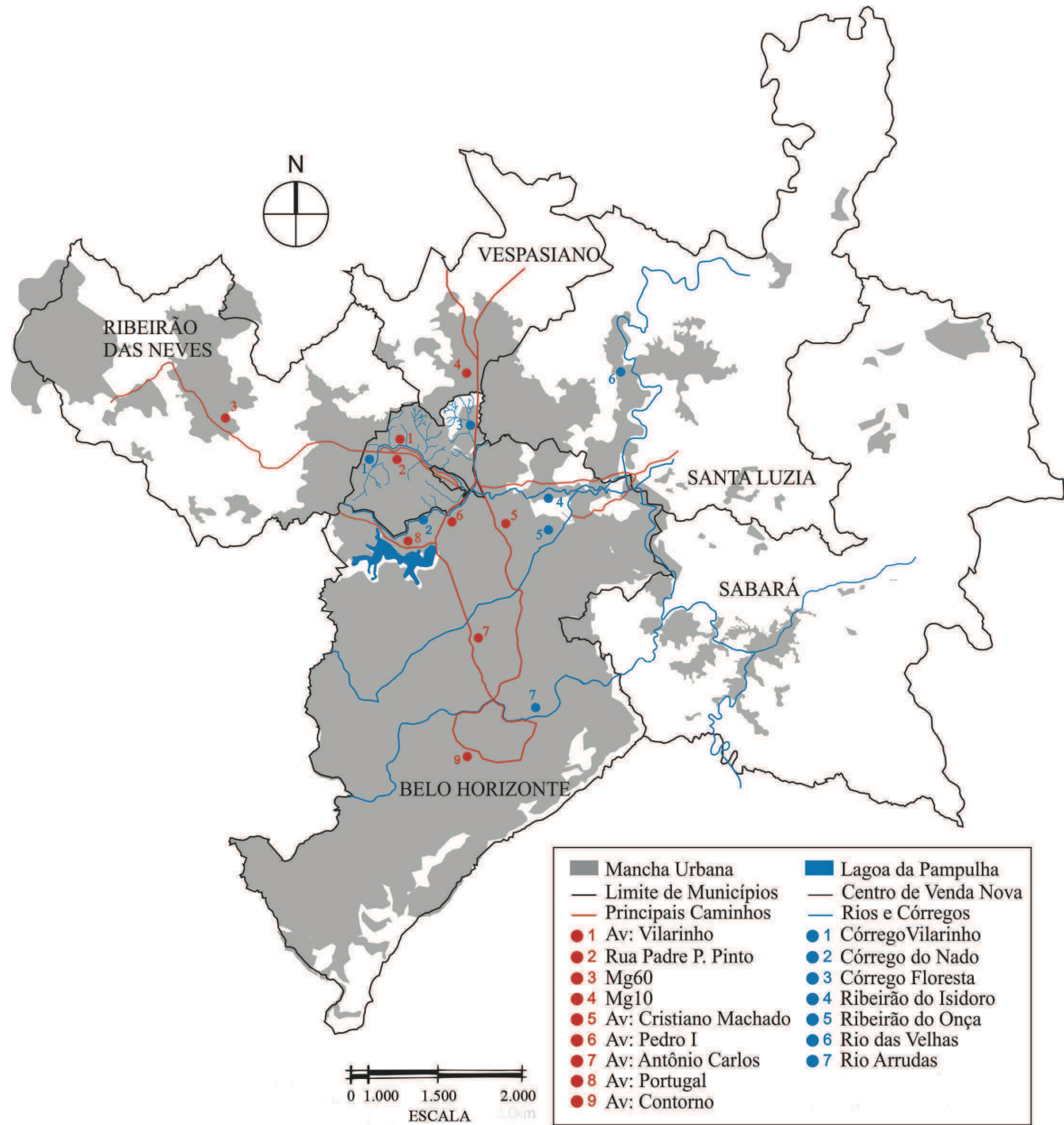
Fonte: Elaborado pela autora, 2017

O intenso crescimento de Belo Horizonte fez com que sua mancha urbana se espraiasse até os limites com as cidades vizinhas (ver figura 32). Houve, portanto, um processo de conurbação, que configurou um tecido urbano praticamente único entre os municípios vizinhos e Belo Horizonte.

Desde a década de 1970 até os dias atuais, Venda Nova se consolidou e atraiu vários investimentos para melhoria de infraestrutura, principalmente porque essa região passou a ser uma das principais áreas de expansão da cidade de Belo Horizonte. A ocupação da região de Venda Nova, nesse período, foi responsável pelo fenômeno de conurbação urbana (ver a mancha urbana em 2016 na figura 33), fundindo-se com os municípios limites de Ribeirão das Neves, Vespasiano e Santa Luzia.

Belo Horizonte se expandiu além de seus limites e, em 1973, foi criada a Região Metropolitana. Venda Nova passou a compor a área conurbada chamada de “Vetor Norte de crescimento de Belo Horizonte”. As ocupações dessa área permanecem acontecendo de forma desordenada e intensificando cada vez mais o problemas de infraestrutura urbana. Ente eles, a ineficiente mobilidade urbana e a falta de saneamento básico.

Figura 33: Ocupação de Venda Nova e municípios vizinhos, 2016



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

4 VENDA NOVA: PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA E MEMÓRIA

Embaixo, a partir dos limiares onde cessa a visibilidade, vivem os praticantes ordinários da cidade (...) eles são os caminhantes, pedestres, Wandersmänner, cujo corpo obedece aos cheios e vazios de um texto urbano que escrevem sem poder lê-lo. Esses praticantes jogam com espaços que não vêem; têm dele um conhecimento tão cego como no corpo-a-corpo amoroso. (Certeau, 1996, p.171).

Neste capítulo, será desenvolvida a frente argumentativa apresentada no capítulo 2 com objetivo de apreender, localizar e analisar experiência e memória a partir do objeto de análise, contextualizado no capítulo 3.

Por meio da aproximação entre as teorias de Léfèbvre (2013), Santos (1996) e Michel De Certeau (1996), serão analisadas e localizadas as práticas desviacionistas presentes no espaço público. Trata-se de uma aproximação que tem por objetivo melhorar a identificação dos sujeitos da ação e a compreensão do espaço.

Também serão apresentadas as permanências presentes em Venda Nova com o objetivo de revelar as apropriações, que por sua experiência aplicada, adquirem uma dimensão de memória (BENJAMIN, 1994).

Mas, o que significa o entendimento das práticas de resistência e das permanências? Essencialmente, significa entender que as dinâmicas presentes no espaço são múltiplas e complexas e que existe uma outra cidade que revela uma outra forma de ocupá-la. Essas práticas e permanências propiciam a interação entre sujeitos que se afetam e são afetados no contexto socioespacial e cultural em que se inserem. Elas são inúmeras e variadas, portanto, não é pretensão deste trabalho esgotar todas elas, mas sim, destacar as principais apreensões obtidas através da experiência de campo.

Para o desenvolvimento desse capítulo, propõe-se a seguinte estrutura, dividida em três subcapítulos: (1) retomada aos conceitos argumentados no capítulo 2 e contextualização do capítulo 3; (2) metodologia; (3) práticas cotidianas de resistência, permanências e transformações.

4.1 Retomada dos conceitos

Assim como acontece em todas as regiões que tiveram uma formação periférica, o processo de mundialização, pelo qual passam as cidades, teve consequências graves para a transformação dos espaços públicos de Venda Nova. Ao longo do processo de adensamento, a vida cotidiana dessa região é impactada pelas obras necessárias ao desenvolvimento de Belo

Horizonte e, assim, os espaços típicos de convívio vão sendo eliminados e/ou transformados, espetacularizados e gentrificados.

As consequências do neoliberalismo para o planejamento urbano – pacificação e padronização dos espaços e empobrecimento da experiência urbana – provocam uma extrema valorização da propriedade individual e da terra urbana. Essas características intensificam as desigualdades socioespaciais e econômicas e afetam a vida das pessoas mais pobres e vulneráveis.

Assim sendo, os projetos de renovação urbana possuem pressupostos, técnicos e legais, que confirmam a condição de privatização do espaço e sua condição de mercadoria e local de competitividade: gestões públicas vendem cidades e produzem espaços urbanos espetacularizados e padronizados. As cidades legitimam os interesses globais e a formação de um mercado global de cidades.

Essa condição do planejamento urbano provoca o esvaziamento das interações e relações no espaço e da memória. Nesse sentido, a produção dos espaços públicos contemporâneos reforça a alienação e a construção de consensos.

A possibilidade de haver uma resistência a isso surge com a descoberta de outra cidade, criada a partir da apropriação dos espaços por praticantes ordinários (CERTEAU, 1996) que os reinventam criativamente e cotidianamente e que, por se estabelecerem através de uma experiência complexa, dinâmica e rica, provocam permanências e transformações. Eles transformam os espaços abstratos e luminosos em espaços diferenciais (LÉFÈBVRE, 2013) e opacos (SANTOS, 1996). A memória, enquanto prática social em constante transformação, associa-se a experiência cotidiana de cidade. A apropriação de resistência seria a maneira de narrar e manter a memória.

Assim, a experiência urbana e a memória seriam as dimensões pertencentes ao cotidiano da vida pública, transmitidas de geração em geração e traduzidas como a capacidade dos sujeitos sociais de romperem ou se insinuarem contra a ordem imposta. A partir disso, constatamos a importância da experiência e da memória para as cidades.

Tipicamente, uma região que revela a hierarquia das relações centro-periferia por sua condição sempre fora do eixo do desenvolvimento urbano. Venda Nova mantém fortes

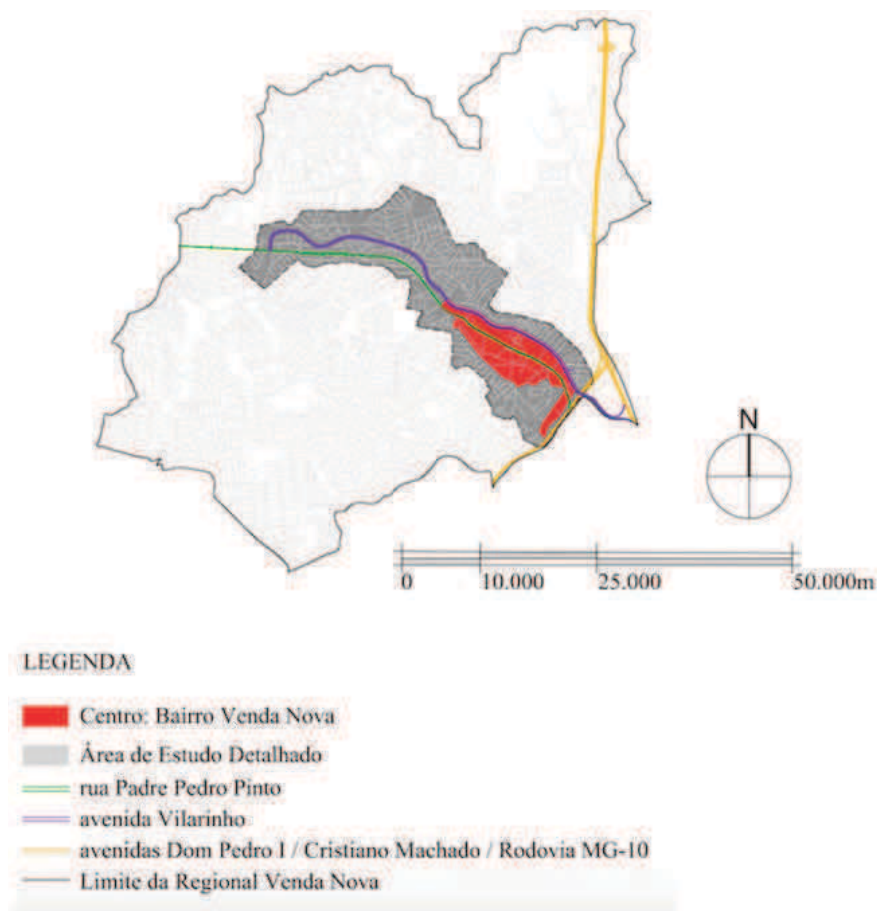
apropriações, movimentos culturais e sociais que foram se atualizando ao longo do tempo e que nos mostram como os espaços podem não seguir uma lógica de consumo.

4.2 Metodologia

Para definição das metodologias a serem utilizadas na apreensão das práticas de resistência, foi necessário estabelecer duas escalas. Uma área ampliada espacialmente, compreendendo um estudo geral de toda a Regional de Venda Nova (figura 34A), e uma escala micro, compreendendo um recorte espacial selecionado para um estudo mais detalhado de algumas resistências (figura 34B).

O estudo geral da Regional de Venda Nova tornou-se necessário para identificar e apresentar as apropriações nos espaços públicos com as ações de resistência e as permanências, sob a perspectiva do observador: a proposta era “só olhar, olhar sem perguntar, olhar sem interagir” para entender os praticantes.

Figura 34A: Área de estudo geral



Fonte: PRODABEL - PBH, 2011. Adaptado pela autora, 2017.

Para esse estudo, foi utilizada como metodologia de trabalho a observação a partir da “antropologia dos espaços urbanos” (URIARTE, 2014). Essa maneira de apreender o espaço procura entender a forma como os praticantes ordinários o apropriam, em contrapartida, e o embate aos imperativos espaços abstratos e luminosos.

Como chamar, então, a área em que se encontraria um estudo sobre produção de espaços na cidade feitos por pessoas comuns e não por forças abstratas como o mercado ou o capital imobiliário? Proponho chamá-la de antropologia dos espaços urbanos. (URIARTE, 2014, p. 115)

A antropologia dos espaços urbanos se dá para estudos nos quais o foco está na análise de “pessoas em contextos urbanos”. Essa área se interessa pelo espaço vivido, feito pelas pessoas comuns. Nessa perspectiva, os espaços urbanos são considerados espaços de interações e experiência, como uma “constelação de múltiplos espaços heterogêneos que, encontram-se ora justapostos ora separados” (URIARTE, 2014, p. 115).

A antropologia dos espaços urbanos, proposta por Uriarte (2014), considera o conceito de espaço colocado por Léfèbvre, no qual ele está sendo produzido, em constante transformação. Ele é um conjunto de relações entre as coisas.

A partir disso, passa-se à pesquisa de espaços diferenciais e opacos da regional de Venda Nova, buscando a apreensão das resistências e desvios ao uso imposto pela rigidez da vida urbana e das permanências. Procurou-se direcionar o olhar de pesquisador para as ações cotidianas, nas quais há o desprendimento da vida imposta em meio à cidade espetacular e abstrata e que ficam assim, livres das pressões comuns. Essas ações cotidianas renovam de forma positiva a dinâmica urbana.

Essas perspectivas se tornaram técnicas de pesquisa, olhares parciais, que quando combinados permitem capturar a complexidade da rua. (CARVALHO FILHO; MONTOYA URIARTE, 2013)

Localizam-se, por mapas e fotos, as resistências, no tempo presente, e as manifestações que permanecem mesmo que adaptadas ao longo do tempo. O estudo aconteceu através de pesquisa e visitas ao local, tendo a deriva como método de exploração, considerando que “Experimentar o espaço dá forma a um lugar de tempo diferente, atravessado pelo simultâneo; o que ali ocorre, naquele instante, é tão somente atravessado pelos ritmos particulares daquele evento” (VELLOSO, 2016, p. 5).

A apropriação não pode ser compreendida externamente aos ritmos da vida e do tempo, por ser desde sempre um processo que conforma a perspectiva que um

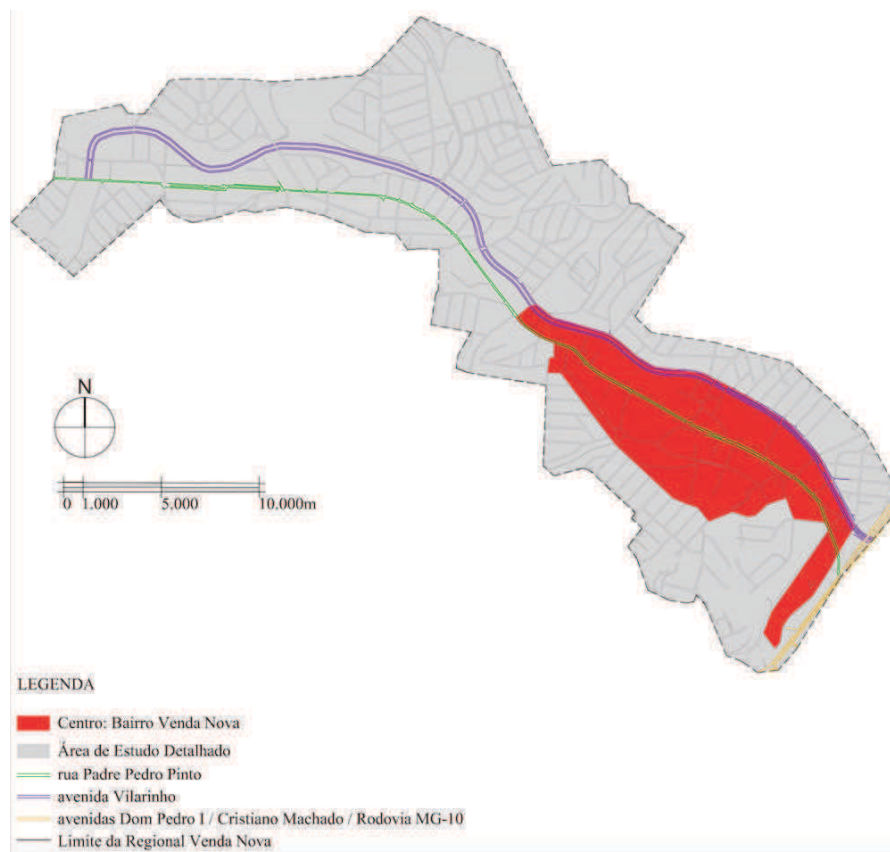
indivíduo tem de seu próprio entorno. Para que a apropriação se torne efetiva, o indivíduo deve tornar-se consciente do que acontece ao seu redor, do que foi provocado no entorno por sua própria intervenção, que jamais é neutra, muito menos estática. (VELLOSO, 2016, p. 4-5).

O resultado dessa etapa da pesquisa está descrito no item 4.3. Não possui intenção de detalhar e esgotar as análises, como em uma imersão no cotidiano, mas sim de identificar e apresentar as riquezas de desvios presentes nessa regional. Esse estudo possibilitou a escolha do recorte da segunda análise, a da escala micro. Nesse recorte, concentravam-se o maior número de apropriações por resistência.

O recorte da escala micro também foi definido a partir da contextualização, apresentada no capítulo 3, que mostrou que esse era o articulador urbano original da regional e que, apesar das transformações urbanas, apresenta espaços opacos que permanecem até hoje.

Dessa forma, foi possível, num segundo momento, elaborar um estudo mais minucioso das apropriações que acontecem no recorte espacial estabelecido pelo eixo da Rua Padre Pedro Pinto e Avenida Vilarinho (ver na figura 34B, a área de estudo detalhado).

Figura 34B: Área de estudo detalhado



Fonte: PRODABEL - PBH, 2011. Adaptado pela autora, 2017.

Nesse estudo, o objetivo é aprofundar e tentar esgotar a análise de algumas ações de resistências, aplicando uma metodologia distinta da primeira utilizada.

A metodologia que se mostrou mais adequada a ser explorada nessa análise segue os princípios da etnografia urbana. Ela foi usada como estrutura para a apreensão das ações, pois interessa-se pela apreensão do outro e sua relação com os espaços públicos do recorte espacial estudado.

O método etnográfico não se confunde nem se reduz a uma técnica; pode usar ou servir-se de várias, conforme as circunstâncias de cada pesquisa; ele é antes um modo de acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos. (MAGNANI, 2002, P.17).

O desafio era o de adotar uma nova postura, somando à observação da cidade, olhares distintos ao da arquitetura e urbanismo, como o da sociologia. A observação foi catalogada em uma ficha respondendo em campo às questões: (1) Qual ação observada? (2) Por quem ela é realizada? (3) Qual a sua finalidade?

Sempre que era identificado algo desviante, anotava-se a descrição clara do que acontecia e registrava-se por fotos, juntamente com a localização no recorte espacial realizado e horário da ação.

Posteriormente, a pesquisa passava para um momento de análise, no qual eram respondidas as perguntas: (4) De que modo ela é resistente? (5) Que reformulação do espaço a ação proporciona?

A observação por um percurso no recorte espacial permitiu a apreensão de algumas atividades que aconteciam com certa regularidade em alguns pontos específicos, como crianças adaptando um espaço residual para uso de lazer durante o dia; montagem de som para acompanhar bailes de rua nos becos e praças demonstrando uma resistência pela música e dança; ambulantes nas calçadas movimentadas como resistência ao comércio formal; manutenção de quintais e hortas privadas e comunitárias como resistência ambiental à especulação imobiliária; resistência de manifestações culturais que reinventam a rua adaptando-a à folia de Reis, capoeira, feiras entre outras.

Desse processo, tornou-se possível a leitura dos espaços, à luz das diferenças e possibilidades espaciais presentes no recorte estabelecido. Revela-se que o espaço diferencial e opaco existe dentro do espaço abstrato e luminoso. Os pressupostos que geram o primeiro, por contradição,

provocam o segundo, confirmando o que nos diz Léfèbvre: “De sorte que, o espaço abstrato, apesar de sua negatividade, engendra um novo espaço que levará o nome de espaço diferencial” (LÉFÈBVRE, 2000, p 64).

Somou-se à pesquisa a metodologia de etnografia urbana uma perspectiva da memória para as apropriações de permanências. Das pesquisas, foram extraídas imagens de apropriações antigas e da etnografia extraíram-se imagens das apropriações cotidianas atuais.

A primeira técnica proposta foi a observação estática de cima. Há coisas que se veem de cima e não de baixo, como o volume do fluxo, as trajetórias ou o ritmo geral e os ritmos dissonantes do andar das pessoas. A segunda consiste na observação estática de baixo, em pontos fixos, tais como pontos de ônibus, padarias, praças, onde é possível captar outras perspectivas. O nível dos detalhes aumenta, as vozes são ouvidas, os cheiros penetram pelas narinas. Usando esta técnica, o pesquisador deverá se policiar para não falar com as pessoas, apenas vê-las: seus gestos, seus percursos, seus ritmos. (CARVALHO FILHO; URIARTE, 2012, p. 106)

As práticas que desviam e resistem ao uso imposto, de algum modo superam o espaço planejado e o reinventam. Elas revelam a criatividade adaptativa dos praticantes ordinários, de maneira diversa, de modo surpreendente e pouco convencional. O desejo e a necessidade cotidiana dos praticantes estão em destaque. São usos imprevisíveis que sobrepõem ao preestabelecido no espaço público. Esse estudo detalhado consta no item 4.4.

4.3 Práticas cotidianas de resistência – estudo geral

Eu gostaria de acompanhar alguns dos procedimentos – multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos – que escapam à disciplina sem ficarem mesmo assim fora do campo onde se exerce, e que deveriam levar a uma teoria das práticas cotidianas, do espaço vivido e de uma inquietante familiaridade da cidade. (CERTEAU, 1996, p.171).

Este subcapítulo revela as práticas cotidianas de resistência e desvianistas presentes na regional de Venda Nova como manifestações de uma maneira diferente de ocupar o espaço. Elas foram identificadas a partir da percepção de usos considerados diferenciais, na perspectiva da autora desse trabalho. Essa perspectiva considera as formas de apropriação cotidiana dos espaços públicos que geram uma experiência rica, múltipla, complexa e que, de alguma forma, reinventam o espaço.

A identificação das práticas foi seguida das respostas sobre de que modo, por quem e para quê os espaços de reinvenção. A experiência de apreensão na regional aconteceu a partir de visita e o grande desafio era observar como as ações dos praticantes acabavam significando esse

lugar através de práticas inesperadas e ordinárias. Para isso, foi necessário reaprender a olhar, “mais de perto” e de forma mais ampla, as pessoas e os espaços.

Assim, essa primeira parte da pesquisa procurou conhecer a regional para mapear suas práticas de resistência e cotidianas, conforme nomeia e localiza a figura 35 (ver página a seguir).

De forma geral, analisando o mapa, entende-se que a regional de Venda Nova possui várias manifestações culturais que se estabeleceram ora por serem expressões tradicionais das pessoas que habitam o lugar, como a Folia de Reis e a Quadrilha, ora por serem fortes representações de luta da periferia por um lugar e espaço na cidade como é o caso do Hip Hop e Funk. Algumas são expressões de culturas próprias paralelas ao capitalismo, como a cultura cigana e a apropriação de espaços para produção de hortaliças e verduras através de cooperação e com retorno para a comunidade.

Figura 35: Práticas cotidianas de resistência geral: Regional de Venda Nova



REGIONAL VENDA NOVA
ESCALA 1:50.000

LEGENDA

- Centro: Bairro Venda Nova
- rua Padre Pedro Pinto
- avenida Vilarinho
- avenidas Dom Pedro I / Cristiano Machado / Rodovia MG-10
- Limite da Regional Venda Nova

- | | |
|--|--|
| 1- Praça Santo Antônio | 16- Espaço Residual 2 |
| 2- Praça Amintas de Barros | 17- Espaço Residual 3 |
| 3- Praça João Alves | 18- Córrego do Capão |
| 4- Praça Hip Hop | 19- Bailes de Rua |
| 5- Praça da Vila São João Batista | 20- Canteiro Central da Avenida Vilarinho |
| 6- Praça da Mina | 21- Bacia de Contenção - Área de Preservação Ambiental |
| 7- Praça São Caetano do Sul | 22- Teatro Negro e Atitude |
| 8- Quadras e Campo de Futebol - Vila N. Sra. Aparecida | 23- Escola de Samba - GRES |
| 9- Vila Mantiqueira | 24- Centro de Referência da Mulher Negra de Venda Nova |
| 10- Vila São João Batista | 25- Centro de Vivência Agroecológica |
| 11- Vila Apolônia | 26- Centro Cultural de Venda Nova / Capoeira Ficage / Grupo Hip Hop Família 31 |
| 12- Vila Jardim Leblon | 27- Quadra do Vilarinho |
| 13- Vila Copacabana | 28- Horta Comunitária Serra Verde |
| 14- Vila Universo | 29- Acampamento Cigano |
| 15- Espaço Residual 1 | |

4.3.1 O uso dos espaços públicos: praças e becos

As praças e ruas foram e continuam sendo apropriadas de maneira diversa e múltipla por usos e ações humanas distintas das propostas pelo planejamento urbano, pelas revitalizações e obras de infraestrutura pelas quais os espaços físicos da regional passaram - conforme apresentado no capítulo 3. As praças são apropriadas de maneiras diversas, por sujeitos diversos e em momentos distintos.

De todas as praças que a regional tem, algumas delas apresentam práticas cotidianas de resistências significativas. São as que estão marcadas na figura 35 com os números de 1 a 7. Elas são apropriadas, principalmente à noite, pelos jovens que promovem as disputas de som do *hip-hop* e por bailes de rua, com intuito de encontro e interação. Esses encontros serão descritos de forma mais minuciosa no próximo subcapítulo.

Outra forma comum de apropriação das praças é por vendedores ambulantes que aproveitam seu movimento. Normalmente, eles as apropriam para venda de lanches. Um exemplo desse uso informal e ordinário acontece na Praça da Vila São João Batista, identificada pelo número 5 na figura 35. Essa praça possui alguns bares em seu entorno e é uma das formas de acesso à Vila. Esse movimento atrai os jovens que ficam na praça ouvindo música e consomem os produtos dos ambulantes. O uso acontece todos os dias, mas é mais intenso nos fins de semana à noite. Trata-se de uma prática que está na contramão do uso proposto para o espaço e que o torna vivo e diverso.

Figura 36: Praça da Vila São João Batista



Fontes: Acervo da autora, 2017.

Figura 37: Localização Praça Vila São João Batista



Fonte: PRODABEL, 2011. Adaptado pelo autora, 2017.

Nas vilas existentes na regional, os becos e espaços livres são usados como lugar de convívio e manifestação de danças e músicas como o funk e o *hip-hop*. A Vila Mantiqueira, por exemplo, caracteriza-se por uma vila que possui 72% de sua população de jovens e adultos com menos de 45 anos, de acordo com o Plano Geral Específico (PGE). Trata-se de um público vulnerável e com alto índice de desempregados. Esses jovens utilizam o *hip-hop* como lazer e para manifestar seus problemas e questões da falta de direito à cidade.

Figura 38: Localização Becos Vila Mantiqueira



Fonte: PRODABEL, 2011. Adaptado pelo autora, 2017.

Figuras 39 e 40: Beco Vila Mantiqueira



Fonte: Arquivo Documentário “No fluxo”, editado pela autora, 2017.

4.3.2 O uso dos espaços públicos: áreas residuais

Algumas áreas residuais, surgidas pela implantação de obras de infraestrutura foram apropriadas como espaços de lazer. As que apresentam maior grau de inventividade e apropriação foram identificadas na figura 32 com os números 15, 16 e 17. Elas foram criadas e executadas pelos habitantes do lugar e se transformaram em espaços de lazer e convívio. Este é o caso apresentado nas fotos 40 e 41 abaixo.

Figuras 41 e 42: Localização Espaço Residual 1 e 2



Fonte: PRODABEL, 2011. Adaptado pelo autora, 2017.

São espaços improvisados pelos moradores para a instalação de quadras de areia – utilizadas por crianças, jovens e adultos - e para encontro e convívio – conforme foto 43, onde foram improvisados bancos de madeira. As necessidades e as carências desse tipo de espaço provocam apropriações criativas que revelam uma rica experiência urbana de intervenção.

Figuras 43 e 44: Área residual Avenida Vilarinho



Fonte: Acervo da autora, 2017 e 2003.

Figuras 45 e 46: Área residual Avenida Vilarinho



Fonte: Acervo da autora, 2017.

4.3.3 O uso dos espaços públicos: usos culturais em edifícios e áreas livres

Alguns edifícios e áreas livres foram identificados na figura 35 com intuito de registrar espaços sociais e culturais que, apesar de serem propostos pela prefeitura municipal, são importantes como promotores de uma consciência e valores locais. São eles: Centro Cultural de Venda Nova (usos: Capoeira Ficage; Grupo Hip Hop Família 31); edifício do Teatro Negro e Atitude; edifício da Escola de Samba GRES; Centro de Referência da Mulher Negra; Centro de Vivência Agroecológica.

Esses espaços representam espaços abstratos e luminosos, que, em uma tentativa de capturar as manifestações culturais, reduzindo sua inventividade, mascaram-na através do espetáculo. Apesar disso, as ações que acontecem nesses espaços - a capoeira Ficage; o *Hip-hop* Família 31; a Escola de Samba GRES e o Teatro Negro e Atitude, ampliam-se e acabam por revelar um uso diferencial do espaço.

É preciso extrair outro cotidiano, não aquele que é mascarado no espetáculo, que tem a função explícita de esvaziá-lo, e expor o próprio esvaziamento. A totalidade deve ser buscada nas formas que a pobreza produziu, aí reside a possibilidade do enriquecimento da vida cotidiana. O cotidiano que prepara a revolução está encerrado no conforto, nos lazeres, em tudo que destrói a imaginação (VELLOSO, 2016, p. 3)

Figuras 47 e 48: Capoeira Ficage e Hip-hop Família 31



Fontes: Arquivo Trilhas de memórias de Venda Nova, 2014 e acervo da autora, 2013 e 2017.

Eles, através da sua ação, representam uma outra maneira de reação contra a passividade comum nos espaços, uma forma de predominância do cotidiano sobre os espaços abstratos.

Figuras 49 e 50: Teatro Negro e Atitude e Escola de Samba GRES



Fontes: Arquivo Trilhas de memórias de Venda Nova, 2014 e acervo da autora, 2013 e 2017.

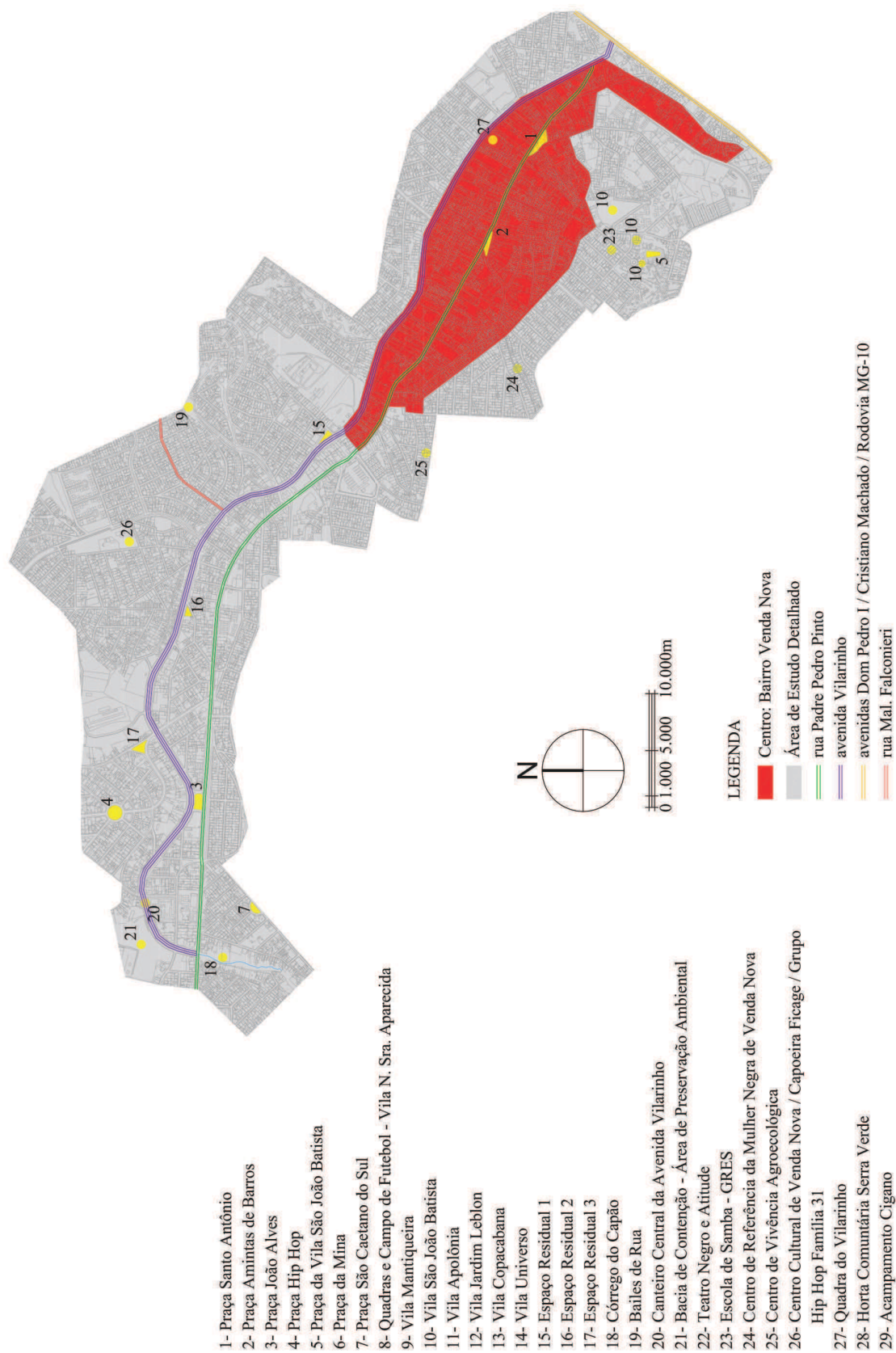
4.4 Práticas cotidianas de resistência – estudo detalhado

A área escolhida para estudo detalhado se localiza nos eixos da Rua Padre Pinto e Avenida Vilarinho (Figura 51). Por ser essa região com maior adensamento populacional, nela se concentram a maior parte das práticas cotidianas de resistência da regional. Nessa área, acontecem sobreposições de espaços abstratos aos espaços luminosos, conforme será apresentado a seguir. Foram selecionadas as principais práticas existentes para possibilitar a análise mais aprofundada delas.

Pôde-se observar as resistências cotidianas, que aconteciam em alguns pontos do nosso recorte espacial (escala micro) com certa regularidade. A escolha das resistências partiu da observação das ações que, de algum modo, superam o uso esperado dos espaços observados e que evidenciavam a capacidade de adaptação e transformação de seus praticantes, com ações

diversas e surpreendentes. Esses são sujeitos praticantes do espaço capazes de adequar o espaço às suas necessidades e desejos. Dessa forma, as ações de resistência escolhidas foram intituladas de práticas: (1) as práticas significativas de música e dança; (2) as práticas de resistência ao comércio formal, os ambulantes; (3) as resistências e criações destinadas à adaptação espacial para espaços de convívio e de lazer; (4) resistências ambientais; (5) resistências pela permanência manifestações culturais.

Figura 51: Práticas de resistência - estudo detalhado



Fonte: PRODABEL, 2011. Adaptado pelo autora, 2017

4.4.1 Prática 1 – A resistência pela música e dança

Dentro do recorte de estudo proposto, foram observadas, em algumas praças e becos, apropriações de maneira inesperada pelos jovens.

Esses espaços são utilizados, principalmente de madrugada, como lugar de encontros para bailes de rua e disputas de sons. São apropriações comuns em áreas de periferia e vem se fortalecendo nos últimos anos como uma nova forma de conviver e ocupar o espaço público. Além de convívio, o baile de rua é uma nova forma de expor e manifestar sobre as dificuldades da vida na periferia e questões de luta.

Os jovens apropriam livremente os espaços com o objetivo de encontro e diversão, mas como forma intuitiva de questionamento e resistência ao padrão de uso estabelecido. São encontros não organizados empresarialmente: os jovens marcam eventos pelas redes sociais, a informação se espalha rapidamente e acontece. É uma nova forma de organização sem controle de qualquer instituição do estado.

As praças e becos vivenciadas e observadas estão marcadas na figura 51. Entre elas estão: praça e becos da Vila São João Batista (número 10 da figura 51; Praça Hip Hop. Essas práticas revelam táticas de apropriação do espaço público de forma diversa e criativa, mantém uma relação intensa com eles e os transformam cotidianamente.

Essa experiência urbana reflete um outro fazer, ordinário e desviante, próprio da apropriação e ocupação cotidiana e que cria áreas opacas na cidade com o uso inesperado do espaço.

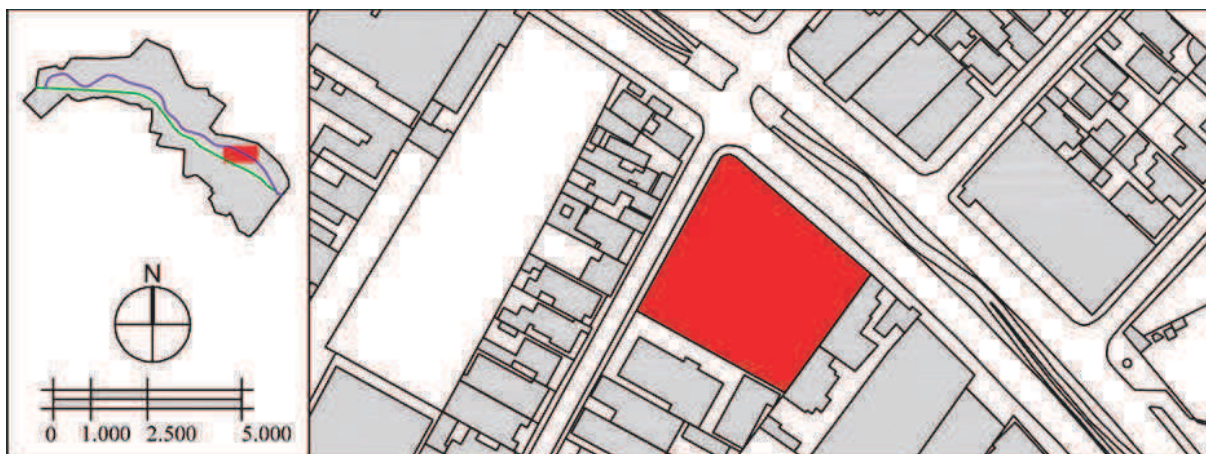
Figura 52: Baile de rua



Fonte: Arquivo Documentário “No fluxo”, editado pela autora, 2017.

Além do uso inventivo da praça Santo Antônio, caracterizado como uma “tática astuciosa”, nesse recorte espacial acontecem outras ações que estão ligados à música e a dança. É o que acontece na Quadra do Vilarinho (item 27 da figura 51).

Figura 53: Localização da quadra do Vilarinho



Fonte: PRODABEL, 2011. Adaptado pelo autora, 2017

Essa edificação se localiza na avenida Vilarinho e seus bailes foram representados pelas fotos 54 e 55. É conhecida desde 1983, pelo famoso Baile da Saudade, uma das principais referências da música *Soul* em Minas Gerais. Foi a partir do uso dessa quadra que surgiu uma lenda em Venda Nova: “o Capeta do Vilarinho”⁵. Atualmente, esse lugar é utilizado para os bailes de *Funk*.

Figuras 54 e 55: Baile de *Funk* na quadra do Vilarinho



Fonte: Beto Magalhães/EM/D.A Press

Além dos bailes de rua, tem forte expressão o movimento *Rap*. Ele caracteriza-se por um movimento musical típico das áreas periféricas e marginalizadas. Este movimento chegou ao

⁵ A lenda do Capeta do Vilarinho conta a história de um jovem misterioso que se chamava Alex. Ele, com um par de chifres e patas de bode, assustava o público de baile *funk* em Venda Nova, na década de 1990. A lenda se propagou e ficou famosa em Belo Horizonte.

Brasil, em 1980, como parte da cultura da periferia e dos morros. Os espaços públicos são locais para a manifestação e encontros. Seus principais representantes são jovens e acontece através da montagem de som e execução de batidas e danças.

A região serve como inspiração para a criação de videoclipes de músicas que possuem letras que valorizam o lugar. Eles usam a internet como alternativa de divulgação de seu trabalho, e, assim, ganham notoriedade e conseguem integrar um forte movimento que acontece atualmente em toda a cidade de Belo Horizonte. Contemplam músicas, bailes, códigos de comportamento, gírias e sinais. As performances, imagens sutis e de luta por uma posição em nossa sociedade fazem com que os rappers reinventem os espaços de Venda Nova como lugar de movimento de resistência.

Outro exemplo recente dessa prática é a iniciativa das mulheres do *Rap*. Além de sua música questionar e revelar problemas de desigualdades de nossa sociedade, apresenta também questionamentos sobre a valorização feminina no universo *Rap*, contextualizando suas vontades, sonhos e opiniões, ligados à complexa realidade periférica inerente às mulheres negras.

Figura 56: Imagem videoclipe música “Tipicamente Brasileiro”



Fonte: Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=61dC9G6Q7qg> Acesso em: 03/02/2018

Através da dança e da música, consegue-se verificar a ação de muitos sujeitos (indicando a complexidade da vida social) e a possibilidade de reconhecimento de fissuras e brechas, pela alegria e entusiasmo gerado por sentimentos compartilhados no espaço que sustentam sociabilidades e ações espontâneas. Essa constatação é uma resposta cotidiana e resistência, da vida coletiva, à ação dominante.

Conquista e superação, vivenciadas no cotidiano e em espaços adversos, que criam instáveis territorialidades, onde deveriam imperar, unicamente, os resultados de políticas urbanas excludentes e a materialidade que destila evidentes intuítos de apartação social. As ações envolvidas nesses processos dispensam retórica e grandes narrativas, por dependerem de rápidas inversões de sentido das interações sociais, do desarranjo de regras e de desvios inesperados das rotinas urbanas. (RIBEIRO, A., 2010, p. 28)

Acontecem também, na área de estudo, encontros frequentes, promovidos por jovens, para manifestação do *Hip-hop*. Em especial, há uma praça que é apropriada cotidianamente para essa ação. Essa resistência transformou o espaço de tal forma que os moradores apelidaram essa praça de “Praça do Hip Hop” (ver sua localização na figura 51).

Um grupo bem significativo que promove esse movimento é o “Família 31”, que surgiu a partir da proposta de dois jovens de dizer coisas sobre o que acontecia nas vilas e bairros e suas carências. No início, não tinham equipamento de som, então, improvisavam com seus MP3’s, servindo como base para as criações musicais. Hoje, utilizam também o espaço do Centro Cultural de Venda Nova.

Figuras 57, 58 e 59: Apropriação Praça Hip Hop, 2014



Fonte: Arquivo Trilhas de memórias de Venda Nova, 2014.

4.4.2 Prática 2 – Resistência ao comércio formal: os ambulantes

Em alguns pontos dos passeios da Rua Padre Pedro Pinto, marcada na figura 51, acontece a criação de “micro-espços” (URIARTE, 2014) para vendas de produtos e mercadorias de forma irregular. A prefeitura tenta controlar, proibindo e promovendo ações de apreensão, mas, por sua mobilidade, acabam indo para outro lugar conseguindo se manter.

Esta ocupação causa inúmeros transtornos à região e está sendo motivo de constantes conflitos e divergências de opinião da população local que denuncia os ambulantes. Proprietários do comércio regular local reclamam e pedem providências à administração municipal. Por outro lado, consumidores se veem atraídos pela criatividade dos ambulantes e maior acessibilidade de suas mercadorias.

Posta a questão, é importante dizer que, aqui, o espaço público, reforçado por um dos mais fortes aspectos de memória, permanência e identidade de Venda Nova – o comércio – é palco de discussão de profundas questões de produção do espaço urbano. Ele revela questões ligadas diretamente à necessidade de resistência e sobrevivência dos habitantes desse lugar.

Figuras 60, 61 e 62: Camelôs na Rua Padre Pedro Pinto na década de 1990; 2015 e 2017



Fontes: Fonte: Arquivo Trilhas de memórias de Venda Nova, 2014; <http://www.jornalhorizontebh.com.br/archives/7882>, 2015 e acervo da autora, 2017.

A leitura desses micro-espacos, por uma perspectiva de Léfèbvre (2000) e Santos (1996), revela um exemplo claro de como o uso do espaço público, como local de conflitos, cria um espaço diferencial e opaco. Eles surgem no espaço abstrato e luminoso, provocando fissuras e se transformando em exemplos de práticas criativas que estão na contramão da ordem pré-estabelecida. Essa é a revelação de que o espaço luminoso atua apenas na aparência. Na prática, “O espaço abstrato não é homogêneo; tem a homogeneidade como meta, sentido, objetivo. O impõe. Nele mesmo, é plural” (LÉFÈBVRE, 2000, p. 330).

A apropriação do espaço revela o desafio premente e a necessidade de discutir alternativas possíveis às questões locais, mais do que a forma de controlar o espaço (como a tentativa de controle pela prefeitura através da construção de um edifício para colocar os “camelôs”, Shopping popular Uai), que desconsidera as necessidades dos que participam dele. Os espaços públicos podem ser produzidos cotidianamente de forma intuitiva e criativa.

4.4.3 Prática 3 – Resistências e criações destinadas à adaptação espacial para espaços de convívio e de lazer.

O recorte espacial observado possui poucas praças, mas muitos espaços residuais e vazios que surgiram pela implantação da Avenida Vilarinho (ver localização dessa na figura 51), conforme explicado no capítulo 3. Esses espaços residuais foram apropriados para uso de feiras e festas. É o caso do canteiro central da Avenida Vilarinho, que será detalhado aqui.

Figuras 63 e 64: Apropriação do canteiro Avenida Vilarinho, 2003 e 2017



Fontes: Acervo da autora 2003 e 2017.

O canteiro central da Avenida Vilarinho é apropriado pelos usuários e moradores da região de forma improvisada para a realização de feiras, festas, caminhadas e até como local de estacionamento de carroças. Esses usos aconteciam ao longo de toda a avenida, mas, após a implantação do BRT que se integra à estação de ônibus de Venda Nova e à estação intermodal (ônibus e metrô) Vilarinho, eles passaram a acontecer de forma mais concentrada no trecho estudado.

O uso mais significativo é o de lazer, como futebol e caminhadas. Essas práticas constituem uma superação da anulação do córrego e sua recuperação enquanto lazer. Um espaço surgido a partir de uma obra extremamente impactante para o meio-ambiente e para a paisagem é reinventado e adaptado, por pessoas comuns e habitantes ordinários, gerando uma zona de inversões de sentido e criando formas inesperadas de interações para o espaço abstrato proposto.

Acontece aqui o que Ribeiro (2010) chamou de “ações que dispensam retórica e grandes narrativas, por dependerem de rápidas inversões de sentido das interações sociais, do desarranjo de regras e de desvios inesperados das rotinas urbanas” (RIBEIRO, 2010, p. 29).

Figuras 65 e 66: Apropriação do canteiro Avenida Vilarinho, 2003 e 2017



Fontes: Acervo da autora 2003 e 2017.

Os praticantes ordinários retratam subjetividades, afetam os espaços e são afetados por eles. Práticas cotidianas de resistência como essas, presentes na região, são fortes iniciativas de representação de singularidades humanas e táticas para um outro fazer, um outro urbanismo surgido na relação direta entre corpo e cidade. Segundo Fabiana Dultra Britto:

Os estudos sobre a cidade, a dinâmica da vida urbana e a constituição da esfera política, quando se abrem para articulações entre corpo, arte e subjetividade afastada desse prumo ahistórico e acrítico levantam importantes questionamentos quanto aos efeitos sócio-políticos de práticas artístico-corporais na cidade e quanto à modelização de práticas composicionais nas intervenções artísticas urbanas. (Britto, 2014, p.28).

O contato com essas práticas, valorizando o cotidiano, envolvendo momentos, instantes e o efêmero, tornou possível a descoberta de uma outra cidade: espontânea e inventiva, praticada e concebida, como potencialidade da experiência urbana.

4.4.4 Prática 4 - Resistências ambientais

Para entendimento dessa resistência, torna-se necessário uma breve explicação sobre as características e importâncias ambientais presentes no recorte de estudo, bem como para que seja entendido o porquê de ser uma resistência de ação que permanece desde o início de sua ocupação.

Nessa área, o Córrego do Vilarinho, transformado em avenida sanitária em 1970, começa e termina em confluência com a rua Padre Pedro Pinto. O encontro com essa rua a oeste é o lugar de encontro do afluente Córrego do Capão com o Córrego Vilarinho.

Figura 67: Localização Córrego do Capão e horta do Sr. Antônio



Fonte: PRODABEL - PBH, 2011. Adaptado pela autora, 2017.

As águas do Córrego do Capão eram utilizadas para mover moinhos para a produção de açúcar, rapadura e a roda de fubá da Fazenda da Capão, existente ali desde o século XVIII. Eram utilizadas também para pesca e lazer.

Figuras 68, 69 e 70: Córrego do Capão em 1970, 2013 e 2017



Fontes: Arquivo Trilhas de memórias de Venda Nova, 2014 e Acervo da autora 2013 e 2017.

Os moradores da região lutam por sua revitalização e contam com o apoio do projeto Manuelzão da UFMG. A Prefeitura de Belo Horizonte realizou algumas obras, que não promoveram a recuperação ambiental desse córrego. Os jovens de escolas próximas, com apoio do laboratório LABEPEH da FAE UFMG, realizam ocupações no córrego com objetivo de mostrar a sua importância ambiental e social. São atividades de educação ambiental e conscientização.

Este movimento acabou por alertar os moradores do entorno, que passaram a apropriar-se desse espaço com intuito de melhorar suas condições ambientais. Nesse sentido, eles executaram travessias de pedestres que promoveram melhorias para a articulação urbana entre os bairros próximos. Ações da comunidade de limpeza representam uma forte manifestação

em prol do resgate do Córrego e adaptação desse lugar com ações inesperadas e que promovem sua melhoria.

Trata-se de um pequeno movimento local, mas que significa um grande avanço na valorização dos rios e córregos das cidades.

Figuras 71, 72, 73: Córrego do Capão 2013 e Travessia sobre o córrego em 2017



Fontes: Arquivo Trilhas de memórias de Venda Nova, 2014 e Acervo da autora 2013 e 2017.

Dessa forma, os movimentos de luta pela qualidade dos espaços públicos e livres da cidade são importantes apropriações que revelam fissuras na ordem e que revelam preocupação com as questões de qualidade ambientais dos centros urbanos.

A degradação ambiental das cidades contemporâneas, poluição e extinção de áreas verdes, córregos e rios afeta diretamente a qualidade de vida das pessoas. Essa é uma questão acentuada nas áreas periféricas da cidade, como Venda Nova.

Os praticantes desse lugar, que têm com ele uma experiência intensa, são os mais afetados e os primeiros a buscarem uma solução. É o exemplo do Sr. Antônio que possui uma horta de verduras próxima das margens desse Córrego. Essa região produzia hortifrutigranjeiros que abasteciam Belo Horizonte desde o século XIX e a horta do Sr. Antônio, juntamente com a chácara da Dona Lúcia e o quintal da Dona Eulália (ver localização desses na figura 51), são permanências dessa época.

O Sr. Antônio já utilizou as águas do Córrego do Capão para irrigar suas verduras. Hoje, utiliza a água de uma cisterna que furou em seu lote. Ele é um dos moradores que participam da luta por sua recuperação.

Figuras 74 a 78: Exemplos de quintais e hortas que permanecem em Venda Nova



Fontes: Arquivo Trilhas de memórias de Venda Nova, 2014 e Acervo da autora 2013 e 2017

Além de iniciativas em relação ao Córrego do Capão, Venda Nova possui uma horta comunitária (figura 79), produzida através do sistema de Agricultura Urbana. Ela se localiza próxima ao terreno do Centro Cultural de Venda Nova. Trata-se de uma prática criativa cotidiana que se desenvolveu na região de forma coletiva e espontânea. Essa prática se tornou de fundamental importância para a interação social por considerar os princípios de cooperativismo e igualdade. Através dela, o espaço é reinventado, inserindo a possibilidade da produção de alimentos no contexto urbano e atingindo uma dimensão ecológica, econômica e de acesso a uma alimentação saudável, importante para a região.

Figura 79: Localização da Horta Comunitária



Fonte: PRODABEL - PBH, 2011. Adaptado pela autora, 2017.

Além dos citados benefícios, esses praticantes comuns e ordinários promovem a manutenção e ampliação de áreas permeáveis, verdes e da biodiversidade, contribuindo para uma condição ambiental e uma paisagem urbana mais agradável.

4.4.5 Prática 5 - Resistências pela permanência manifestações culturais e políticas

Das apropriações cotidianas que acontecem na Regional de Venda Nova, algumas das que se encontram ao longo do recorte espacial são significativas por serem as que mais representam as permanências e as que mais resistem às transformações impostas ao espaço urbano ao longo do tempo.

Dessa forma, pretende-se, aqui, apresentar algumas dessas permanências com mais detalhes para conhecimento e entendimento de suas dinâmicas e de como elas proporcionam um enriquecimento da experiência e o estabelecimento da memória que está em constante transformação.

A primeira delas está no espaço localizado mais próximo da confluência a leste da Rua Padre Pedro Pinto e Avenida Vilarinho (figura 80). Ele é um espaço triangular que surgiu a partir de uma obra viária que dividiu o fluxo da Padre Pedro Pinto que vai para a Avenida D. Pedro I do fluxo que vem da Avenida Vilarinho.

Figuras 80: Localização Praça do Cruzeiro



Fonte: PRODABEL - PBH, 2011. Adaptado pela autora, 2017.

Esse espaço compunha o ponto de acesso de Sabará à Venda Nova. Atualmente, é a região que conecta Venda Nova à Avenida Pedro I e, conseqüentemente, ao centro de Belo Horizonte, a Vespasiano e a Santa Luzia. Esse espaço público passou a testemunhar a

memória histórica da cidade e de seus antigos moradores, quando foi implantado lá o cruzeiro como símbolo da tradição católica. Neles, eram realizadas as Festas de Santa Cruz. Essa tradição perdurou durante mais de um século, mas não acontece mais nessa região.

A festa de Santa Cruz, na tradição católica, é celebrada no dia 14 de setembro e tem o objetivo de relembrar a crucificação de Jesus. A Cruz é vista como símbolo de salvação. Como manifestação cultural, possui valor de memória, pois a partir dela acontecem eventos que promovem a transmissão da tradição por meio de encontros e interação social. Esses eventos vão desde apresentações da banda de música e procissões até os enfeites das casas, das ruas e das cruzes.

Figuras 81 e 82: Procissão 1930 e Dança na Festa de Santa Cruz



Fonte: Arquivo Trilhas de memórias de Venda Nova, 2014 e Jornal Net: www.jornalnanet.com.br, 2010.

A Praça Do Cruzeiro é hoje um lugar de valor simbólico, a permanência da Cruz aviva a lembrança das festas que aconteciam em Venda Nova. Possui um anfiteatro que é apropriado por moradores de rua e usado como local de parada de vendedores ambulantes. Esses são os habitantes que apropriam o espaço cotidianamente e o transformam em lugar diferencial.

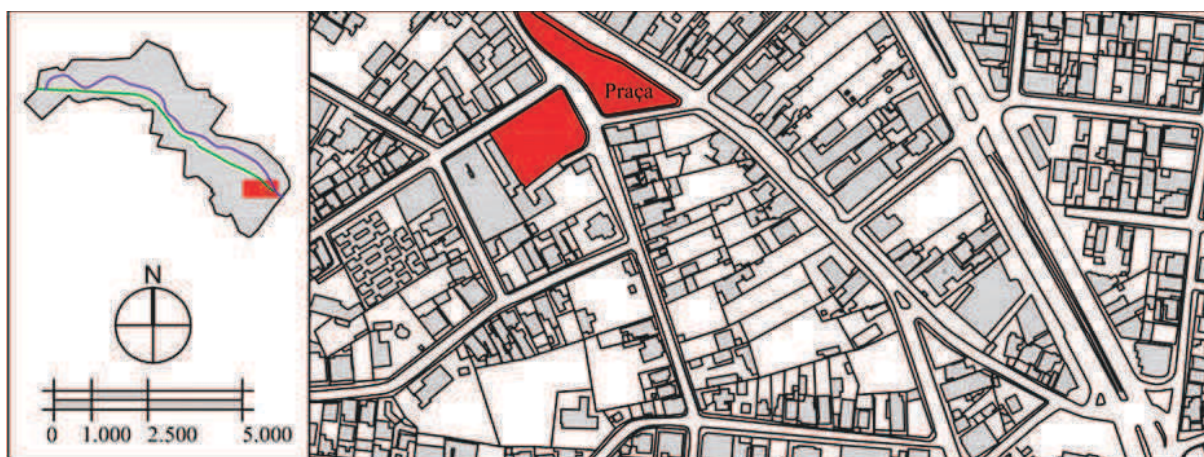
Figuras 83 e 84: Praça do Cruzeiro, 1980 e 2017



Fonte: Arquivo Trilhas de memórias de Venda Nova, 2014 e autora, 2017.

Seguindo na Rua Padre Pedro Pinto, sentido Ribeirão das Neves, chegamos na Praça e Igreja de Santo Antônio.

Figura 85: Localização Praça e Igreja de Santo Antônio



Fonte: PRODABEL - PBH, 2011. Adaptado pela autora, 2017.

A matriz de Santo Antônio é um dos exemplos da não preservação das edificações históricas em Venda Nova. Ao longo do processo de adensamento dessa região, ela passou por várias transformações. No século XVIII, foi implantada a primeira capela no povoado. Ela foi erguida onde, hoje, localiza-se a Praça Amintas de Barros (figura 94) e foi demolida quando ocorreu a implantação da Matriz.

No século XIX, a população realizou o desejo de ter uma Igreja com duas torres, agora já localizada em frente à Praça Santo Antônio. Passou por uma total descaracterização, no século XX, a transformando em uma Igreja com apenas uma torre.

Figuras 86 e 87: Igreja de Santo Antônio, em 1809 e 1930



Fonte: Arquivo Trilhas de memórias de Venda Nova, 2014. Adaptado pela autora, 2017.

Em 1960, em uma reforma drástica, a Igreja perdeu a torre. Atualmente, ela foi demolida para que seja construído o projeto idealizado pelos moradores. Trata-se uma triste história de perda para o patrimônio de Belo Horizonte. O que permanece é a tradição católica que acontece através das festas religiosas. As experiências urbanas dessas interações sociais estabelecem a memória, transmitida de geração a geração.

Figuras 88, 89 e 90: Igreja de Santo Antônio em 1960, 2017 e a construir



Fonte: Arquivo Trilhas de memórias de Venda Nova, 2014 e autora. Adaptado pela autora, 2017.

Outra edificação que não existe mais é o cine São Pedro. Ele se localizava próximo à Praça Santo Antônio e era um importante lugar de diversão, encontro e cultura. Essa edificação foi transformada em comércio. A região não possui cinema dessa forma, atualmente, há apenas os cinemas localizados no Shopping Norte, na Avenida Vilarinho e outro próximo, no Shopping Estação.

Figuras 91, 92 e 93: Localização e Cine Teatro São Pedro em 1940 e 2014

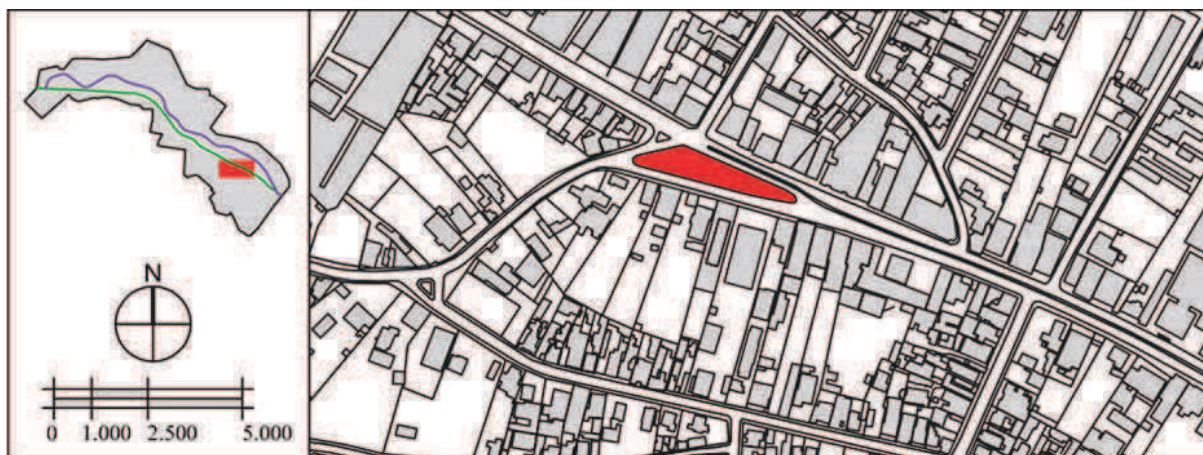


Fonte: Arquivo Trilhas de memórias de Venda Nova, 2014 e autora. Adaptado pela autora, 2017.

O uso comercial das edificações e a característica de polarizador e local de encontro da rua Padre Pedro Pinto permanecem mais do que as edificações. Essa rua foi e continua sendo o principal palco de discussões políticas e manifestações culturais.

Nesse sentido, a praça Amintas de Barros é um outro espaço de convívio que, apesar de algumas obras de revitalização que desconsideraram as apropriações cotidianas, permanece sendo ocupada cotidianamente de forma criativa.

Figura 94: Localização da Praça Amintas de Barros



Fonte: PRODABEL - PBH, 2011. Adaptado pela autora, 2017.

Esta Praça se localiza no principal ponto de acesso ao Centro de Venda Nova dos bairros na parte mais a sul da regional, entre eles o Bairro Candelária e o Santa Mônica. Possui, assim, um grande fluxos de pessoas, automóveis e transporte público.

Figuras 95, 96 e 97: Praça Amintas de Barros em 1809 e 1970



Fonte: Arquivo Trilhas de memórias de Venda Nova, 2014.

Desde o início do povoamento, esse lugar era utilizado para encontro e lazer. Foi erguida ali a primeira capela de Venda Nova, no séc. XVIII. No início da década de 1960, foi implantada a praça e, ao longo dos anos, foi fortalecendo sua característica de lugar de manifestação política e de festas regionais, incluindo feiras, shows e quadrilhas que se estendem pela Rua Padre Pedro Pinto.

Figuras 98, 99, 100: Praça Amintas de Barros: festas e feiras, 1980



Fonte: Arquivo Trilhas de memórias de Venda Nova, 2014.

Em frente a essa praça, está localizada a Administração Regional de Venda Nova, implantada em 1973. Assim, o caráter de lugar para manifestação da população é intensificado. Além dessas ocupações, vinculadas a administração regional, há as ordinárias, pela população de rua e catadores.

Figuras 101 a 105: Praça Amintas de Barros: festas e feiras, 1980



Fonte: Arquivo Trilhas de memórias de Venda Nova, 2014.

O uso desse lugar por moradores de rua provocou conflitos entre seus usuários que pediram à regional o fechamento e a revitalização da praça.

A praça passou por reformas, em 2014, e foi reinaugurada em 2015. Essa revitalização seguiu os pressupostos do planejamento urbano, citados no capítulo 2. Foi implantado um espaço padronizado e pacificado, em detrimento das manifestações e ocupações cotidianas e ordinárias. A proposta desconsiderou a área livre que propiciava encontros e, no lugar, executou-se uma academia da cidade, conforme padrão implantado recentemente nas praças de Belo Horizonte, juntamente com uma nova proposta de jardinagem.

Mesmo com essas intervenções, o lugar permanece como ponto de encontro e de descanso para catadores e moradores de rua. Permanece sendo também um local de encontro para manifestações políticas. Elas acontecem, agora, nos gramados, nos passeios e rua que a conformam.

Figuras 106 e 107: Situação atual da Praça Amintas de Barros



Fonte: Arquivo da autora, 2017.

Todas essas apropriações cotidianas reforçam o caráter das praças e da Rua Padre Pedro Pinto como polarizadoras de interações e exemplos de experiência rica e complexa da vida periférica dessa regional. As pessoas que ocupam esse lugar de maneira mais diversa e livre são as responsáveis pela constituição da memória e são os representantes do processo de produção social do espaço.

Figuras 108 e 109: Procissão na Rua Padre Pedro Pinto e Evento em frente à Praça Amintas de Barros, 1809 e 1960



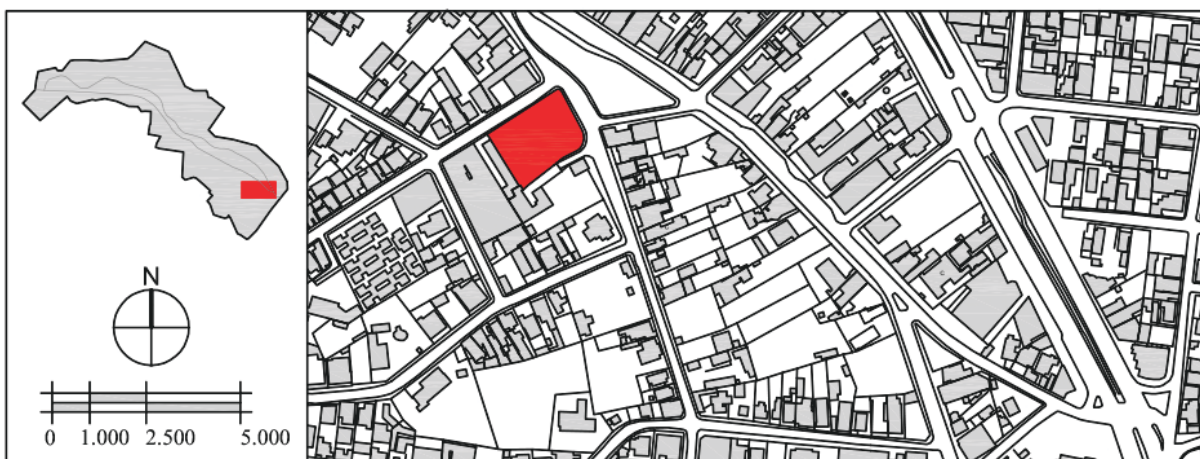
Fonte: Arquivo Trilhas de memórias de Venda Nova, 2014.

Como visto, os espaços públicos da regional de Venda Nova foram, e continuam sendo, lugares importantes para as manifestações culturais. Entre elas, há várias que envolvem a música e a dança.

Nesse sentido, a Corporação musical da região, representa uma importante permanência cultural. Ela foi fundada em 1920 e, desde então, chama-se Corporação Musical Santo Antônio, em homenagem ao padroeiro. A banda é uma importante tradição musical entre os

povoados. As festas que aconteciam eram sempre acompanhadas pela banda, desde bailes até as religiosas.

Figuras 110: Localização da sede da Corporação Musical Santo Antônio



Fonte: PRODABEL - PBH, 2011. Adaptado pela autora, 2017.

As primeiras corporações musicais civis brasileiras foram criadas no início do século XIX. Elas eram, normalmente, mantidas pelas igrejas. Sobre essa tradição no Brasil, Teixeira escreve:

Nessa época, a arte da música de banda se espalhou pelo Brasil, determinando a criação de um grande número de bandas civis, herdeiras da disciplina e organização das bandas militares, evidenciadas no uso de uniformes por seus componentes, no tipo de instrumentos empregados e no repertório que costumavam executar. Havia corporações musicais por toda parte, tanto nas cidades quanto nas vilas e povoados. (TEIXEIRA, 2007, p.21)

Em Venda Nova, a tradição foi transmitida de geração em geração e a atuação da banda, hoje, acontece nas festas religiosas, principalmente nas procissões realizadas na Semana Santa e em eventos promovidos pela Administração Regional e pelo Centro Cultural de Venda Nova.

Figuras 111, 112, 113: Corporação Musical em 1930, 1954 e 2010



Fonte: Arquivo do Centro Cultural de Venda Nova.

Outra permanência cultural existente em Venda Nova, que data da chegada dos imigrantes que vinham do interior de Minas Gerais, é a “Folia de Reis”. Ela é mantida, atualmente, por um grupo de moradores do bairro Mantiqueira. Eles são responsáveis por adquirir a tradição e por a transmiti-la às gerações.

Figura 114: Localização das ruas e casas onde acontece a Folia de Reis



Fonte: PRODABEL - PBH, 2011. Adaptado pela autora, 2017.

Esse grupo se chama Folia de Reis “Tia Nanzinha”. Eles preparam as músicas e roupas típicas na casa de um dos membros e utilizam as ruas, as praças e as casas da região para fazerem a folia. A permanência desse grupo é possível graças ao Sr. Nilo Alves Franco, que mantém essa tradição há mais de 30 anos. Ele trouxe de Congonhas do Norte a música, a fé, a devoção e a alegria da Folia de Reis que herdou de seus familiares.

Do dia 24 de dezembro ao dia 6 de janeiro, o grupo sai pelas ruas e bate de casa em casa para anunciar o nascimento de Jesus. Essa anúncio acontece com cantoria, representação e dança. A folia de Reis possui o boi como símbolo de alegria, brincadeira e fartura. O Sr. Nilo conta uma crença popular a respeito da origem do boi nas festas.

Com a Folia de Reis, Venda Nova mantém a experiência que antes acontecia na área rural. O giro da Folia encontra nas ruas de Venda Nova a possibilidade de percurso, e é adaptado e transformado, mas permanece lembrando a viagem dos Três Reis Magos e o culto ao Menino Jesus. Essa apropriação das ruas acontece de forma inesperada e sem controle e promove a experiência da memória.

Figuras 115, 116 e 117 – Apresentação da Folia de Reis “Tia Nanzinha”



Fonte: Arquivo Trilhas de memórias de Venda Nova – BH, 2014.

Dessa forma, representa a resistência da tradição em tempos de supervalorização do novo e moderno. Ela representa um outro tempo, em contrapartida à aceleração contemporânea, um tempo local e lento. Revela um convívio social íntimo entre os moradores, em detrimento do isolamento do indivíduo urbano. Como prática criativa que permanece e revela o conhecimento coletivo, os variantes individuais e a vida singular repleta de espiritualidade, delicadeza e idealismo.

Figuras 118, 119 e 120: Apresentação da Folia de Reis “Tia Nanzinha”



Fonte: Arquivo Trilhas de memórias de Venda Nova – BH , 2014.

Nessa mesma concepção, a Capoeira representa a cultura popular brasileira e está presente em Venda Nova através de mestres que utilizam os espaços públicos e o centro cultural para treinamento e apresentação da dança e da música. Ela envolve jovens e é responsável pela valorização da cultura ancestral africana. A capoeira surgiu, disfarçada de dança, como um tipo de luta para os escravos. Era um instrumento importante da resistência cultural e física, praticado nas senzalas e próximo às áreas de capoeira.

Como movimento marginal considerado subversivo e violento, sua prática foi proibida no Brasil até 1930. Hoje, é uma importante permanência cultural e representa um patrimônio imaterial da humanidade, declarado pela UNESCO, em 2014.

Figuras 121: Localização Centro Cultural de Venda Nova: apresentação de Capoeira



Fonte: PRODABEL - PBH, 2011. Adaptado pela autora, 2017.

Em Venda Nova, ela é regida pelo graduado Eduardo Ferreira, conhecido como mestre “Jabuti”. Suas atividades são reconhecidas na região e representam o ritmo e movimento das danças africanas adaptadas como um tipo de luta.

Figuras 122 e 123 – Apresentação de Capoeira



Fonte: <http://vendanovablog.blogspot.com.br> e Arquivo Trilhas de memórias de Venda Nova – BH , 2014.

O verdadeiro método de tornar as coisas presentes é representa-las em nosso espaço (e não nos representar no espaço delas). (Assim procede o colecionador e também a anedota.) As coisas, assim representadas, não admitem uma construção mediadora a partir de “grandes contextos”/ Também a contemplação de grandes coisas do passado – a catedral de Chartres, o templo de Paestum – (caso ela seja bem sucedida) consiste, na verdade, em acolhê-las em nosso espaço. Não somos nós que nos transportamos para dentro delas, elas é que adentram a nossa vida. (BENJAMIN, 2007, p. 240).

A Folia de Reis e a Capoeira são exemplos de apropriações cotidianas criativas do espaço e representam a resistência ao esvaziamento das relações contemporâneas. A pacificação dos espaços públicos e o conseqüente empobrecimento da experiência urbana são combatidos por esses movimentos. Os outros atos urbanos, representam práticas cotidianas capazes de burlar

e fissurar a ordem estabelecida e trazer a tona apropriações de espaços transformados e a memória: a memória que é transmitida, adentra a vida e que permanece.

Figura 124: Localização da sede do grupo de quadrilha de Venda Nova



Fonte: Arquivo do Blog da regional de Venda Nova, 2017.

Outro exemplo de prática criativa que acontece a partir da articulação dos moradores é a quadrilha. Seguindo a tradição católica dos primeiros moradores de Venda Nova, a dança da quadrilha é uma festa que acontece nos meses de junho e julho. Ela permanece, na região, através de festas de ruas e nas escolas e através do grupo de quadrilha de Venda Nova. Além disso, há o tradicional “Arraiá do Arrasta Canelinha” que acontece em lugares variados (ruas dos bairros e pátio da Igreja Santo Antônio). Essa festa contempla comidas típicas, dança e brincadeiras próprias da tradição e está representada nas figuras 125 e 126. Além dessa, acontece, no canteiro central da Av. Vilarinho, o arraial da Regional de Venda Nova com apresentação de vários grupos da região.

Figuras 125 e 126: Apresentação no Arraial da Regional de Venda Nova



Fonte: Arquivo do Blog da regional de Venda Nova, 2017.

5. CONCLUSÃO

Acredita-se que a escolha de explorar a produção do espaço urbano, pelo viés da experiência e da memória, seja extremamente complexa e objeto de várias outras discussões importantes. Esta escolha prevê riscos de não ser possível vislumbrar todas elas ou debater questões por vezes já discutidas. Vários desses estudos, pelo processo de escolha típica de uma dissertação, não foram aqui citados, mas certamente dialogam com o exposto. No entanto, acredita-se que a contribuição do trabalho está na tentativa de aproximar teorias em campos distintos, com intuito de apreender a dinâmica cotidiana complexa presente nos espaços públicos da cidade e, mais especificamente, na região de Venda Nova.

A identidade da região de Venda Nova, por causa das intensas intervenções e transformações está, hoje, vinculada a características fortes de sua formação e constituição de sua população, mas em um contexto de integração à Belo Horizonte e padronização diferente daquele tempo. Porém, revelam-se suas questões derivadas de sua condição de periferia.

Ao longo do trabalho, as indagações originais foram vislumbradas, por meio da consideração dos sujeitos ordinários e suas ações na cidade. É por essa experiência, como ação que resiste e como forma de participação pública para superar os desafios da sociedade contemporânea, que é constituída a memória. Em meio ao caos urbano e de todos os problemas e lutas dos homens sempre prestes a explodir, a recusa ao modelo posto pode agir como forma de abrir frestas no capitalismo, provocando inversões de valores. Práticas criativas urbanas acontecem, cotidianamente, tanto nas zonas opacas quanto nas luminosas da cidade. Essas são experiências que o planejador não pode controlar.

Nesta concepção, é emergente a percepção do espaço apropriado para além dos cenários urbanos. Esses espaços constituem forças socioculturais e econômicas que produzem um outro espaço e um outro fazer. Reforçam-se aqui as singularidades locais que atualizam o entendimento da cidade. Essas estão intrinsecamente ligadas à identificação das pessoas com o lugar, como pôde ser demonstrando nesse estudo sobre a região de Venda Nova. Nesse local, foi possível constatar que as experiências urbanas rompem com o espaço pré-estabelecido e são, por vezes, intuitivas e não possuem a intenção crítica como princípio, mas a revelam na prática.

Considera-se que esse trabalho contribui para a consciência destas ações no espaço e que podem ser alertas para iniciativas de melhoria das relações da sociedade e do ambiente urbano.

Dessa forma, conclui-se que esse estudo ampliou o conhecimento a cerca das citadas dinâmicas e que o lugar escolhido contribuiu para o entendimento das possibilidades de revisão na atuação do planejamento urbano e para o entendimento e apreensão das suas práticas cotidianas de resistência.

Essas apropriações poderão ser absorvidas para possibilitarem uma certa “consciência comum da resistência” com o objetivo de transformação social. Para isto, as percepções da apropriação humana que conforma a paisagem urbana são importantes instrumentos de questionamento dos padrões estabelecidos, que ocultam os problemas de nossa sociedade.

A experiência de um outro fazer urbano, ordinário e desviante, próprio da apropriação e ocupação cotidiana, gera áreas opacas da cidade com o uso inesperado do espaço e estabelecem configurações espaciais e relacionais como memórias das apropriações humanas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luciana Teixeira; MENDONÇA, Jupira Gomes de; DINIZ, Alexandre Magno Alves. Belo Horizonte [recurso eletrônico]: transformações na ordem urbana- 1. ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles ; Belo Horizonte, MG : PUC-Minas, 2015.

BELO HORIZONTE. Lei Municipal nº 9.959, de 15 de outubro de 2010. Altera as leis nº 7.165/96 – que institui o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte - e nº 7.166/96 - que estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no Município -, estabelece normas e condições para a urbanização e a regularização fundiária das Zonas de Especial Interesse Social, dispõe sobre parcelamento, ocupação e uso do solo nas Áreas de Especial Interesse Social, e dá outras providências. Belo Horizonte, MG, 2010.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

_____. Imagens de Pensamento. Tradução de João Barrento. Lisboa: Assírio e Alvim, 2004.

_____. Obras escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2009.

BOGUTCHI, Tânia; RIGOTI, José Irineu Rangel. Rendimento escolar e desigualdades socioespaciais na RMBH. Belo Horizonte [recurso eletrônico]: transformações na ordem urbana- 1. ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles ; Belo Horizonte, MG : PUC-Minas, 2015.

BRASIL. Estatuto da Cidade — Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jul. 2001.

BRITTO, Fabiana Dultra; BEREINSTEIN, J. Paola (Comp). Corpocidade: debates, ações e articulações. Salvador: EDUFBA, 2010.

BRITTO, Fabiana; JACQUES, Paola. Cenografias e corpografias urbanas – um diálogo sobre as relações entre corpo e cidade. Cadernos PPG-AU/FAUFBA – Paisagens do Corpo, Salvador, v. 1, n. 1, 2003. Número Especial.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Walter Benjamin e as cidades: choque, vivência e memória. A Cor das Letras: Revista do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana. — N. 1 (1997)-. — Feira de Santana: UEFS, 1997-. v. ; il., 21,5 cm. Anual.

COSTA, Stael de Alvarenga Pereira; NETTO, Maria Manoela Gimmler. Fundamentos de Morfologia Urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. 236 p.

CUNHA, Sandra Baptista da. Geomorfologia fluvial. In: GUERRA, A.J.T.; CUNHA, S.B. (Org.) Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos. 5o ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DEBORD Guy. A sociedade do espetáculo, original de 1967. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEBORD, Guy; FILLON, Jacques. Résumé 1954. Boletim Potlatch 14, 30 nov.1954.

DE CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano: 1 artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes,1996.

FERNANDES, Maurício. Apostila de Bacias Hidrográficas. Belo Horizonte, 2006.

GAGNEBIN, Jeane Marie; JACQUES, Paola Berenstein. Corpocidade: debates, ações e articulações. In: Zonas de Tensão: em busca de microresistências urbanas. Salvador: EDUFBA, 2014. p.13- 17.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HOLLOWAY, John. Fissurar o Capitalismo. Tradução: Daniel Cunha. São Paulo: Publisher, 2013.

HOLSTON, James. Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sinopse do Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse/sinopse_tab_uf_zip.shtm>. Acesso em março de 2017.

JACQUES, Paola Berenstein. Espetacularização Urbana Contemporânea. Cadernos PPG-AU/UFBA, Salvador, v. 3, número especial, 2004.

_____. Corpocidade: debates, ações e articulações. In: Zonas de Tensão: em busca de microresistências urbanas. Salvador: EDUFBA, 2010. p.106- 119.

_____. Elogio aos errantes. Salvador: EDUFBA, 2012. 331 p.

JACQUES, Paola Berenstein; JEUDY, Henri Pierre. Corpos e cenários urbanos : territórios urbanos e políticas culturais. Salvador : EDUFBA; PPG-AU/FAUFBA, 2006. 182 p.

LAGO, Luciana Corrêa do. Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise. Letra Capital: Rio de Janeiro, 2015.

LÉFÈBVRE, Henri. La critique de la vie quotidienne II: Fondements d'une sociologie de la quotidienneté. Paris: L'arche, 1963.

_____. La producción del espacio. Tradução de Emilio Martínez Gutiérrez. Madrid: Capitán Swing, 2013. 451 p. Título original: La production de l'espace.

_____. O direito à cidade. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001. Título original: Le Droit à la Ville.

LISBOA, Geraldo. O Distrito de Venda Nova e Um Pouco de Sua História. Belo Horizonte, DFG Edições, 1996.

- MACEDO, Silvio Soares. Quadro do paisagismo no Brasil. São Paulo: FAUUSP/QUAPÁ, 1999. 143 p.
- MARICATO, Ermínia. MetrÓpole, legislação e desigualdade. Estudos Avançados, São Paulo – IEA USP, v.17, n.48, p.151-166, 2003.
- MEINIG, Donald W. The Beholding eye: ten versions of the same scene. In: MEINIG, Donald W. (Ed.). The interpretation of ordinary landscapes: geographical essays. Oxford University Press, June. 1979, p. 33-48.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís. O que é o urbano no mundo contemporâneo. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História: PUC/SP, São Paulo, n.10, dezembro de 1993.
- PAIVA, Eduardo França. Venda Nova Séculos XVIII e XIX: Um estudo de História Regional. Belo Horizonte, Secretária Municipal de Cultura, 1992.
- PLAMBEL A estrutura urbana da RMBH – V.1 – O processo de formação do espaço urbano 1897-1985. Belo Horizonte: PLAMBEL,1986.
- PMBH/PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Regionais. Disponível em <<http://portalpbh.pbh.gov.br>> Acesso em 20 Jan. 2015.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Territórios da sociedade, impulsos globais e pensamento analítico: por uma cartografia da ação 1. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. In: Dança dos sentidos: na busca de alguns gestos. Corpocidade: debates, ações e articulações / organização Paola Berenstein Jacques, Fabiana Dutra Britto. - Salvador: EDUFBA, 2010. 396 p. : il.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres; LOURENÇO, Alice. Discurso tentativo sobre o anonimato. *Sociedade e Estado*, Brasília, vol. 16, nº1-2, Junho-Dezembro, 2001.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Transformações da ordem urbana na metrópole liberal-periférica: 1980/2010. Hipóteses e estratégia teóricometodológica para estudo comparativo. Rio de Janeiro: Observatório das MetrÓpoles / Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia / FAPERJ –CAPES – CNPq, 2013.
- ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.
- SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Edusp, 2009.
- SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994, 190 p.
- SANTOS, Milton. A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico-científico

informacional. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Metrópole: a força dos fracos   seu tempo lento. Ciência & Ambiente, jul./dez. 1993.

_____. Por uma outra globalização: do pensamento único   consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. Elogio da lentidão. Folha de São Paulo, São Paulo, 11 mar. 2001.

SARAIVA, Luiz Fernando; SILVA, Lílian França da. Minas Gerais, regionalização e identidade, 1821-18893. In: *XIV Seminário sobre a Economia Mineira*, 2010, Diamantina. *Anais do XIV Seminário sobre Economia Mineira. Belo Horizonte : Cedeplar/UFMG*, 2010.v.1. Disponível em:
www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/.../D10A082.pdf .

SANCHEZ, Fernanda. Cidades reinventadas para um mercado mundial: Estratégias trans-escalares nas políticas urbanas. In: Encontro Nacional da Anpur, 9., 2001, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2001.

SILVA, Ana Maria da. Lembranças... Venda Nova. Belo Horizonte, PBH, 2000.

TEIXEIRA, Clotildes Avellar. Marchinhas e Retretas: História das corporações musicais civis de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

URIARTE, Urpi Montoya. Produção do espaço urbano pelos homens ordinários: antropologia de dois micro-espaços na cidade de Salvador. Revista Iluminuras, [S.l.], v.15, n.36, p.115-134, ago./dez. ISSN 1984-1191. 2014. Disponível em:
<<http://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/52637/32585>>. Acesso em: 23 Mai. 2017.

URIARTE, U. M. ; CARVALHO, Milton J. F. Avenida Sete e seus transeuntes (parte 1). In: Uriarte, Urpi; Carvalho Filho, Milton Júlio. (Org.). *Panoramas urbanos: usar, viver e construir Salvador*. 1ed.Salvador: Edufba, 2014, v. 1, p. 31-58.

VAINER, Carlos B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local. In: Encontro Nacional da Anpur, 9., 2001, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2001.

_____. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C. B.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

VELLOSO, Rita. Apropriação, ou o urbano-experiência. *Arquitextos*, São Paulo, ano 16, n. 189.05, Vitruvius, fev.2016<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.189/5949>>.